

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	4
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	6
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	7
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	8
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	10
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	11
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	12
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	16
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	18
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	20
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	21
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	23
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	24
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	25
----------------------------------	----

Relatório da Administração	27
----------------------------	----

Notas Explicativas	34
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva	132
--	-----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	134
---	-----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	135
---	-----

Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes	136
--	-----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	385.823
Preferenciais	578.116
Total	963.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	49
Preferenciais	6.099
Total	6.148

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	2.013.354	2.019.742	2.016.609
1.01	Ativo Circulante	215.846	357.078	345.916
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	26	18	305.760
1.01.02	Aplicações Financeiras	188.262	315.421	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	188.262	315.421	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	188.262	315.421	0
1.01.03	Contas a Receber	0	207	6
1.01.03.01	Clientes	0	207	6
1.01.06	Tributos a Recuperar	3.302	5.000	4.291
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	3.302	5.000	4.291
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	24.256	36.432	35.859
1.01.08.03	Outros	24.256	36.432	35.859
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	24.250	36.127	35.819
1.01.08.03.06	Outros Tributos	0	0	2
1.01.08.03.07	Demais ativos	6	305	38
1.02	Ativo Não Circulante	1.797.508	1.662.664	1.670.693
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	12.595	8.101	90.727
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.680	4.615	0
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.680	4.615	0
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	87.296
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	0	0	87.296
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	2.915	3.486	3.431
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	2.915	3.486	3.431
1.02.02	Investimentos	1.784.906	1.654.559	1.579.961
1.02.02.01	Participações Societárias	1.784.906	1.654.559	1.579.961
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.771.040	1.653.581	1.579.733
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	13.866	978	228
1.02.03	Imobilizado	5	2	3
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5	2	3

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.04	Intangível	2	2	2
1.02.04.01	Intangíveis	2	2	2
1.02.04.01.07	Outros	2	2	2

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	2.013.354	2.019.742	2.016.609
2.01	Passivo Circulante	147.897	116.417	22.844
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.212	1.710	837
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.212	1.710	837
2.01.02	Fornecedores	195	106	188
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	195	106	188
2.01.03	Obrigações Fiscais	216	253	243
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	216	253	243
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	0	0	12
2.01.03.01.02	Tributos correntes a recolher	216	253	231
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	123.783	113.737	0
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	123.783	113.737	0
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	123.783	113.737	0
2.01.05	Outras Obrigações	22.491	611	21.576
2.01.05.02	Outros	22.491	611	21.576
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	21.539	542	19.823
2.01.05.02.04	Programa de refinanciamento fiscal	157	0	0
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	0	0	36
2.01.05.02.09	Demais obrigações	795	69	1.717
2.02	Passivo Não Circulante	136.382	239.769	326.729
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	123.878	227.355	312.075
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	123.878	227.355	312.075
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	123.878	227.355	312.075
2.02.02	Outras Obrigações	4.005	3.657	7.826
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	0	0	3.903
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	0	0	3.903
2.02.02.02	Outros	4.005	3.657	3.923
2.02.02.02.03	Programa de Refinanciamento Fiscal	614	0	0
2.02.02.02.04	Outros tributos	107	249	391

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02.05	Demais Obrigações	3.284	3.408	3.532
2.02.04	Provisões	8.499	8.757	6.828
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	8.499	8.757	6.828
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	278	278	278
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.221	8.479	6.550
2.03	Patrimônio Líquido	1.729.075	1.663.556	1.667.036
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	10.902	6.951	12.185
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	13.639	9.688	14.922
2.03.04	Reservas de Lucros	977.628	986.791	915.451
2.03.04.01	Reserva Legal	68.187	67.595	63.884
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	148.793	195.665	214.666
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	30.606	0	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	665.448	658.937	529.558
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-41.830	-113.248	-45.889
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	6.270	5.137	1.236
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.899	-6.079	49

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.426	2.417	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-388	-456	0
3.03	Resultado Bruto	2.038	1.961	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	18.195	73.223	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-14.319	-16.682	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	5	163	0
3.04.04.02	Outras receitas	5	163	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-1.205	-3.724	0
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-1.205	-3.724	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.714	93.466	0
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	33.714	93.466	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	20.233	75.184	0
3.06	Resultado Financeiro	-8.395	-966	0
3.06.01	Receitas Financeiras	17.055	32.175	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-25.450	-33.141	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	11.838	74.218	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	11.838	74.218	0
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	11.838	74.218	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,01240	0,07750	0,00000
3.99.01.02	PN	0,01240	0,07750	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,01130	0,07570	0,00000
3.99.02.02	PN	0,01130	0,07570	0,00000

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	11.838	74.218	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-687	-2.227	0
4.02.01	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	-5.348	2.812	0
4.02.02	Reserva Reflexa de hedge accounting	-460	222	0
4.02.03	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	392	3.501	0
4.02.04	Ganhos e perdas atuariais reflexa	4.729	-8.762	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	11.151	71.991	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.676	51.499	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-5.095	4.519	0
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	11.838	74.218	0
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	16.591	26.405	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	1	1	0
6.01.01.05	Provisões (reversões) de processos judiciais	168	1.929	0
6.01.01.06	Atualização monetária de processos judiciais	210	0	0
6.01.01.07	Atualização de depósitos judiciais	-545	0	0
6.01.01.09	Equivalência patrimonial	-33.714	-93.466	0
6.01.01.11	Prescrição de dividendos	-4	-154	0
6.01.01.12	Participação de empregados e administradores	306	-1.673	0
6.01.01.13	Operações de instrumentos financeiros derivativos	0	-2.536	0
6.01.01.14	Atualização do programa de refinanciamento fiscal	445	0	0
6.01.01.15	Programa de refinanciamento fiscal	339	0	0
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	-730	-205	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.482	2.600	0
6.01.02.01	Contas a receber	1	-201	0
6.01.02.03	Tributos correntes e diferidos	-2.946	2.499	0
6.01.02.07	Fornecedores	-145	-82	0
6.01.02.08	Salários, encargos sociais e benefícios	549	2.546	0
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	1.059	-2.162	0
6.01.03	Outros	3.901	44.380	0
6.01.03.01	Encargos financeiros pagos	-47.703	-2.419	0
6.01.03.04	Dividendos recebidos	51.604	46.799	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	69.351	-326.270	0
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-3	0	0
6.02.03	Aquisição de investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-61.101	-10.794	0
6.02.04	Depósitos e bloqueios judiciais	-9	-55	0
6.02.05	Resgate (aplicações financeiras) em títulos mantidos para negociação	130.464	-315.421	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-66.667	-30.971	0
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-66.667	0	0
6.03.03	Transações com partes relacionadas	0	87.061	0
6.03.07	Pagamentos de dividendos	0	-118.032	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	8	-305.742	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	18	305.760	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	26	18	0

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-21.001	0	79.625	58.624
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	79.625	79.625
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.001	0	0	-21.001
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.838	-687	11.151
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.838	0	11.838
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-687	-687
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	392	392
5.05.02.06	Reserva reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-460	-460
5.05.02.07	Realização de reserva de operações de derivativos, líquido de tributos	0	0	0	0	-5.348	-5.348
5.05.02.08	Ganhos e perda atuariais	0	0	0	0	4.729	4.729
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.951	11.838	-11.838	-8.207	-4.256
5.06.04	Reserva reflexa de remuneração baseada em ações	0	3.951	0	0	0	3.951
5.06.05	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-7.658	-7.658
5.06.06	Varição de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	4.034	4.034
5.06.07	Outro efeitos/ variações PL controladas	0	0	0	0	-4.583	-4.583
5.06.08	Constituição reserva legal	0	0	592	-592	0	0
5.06.09	Constituição reserva investimento e lucros a realizar	0	0	11.246	-11.246	0	0
5.07	Saldos Finais	784.004	10.902	977.628	0	-43.459	1.729.075

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	71.340	-76.458	21.518	16.400
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.000	0	0	-95.000
5.04.10	Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária	0	0	0	79.230	21.518	100.748
5.04.11	Outras movimentações com reorganização societária	0	0	0	10.652	0	10.652
5.04.12	Constituição de reservas	0	0	166.340	-166.340	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.218	-2.229	71.989
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.218	0	74.218
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.229	-2.229
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.501	3.501
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	222	222
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	2.811	2.811
5.05.02.09	Ganhos e perdas atuariais reflexa	0	0	0	0	-8.763	-8.763
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-5.234	0	2.240	-88.875	-91.869
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-81.185	-81.185
5.06.05	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	-5.234	0	0	0	-5.234
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-2.268	-2.268
5.06.09	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	2.240	-944	1.296
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	-4.478	-4.478
5.07	Saldos Finais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	3.297	2.719	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.828	2.818	0
7.01.02	Outras Receitas	469	-99	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.399	-8.511	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-2.968	-686	0
7.02.04	Outros	-4.431	-7.825	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	-4.102	-5.792	0
7.04	Retenções	-802	-2.050	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1	-1	0
7.04.02	Outras	-801	-2.049	0
7.04.02.01	Provisões (inclui atualização monetária)	-294	0	0
7.04.02.02	Provisões (reversões) de processos judiciais	-168	-1.929	0
7.04.02.03	Provisão (reversão) de programa de refinanciamento fiscal	-339	0	0
7.04.02.04	Outras despesas	0	-120	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-4.904	-7.842	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	50.769	125.641	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	33.714	93.466	0
7.06.02	Receitas Financeiras	17.055	32.175	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	45.865	117.799	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	45.865	117.799	0
7.08.01	Pessoal	7.150	7.746	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	5.354	6.944	0
7.08.01.02	Benefícios	742	666	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	275	136	0
7.08.01.04	Outros	779	0	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.339	993	0
7.08.02.01	Federais	1.195	850	0
7.08.02.03	Municipais	144	143	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	25.538	34.842	0

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.03.01	Juros	23.536	33.061	0
7.08.03.02	Aluguéis	2.002	108	0
7.08.03.03	Outras	0	1.673	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	11.838	74.218	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.838	74.218	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1	Ativo Total	5.768.722	4.869.496	4.349.478
1.01	Ativo Circulante	1.718.351	1.629.802	1.384.119
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	279.392	931.546	1.281.607
1.01.02	Aplicações Financeiras	1.195.204	566.833	0
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	1.195.204	566.833	0
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	1.195.204	566.833	0
1.01.03	Contas a Receber	194.053	93.206	70.870
1.01.03.01	Clientes	98.414	69.618	55.438
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	95.639	23.588	15.432
1.01.04	Estoques	3.902	3.508	777
1.01.06	Tributos a Recuperar	40.065	26.510	26.029
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	40.065	26.510	26.029
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	5.735	8.199	4.836
1.01.08.03	Outros	5.735	8.199	4.836
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	67	785	177
1.01.08.03.06	Outros tributos	4	0	2
1.01.08.03.07	Demais ativos	5.664	7.414	4.657
1.02	Ativo Não Circulante	4.050.371	3.239.694	2.965.359
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	234.940	253.741	267.096
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	16.658	0	0
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	53	0	0
1.02.01.01.04	Títulos e Valores Mobiliários	16.605	0	0
1.02.01.03	Contas a Receber	28.986	63.032	28.946
1.02.01.03.01	Clientes	15.477	9.425	28.946
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	13.509	53.607	0
1.02.01.06	Tributos Diferidos	30.057	12.305	10.050
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	30.057	12.305	10.050
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	99.314	119.119	201.335
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	99.314	119.119	201.335

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	59.925	59.285	26.765
1.02.01.09.03	Depósitos e bloqueios judiciais	33.922	21.619	18.341
1.02.01.09.14	Demais ativos	26.003	37.666	8.424
1.02.02	Investimentos	3.684.312	2.853.358	2.568.664
1.02.02.01	Participações Societárias	914.736	933.593	909.177
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	914.736	933.593	909.177
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	2.769.576	1.919.765	1.659.487
1.02.03	Imobilizado	21.607	22.975	18.349
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	21.607	22.024	18.349
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	0	951	0
1.02.04	Intangível	109.512	109.620	111.250
1.02.04.01	Intangíveis	109.512	109.620	111.250
1.02.04.01.03	Sistema de processamento de dados	11.709	15.347	22.329
1.02.04.01.07	Outros	3.423	6.104	752
1.02.04.01.10	Ágio na aquisição de investimentos	88.169	88.169	88.169
1.02.04.01.12	Intangível em formação	6.211	0	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2	Passivo Total	5.768.722	4.869.496	4.349.478
2.01	Passivo Circulante	504.873	385.141	252.257
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	24.564	24.517	18.353
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	24.564	24.517	18.353
2.01.02	Fornecedores	30.438	14.865	14.027
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.438	14.865	14.027
2.01.03	Obrigações Fiscais	25.968	11.201	13.137
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	25.968	11.201	13.137
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	18.277	3.741	10.085
2.01.03.01.02	Tributos correntes a recolher	7.691	7.460	3.052
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	341.392	294.954	140.124
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	341.392	294.954	140.124
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	341.392	294.954	140.124
2.01.05	Outras Obrigações	82.511	39.604	66.616
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	447	0	0
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	447	0	0
2.01.05.02	Outros	82.064	39.604	66.616
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	43.907	29.026	39.844
2.01.05.02.05	Instrumentos Financeiros derivativos	0	0	36
2.01.05.02.06	Outros tributos	0	1.765	0
2.01.05.02.07	Programa de refinanciamento fiscal	12.826	1.256	1.068
2.01.05.02.09	Demais obrigações	25.331	7.557	25.668
2.02	Passivo Não Circulante	2.274.739	1.882.540	1.567.776
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.879.106	1.543.847	1.255.846
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.879.106	1.543.847	1.255.846
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.879.106	1.543.847	1.255.846
2.02.02	Outras Obrigações	326.480	260.668	254.008
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	203.437	203.437	207.340
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	203.437	203.437	207.340

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 31/12/2011
2.02.02.02	Outros	123.043	57.231	46.668
2.02.02.02.04	Outros tributos	268	523	771
2.02.02.02.09	Programa de refinanciamento fiscal	26.965	1.268	3.876
2.02.02.02.13	Demais obrigações	95.810	55.440	42.021
2.02.03	Tributos Diferidos	35.409	24.239	19.902
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	35.409	24.239	19.902
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	32.185	19.989	15.467
2.02.03.01.02	Outros impostos s/ receitas diferidas	3.224	4.250	4.435
2.02.04	Provisões	33.744	53.786	38.020
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	33.744	53.786	38.020
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	2.209	22.303	20.710
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	8.943	9.173	7.327
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	22.592	22.310	9.983
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.989.110	2.601.815	2.529.445
2.03.01	Capital Social Realizado	784.004	784.004	784.004
2.03.02	Reservas de Capital	10.902	6.951	12.185
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-3.615	-3.615	-3.615
2.03.02.09	Outras Reservas de Capital	878	878	878
2.03.02.11	Reserva Reflexa Baseada em Ações	13.639	9.688	14.922
2.03.04	Reservas de Lucros	977.628	986.791	915.451
2.03.04.01	Reserva Legal	68.187	67.595	63.884
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	148.793	195.665	214.666
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	64.594	64.594	64.594
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	30.606	0	42.749
2.03.04.10	Reserva de Investimentos	665.448	658.937	529.558
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-41.830	-113.248	-45.889
2.03.07	Ajustes Acumulados de Conversão	6.270	5.137	1.236
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-7.899	-6.079	49
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	1.260.035	938.259	862.409

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	419.288	382.816	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-116.895	-104.311	0
3.03	Resultado Bruto	302.393	278.505	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-123.741	-29.063	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-109.976	-89.719	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	62.307	179.434	0
3.04.04.02	Outras receitas	62.307	179.434	0
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-29.196	-44.833	0
3.04.05.03	Outras despesas operacionais	-29.196	-44.833	0
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-46.876	-73.945	0
3.04.06.01	Equivalência Patrimonial	-46.876	-73.945	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	178.652	249.442	0
3.06	Resultado Financeiro	-59.490	-28.535	0
3.06.01	Receitas Financeiras	143.505	141.714	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-202.995	-170.249	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	119.162	220.907	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-40.671	-46.282	0
3.08.01	Corrente	-37.799	-43.945	0
3.08.02	Diferido	-2.872	-2.337	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	78.491	174.625	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	78.491	174.625	0
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.838	74.218	0
3.11.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	66.653	100.407	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação	0,01240	0,07750	0,00000
3.99.01.01	ON			
3.99.01.02	PN	0,01240	0,07750	0,00000
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,01130	0,07570	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
3.99.02.02	PN	0,01130	0,07570	0,00000

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	78.491	174.625	0
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-865	-2.422	0
4.02.01	Realização reflexa de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	-6.737	3.521	0
4.02.02	Reserva Reflexa de hedge accounting	-580	686	0
4.02.03	Ajuste reflexo de reserva de conversão do período e Outros	494	4.411	0
4.02.04	Ganhos e perdas atuariais reflexa	5.958	-11.040	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	77.626	172.203	0
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	11.151	71.991	0
4.03.02	Atribuído a Sócios Não Controladores	66.475	100.212	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-8.595	183.078	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	435.571	365.431	0
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	119.162	220.907	0
6.01.01.02	Encargos, rendimentos financeiros e atualizações monetárias	180.311	152.092	0
6.01.01.03	Depreciação e amortização	47.084	37.933	0
6.01.01.04	Perdas sobre contas a receber	-3.045	235	0
6.01.01.05	Provisões (reversões) de processos judiciais	-5.300	14.644	0
6.01.01.06	Atualização monetária de processos judiciais	797	410	0
6.01.01.07	Atualização de depósitos judiciais	-1.106	0	0
6.01.01.08	Equivalência patrimonial	46.876	73.945	0
6.01.01.09	Perda na baixa de ativo permanente	817	-153.383	0
6.01.01.11	Participação de empregados e administradores	13.190	-15.119	0
6.01.01.12	Operações de instrumentos financeiros derivativos	0	-2.536	0
6.01.01.14	Atualização do programa de Refinanciamento Fiscal	21.820	0	0
6.01.01.15	Programa de Refinanciamento Fiscal	2.891	0	0
6.01.01.17	Remuneração baseada em ações	8.559	10.339	0
6.01.01.18	Ganho de participação	-1.817	-366	0
6.01.01.19	Prescrição de dividendos	-5	-154	0
6.01.01.20	Outras receitas, líquidas das despesas	5.337	26.484	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	2.795	-24.971	0
6.01.02.01	Contas a receber	-38.822	-50.703	0
6.01.02.02	Estoques	-841	-3.665	0
6.01.02.03	Tributos correntes e diferidos	34.438	41.916	0
6.01.02.06	Despesas antecipadas	-105	-308	0
6.01.02.07	Fornecedores	50.114	41.470	0
6.01.02.08	Salários, encargos e benefícios	-9.795	-6.743	0
6.01.02.12	Outras contas ativas e passivas	-32.194	-46.938	0
6.01.03	Outros	-446.961	-157.382	0
6.01.03.01	Encargos financiamentos pagos	-436.352	-128.833	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-82.995	-78.471	0
6.01.03.04	Dividendos recebidos	72.386	49.922	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-1.601.125	-840.435	0
6.02.02	Aquisições de bens do ativo imobilizado e intangível	-870.565	-382.648	0
6.02.04	Aumento de investimentos permanentes, menos caixa líquido incluído na aquisição	-73.555	-91.122	0
6.02.05	Depósitos e bloqueios judiciais	-9	-55	0
6.02.07	Recursos obtidos na venda de bens	0	236.929	0
6.02.09	Recebimento de Créditos entre Empresas Ligadas	-30.877	-36.706	0
6.02.11	Resgate (aplicações financeiras) em títulos mantidos para negociação	-626.119	-566.833	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	957.566	307.296	0
6.03.01	Captações líquidas de custos	731.862	534.087	0
6.03.02	Pagamentos de principal de empréstimos, financiamentos e debêntures	-122.099	-124.132	0
6.03.03	Transações com partes relacionadas	0	88.300	0
6.03.07	Pagamento de dividendos	-83.701	-192.834	0
6.03.08	Aumento de Capital	431.504	1.875	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-652.154	-350.061	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	931.546	1.281.607	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	279.392	931.546	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556	938.260	2.601.816
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556	938.260	2.601.816
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	-21.001	0	79.625	58.624	164.025	222.649
5.04.01	Aumentos de Capital	0	0	0	0	79.625	79.625	205.695	285.320
5.04.02	Gastos com Emissão de Ações	0	0	0	0	0	0	-8.328	-8.328
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	-7.594	-7.594
5.04.06	Dividendos	0	0	-21.001	0	0	-21.001	-25.748	-46.749
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	11.838	-687	11.151	66.474	77.625
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	11.838	0	11.838	66.653	78.491
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-687	-687	-179	-866
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	392	392	102	494
5.05.02.06	Reserva reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	-460	-460	-120	-580
5.05.02.07	Realização de reserva de operações de derivativos, líquido de tributos	0	0	0	0	-5.348	-5.348	-1.390	-6.738
5.05.02.08	Ganhos e perdas atuariais	0	0	0	0	4.729	4.729	1.229	5.958
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	3.951	11.838	-11.838	-8.207	-4.256	91.276	87.020
5.06.04	Reserva reflexa de remuneração baseada em ações	0	3.951	0	0	0	3.951	-67	3.884
5.06.05	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-7.658	-7.658	14	-7.644
5.06.06	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	4.034	4.034	88.246	92.280
5.06.07	Outros efeitos/ variações PL controladas	0	0	0	0	-4.583	-4.583	-378	-4.961
5.06.08	Reserva de remuneração baseada em ações	0	0	0	0	0	0	4.139	4.139
5.06.10	Constituição reserva legal	0	0	592	-592	0	0	0	0
5.06.11	Constituição reserva de investimento e lucros a realizar	0	0	11.246	-11.246	0	0	-678	-678
5.07	Saldos Finais	784.004	10.902	977.628	0	-43.459	1.729.075	1.260.035	2.989.110

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	862.409	2.529.445
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	784.004	12.185	915.451	0	-44.604	1.667.036	862.409	2.529.445
5.04	Transferências de Capital com os Sócios	0	0	71.340	-76.458	21.518	16.400	-3.603	12.797
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	0	0	0	0	0	6.416	6.416
5.04.06	Dividendos	0	0	-95.000	0	0	-95.000	-36.694	-131.694
5.04.10	Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária	0	0	0	79.230	21.518	100.748	26.187	126.935
5.04.11	Outras movimentações com reorganização societária	0	0	0	10.652	0	10.652	488	11.140
5.04.12	Constituição de reservas	0	0	166.340	-166.340	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	74.218	-2.229	71.989	100.212	172.201
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	74.218	0	74.218	100.407	174.625
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-2.229	-2.229	-195	-2.424
5.05.02.04	Ajustes de Conversão do Período	0	0	0	0	3.501	3.501	910	4.411
5.05.02.06	Reserva Reflexa de hedge accounting	0	0	0	0	222	222	464	686
5.05.02.08	Realização de reserva de operações de derivativos, líquida de tributos	0	0	0	0	2.811	2.811	709	3.520
5.05.02.09	Ganhos e perdas atuariais reflexa	0	0	0	0	-8.763	-8.763	-2.278	-11.041
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	-5.234	0	2.240	-88.875	-91.869	-20.759	-112.628
5.06.04	Reserva reflexa de ações em tesouraria	0	0	0	0	-81.185	-81.185	-21.873	-103.058
5.06.06	Reserva Reflexa de remuneração baseada em ações	0	-5.234	0	0	0	-5.234	-11	-5.245
5.06.08	Variação de participação em investimentos e minoritários	0	0	0	0	-2.268	-2.268	-1.119	-3.387
5.06.09	Outros efeitos/variações PI controladas	0	0	0	2.240	-944	1.296	2.244	3.540
5.06.11	Aquisição de acionistas não controladores	0	0	0	0	-4.478	-4.478	0	-4.478
5.07	Saldos Finais	784.004	6.951	986.791	0	-114.190	1.663.556	938.259	2.601.815

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.01	Receitas	643.912	716.283	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	454.013	411.591	0
7.01.02	Outras Receitas	192.944	304.927	0
7.01.02.01	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	191.127	304.561	0
7.01.02.03	Ganho de participação	1.817	366	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créd. Liquidação Duvidosa	-3.045	-235	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-245.336	-207.468	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-55.004	-54.091	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-183.475	-141.202	0
7.02.04	Outros	-6.857	-12.175	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	398.576	508.815	0
7.04	Retenções	-44.969	-52.698	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-47.084	-37.933	0
7.04.02	Outras	2.115	-14.765	0
7.04.02.02	Provisões (inclui atualização monetária)	-294	0	0
7.04.02.03	Outras despesas	0	-121	0
7.04.02.04	Provisões (Reversões) de processos judiciais	5.300	-14.644	0
7.04.02.05	Provisão (reversão) de programa de refinanciamento fiscal	-2.891	0	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	353.607	456.117	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	96.629	67.769	0
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-46.876	-73.945	0
7.06.02	Receitas Financeiras	143.505	141.714	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	450.236	523.886	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	450.236	523.886	0
7.08.01	Pessoal	73.923	76.196	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	54.768	55.368	0
7.08.01.02	Benefícios	12.789	15.823	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	4.121	3.507	0
7.08.01.04	Outros	2.245	1.498	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012	Antepenúltimo Exercício 01/01/2011 à 31/12/2011
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	84.306	93.504	0
7.08.02.01	Federais	73.144	83.793	0
7.08.02.02	Estaduais	3.195	2.788	0
7.08.02.03	Municipais	7.967	6.923	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	213.516	179.561	0
7.08.03.01	Juros	197.905	164.313	0
7.08.03.02	Aluguéis	6.295	2.820	0
7.08.03.03	Outras	9.316	12.428	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	78.491	174.625	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	11.838	74.218	0
7.08.04.04	Part. Não Controladores nos Lucros Retidos	66.653	100.407	0

Relatório da Administração

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

É com grande satisfação que a Administração da Jereissati Participações S.A. (“Companhia” ou “Grupo Jereissati”), apresenta aos seus acionistas e ao mercado, em conjunto com as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores independentes, o Relatório da Administração referente aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

As Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Apesar do momento de mercado desafiador com os reflexos da desvalorização do Real, aumento da inflação e com o crescimento da economia abaixo das expectativas, o ano de 2013 foi marcado por expressivas realizações no Grupo Jereissati através de suas controladas.

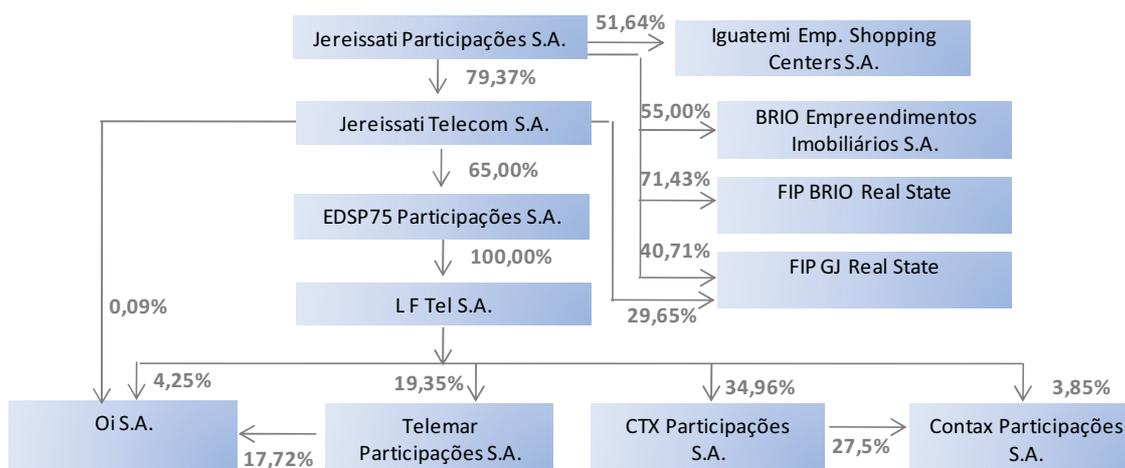
- O Grupo Jereissati tem atuado com forte propósito em manter nas empresas do Grupo a excelência na governança corporativa e a transparência na gestão dos negócios em que atuam. Diante da volatilidade do cenário macro econômico brasileiro, o Grupo Jereissati definiu uma estratégia conservadora e cautelosa na gestão de suas controladas.
- No aspecto operacional, as controladas do Grupo Jereissati também apresentaram resultados positivos com ações pontuais em suas estruturas operacionais:
 - A Iguatemi encerrou o ano com 17 shopping centers em operação e também com a administração do Shopping Center Pátio Higienópolis. As vendas recordes de R\$ 9,1 bilhões, apresentaram um aumento de 12,5% em relação ao ano anterior e, foram impulsionadas principalmente pela maturação do Iguatemi Brasília, Iguatemi Alphaville e JK Iguatemi, aliados à inauguração do Shopping Iguatemi Ribeirão Preto, Iguatemi Esplanada, expansão do Praia de Belas e Platinum Outlet no Rio Grande do Sul - RS e com aumento de participação no Galleria em Campinas. A receita líquida da Iguatemi atingiu R\$ 419 milhões, um crescimento de 9,5% em relação a 2012.

Relatório da Administração

- No setor de Telecomunicações, a Oi deu continuidade a implantação de plano estratégico com foco na qualidade das vendas, fidelização dos clientes e rentabilização da base, atingindo no final do ano 74,5 milhões de UGRs. Em cada um dos segmentos de produtos, Residencial, Mobilidade Pessoal e Empresarial/Corporativo, a Cia direcionou o foco de acordo com seu plano estratégico buscando qualidade da venda e dos serviços, desenvolvimento de novos planos e promoções e reestruturação do modelo de negócio quando necessário.
- O ano de 2013 para a Contax Participações ficou marcado pela condução de um profundo processo de reestruturação administrativa e melhoria de sua eficiência operacional, viabilizado pelas novas plataformas tecnológicas e aproximação das diferentes unidades de negócios. Este processo elevou a margem EBITDA da companhia para 15,9% no último trimestre de 2013, o que representa um aumento de 5,3 p.p. se comparado ao mesmo período do ano anterior. Os investimentos na estratégia de crescimento da operação de Contact Center na América Latina continuam expressivos, capturando as vantagens competitivas de atender empresas globais e oportunidades de explorar novos mercados, fazendo com que as receitas nesse segmento em 2013 apresentassem um crescimento da ordem de 33%.

CONSIDERAÇÕES GERAIS

A Companhia controla as sociedades Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) e a Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”). Através de sua controlada Jereissati Telecom, concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor de Telecomunicações e Serviços, participando do bloco de controle da Oi S.A. (“Oi” ou “Grupo Oi”) e Contax Participações S.A. (“Contax Participações” ou “Grupo Contax”). Já a controlada Iguatemi concentra os investimentos do Grupo Jereissati no setor imobiliário, com foco em imóveis que produzam renda, notadamente Shopping Centers.



A receita líquida consolidada da Companhia no exercício 2013 atingiu R\$ 419,3 milhões e o lucro líquido consolidado no exercício totalizou R\$ 78,5 milhões.

Relatório da Administração

No setor de Telecomunicações, a Oi e a Portugal Telecom anunciaram em outubro de 2013 a celebração de um memorando de entendimento para a união de suas atividades. A operação é uma evolução natural da aliança industrial entre as duas operadoras iniciada em 2010 e permitirá acelerar o desenvolvimento da companhia, além de ser um passo relevante no processo de aprimoramento da governança corporativa da Oi, com a simplificação da estrutura societária, a pulverização do controle e a migração de suas ações para o Novo Mercado da BM&FBOVESPA, segmento diferenciado com os mais altos padrões de governança. A entidade combinada terá, numa base proforma à data do anúncio da transação, mais de 100 milhões de clientes e cerca de R\$ 37 bilhões de receitas e R\$ 13 bilhões de EBITDA sendo uma das 20 maiores empresas de telecomunicações no mundo. Estima-se que a operação esteja concluída ainda no 1º semestre de 2014.

No segmento de Shopping Centers, a Iguatemi encerrou 2013 com excelentes resultados e vendas recordes de R\$ 9,1 bilhões no ano, 12,5% acima do ano anterior. A maturação dos shoppings Iguatemi Brasília, Iguatemi Alphaville e JK Iguatemi, foram os principais propulsores deste crescimento, aliados às inaugurações da expansão do Praia de Belas, do Platinum Outlet, ambos no Rio Grande do Sul - RS, do Iguatemi Ribeirão Preto, do Iguatemi Esplanada e com o aumento de participação no Galleria Shopping.

Em 2013, no setor de Serviços, a Contax Participações realizou, em resposta à proposta dos acionistas minoritários, a migração para o segmento especial de listagem Nível 2 da BM&FBOVESPA e passou a negociar units compostas de ações ordinárias e preferenciais (uma ação ordinária e quatro ações preferenciais). Foi realizada, ainda, a incorporação pela Contax Participações, da parcela cindida da sua controladora CTX Participações S.A. ("CTX").

Esta operação representou um importante passo para os Grupos Contax e Jereissati no setor de serviços, trazendo maior liquidez às ações do Grupo Contax, elevando significativamente seu patamar de governança corporativa e aumentando o fluxo de dividendos para o Grupo Jereissati.

As receitas líquidas das companhias nas quais o Grupo Jereissati participa como controlador atingiram R\$ 32,5 bilhões em 2013. No mesmo período, o investimento consolidado destas empresas atingiu R\$ 7,3 bilhões.

Isto é resultado direto do empenho e dedicação de aproximadamente 153mil colaboradores diretos que se encontram distribuídos no negócio de Contact Center (108 mil), nas atividades de Telecomunicações (43 mil) e em Shopping Centers (2 mil).

R\$ bilhões	2013	2012	Δ%
Receita líquida das controladas operacionais	R\$ 32,5	R\$ 32,2	+0,9%
EBITDA das controladas operacionais	R\$ 10,3	R\$ 9,6	+7,6%
Lucro líquido das controladas operacionais	R\$ 1,8	R\$ 1,2	+48,3%
Investimento das controladas operacionais	R\$ 7,3	R\$ 7,1	+2,5%
Dividendo declarado pelas controladas operacionais	R\$ 1,6	R\$ 3,2	-50,0%
Número de colaboradores nas controladas operacionais	153 mil	146 mil	+4,5%

Dados consolidados de Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A, Oi S.A e Contax Participações S.A.

Desempenho geral das controladas

Oi

Relatório da Administração

Em 2013 a Oi, dando continuidade na implantação do seu plano estratégico, fez investimentos em todo o território nacional na ordem de R\$ 6,3 bilhões, 4,8% menor que no ano anterior. Do total dos investimentos, 75% foram direcionados à expansão e melhoria da qualidade da rede móvel 3G, melhoria da rede fixa, otimização da plataforma do produto Oi TV e implantação/expansão da rede 4G.

Do ponto de vista operacional destacam-se o crescimento da receita no segmento Residencial principalmente pelos produtos de banda larga e Oi TV e o crescimento da receita da Mobilidade Pessoal impulsionada pelos serviços de dados e pelos maiores volumes de recargas.

Indicadores Operacionais Consolidados (em milhares de usuários)			Δ%
	2013	2012	
Residencial	17.837	18.337	-2,7%
Mobilidade Pessoal	47.727	46.305	+3,1%
Empresarial / Corporativo	8.246	8.971	-8,1%
Telefones Públicos	655	727	-9,9%
Unidades Geradoras de Receitas (UGRs)	74.466	74.339	+0,2%

Contax Participações

Em 2013 a Contax Participações continuou na posição de liderança em seu segmento de atuação, encerrando o ano com operações na Argentina, Brasil, Colômbia e Peru e ainda com presença comercial nos EUA, Chile, Espanha e Panamá. A Contax Participações é a maior prestadora de serviços de contact center e a única companhia de Business Process Outsourcing (BPO) especializada do país.

A Contax Participações terminou o ano com 108 mil colaboradores, dos quais 90 mil no Brasil, responsáveis pela operação de 47 mil posições de atendimento, espalhados em 34 sites localizados estrategicamente em 9 estados, Distrito Federal, Argentina, Colômbia, Espanha e Peru. No ano de 2013, a sua receita líquida consolidada atingiu R\$ 3,6 bilhões, seu lucro líquido totalizou R\$ 102,3 milhões com crescimento de 129,7% em relação a 2012.

Indicadores	2013	2012	Δ%
Volume PA's	47 mil	48 mil	-1,4%
Colaboradores	108 mil	107 mil	+0,7%
Receita líquida	R\$ 3,6 bilhões	R\$ 3,6 bilhões	-0,1%
EBITDA	R\$ 404 milhões	R\$ 368 milhões	+9,8%
Margem EBITDA	11,2%	10,2%	+1,0p.p
Lucro líquido	R\$ 102,3 milhões	R\$ 44,5 milhões	+129,7%
Dívida líquida	(R\$ 776,3 milhões)	(R\$ 677,1 milhões)	+14,6%
Dívida líquida / EBITDA	1,9x	1,8x	+0,1

Shopping Centers

Relatório da Administração

A Companhia, através da sua controlada Iguatemi, atua no segmento de shopping centers e participa de 24 empreendimentos, sendo 17 shoppings em operação, 1 outlet em operação, 3 torres de escritório em operação e 1 shopping em construção, 2 outlets em construção, 1 torre comercial em construção e a administração do Shopping Center Pátio Higienópolis. A atividade no setor de shopping centers engloba a concepção, planejamento, implementação, administração e comercialização dos empreendimentos e dos seus espaços comerciais e promocionais.

O foco de atuação da Iguatemi continua nas regiões Sul, Sudeste e Brasília, áreas de maior poder aquisitivo e potencial de consumo per capita do país e, com público-alvo predominantemente das classes A e B, menos suscetíveis às crises e mais exigentes em termos de qualidade dos produtos e serviços oferecidos.

Em 2013, a Iguatemi inaugurou dois novos shoppings, o Iguatemi Ribeirão Preto e o Iguatemi Esplanada, além de um novo outlet no Rio Grande do Sul. Também em 2013, foi inaugurada a expansão do Shopping Praia de Belas, que aumentou sua área bruta locável (ABL) de 30,1 mil m² para 47,7 mil m². Adicionalmente, foi adquirido 50% do Galleria Shopping, na cidade de Campinas em São Paulo.

Em relação a novos negócios, a Iguatemi anunciou a construção de um segundo Premium Outlet em Belo Horizonte - Minas Gerais e um terceiro Premium Outlet em Florianópolis – Santa Catarina.

R\$ Milhões ²	2013	2012	Δ %
Receita bruta	470	427	10,01%
Receita líquida	419	383	9,50%
EBITDA	336	400	-15,98%
EBITDA Ajustado ¹	336	292	15,18%
Lucro líquido	184	268	-31,35%
Lucro Líquido Ajustado ¹	184	166	11,07%
FundsFromOperations (FFO)	231	306	-24,41%
FundsFromOperations (FFO) ¹	231	204	13,59%
ABL Total (m ² /mil)	613	491	24,88%
ABL Própria (m ² /mil)	380	282	34,66%

¹ Valores ajustados apenas para a venda do Boulevard Rio Iguatemi em 3T12, de acordo com CPC-31.

² Considera o investimento no JK Iguatemi consolidado linha de Equivalência Patrimonial

A Iguatemi administra hoje uma ABL de aproximadamente 613 mil metros quadrados e sua participação proporcional nestes empreendimentos equivalem a aproximadamente 380 mil metros quadrados.

DESEMPENHO OPERACIONAL

A atividade principal da Companhia é a participação societária em outras empresas. Desse modo, as informações financeiras divulgadas refletem as informações financeiras divulgadas por suas controladas e controladas indiretas em conjunto, cujas demonstrações financeiras completas, quando aplicável, encontram-se arquivadas na CVM.

A Administração da Companhia está submetendo à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas a proposta de distribuição de dividendos no montante de R\$ 21 milhões.

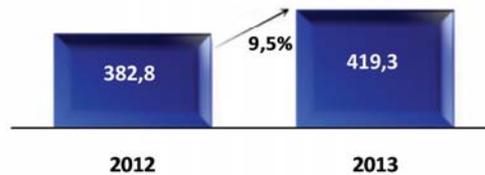
Resultado operacional

Receita líquida

Relatório da Administração

Em 2013 a receita líquida consolidada da Companhia atingiu R\$ 419,3 milhões, traduzindo-se em um aumento de 9,5% relativamente a de 2012, que atingiu R\$ 382,8 milhões.

Receita líquida – R\$ milhões

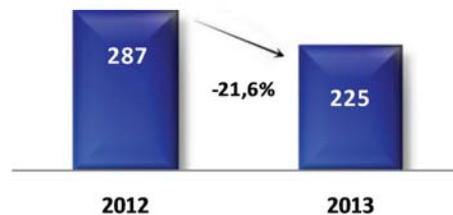


EBITDA

O resultado operacional, medido pelo EBITDA consolidado da Companhia no exercício 2013 atingiu R\$ 225 milhões, representando uma queda de 21,6% quando comparado aos R\$ 287 milhões reportados em 2012 que contemplou a venda do Shopping Boulevard Rio.

(R\$ Milhões)	2012	2013	Δ%
Lucro Líquido do Exercício	175	78	-55,1%
Despesas Financeiras Líquidas	29	59	108,5%
Depreciação e Amortização	38	47	24,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	46	41	-12,1%
EBITDA	287	225	-21,6%

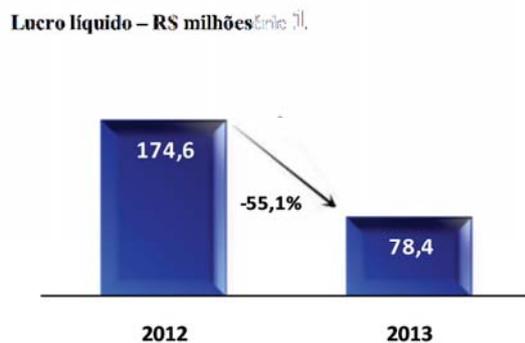
EBITDA – R\$ milhões



Lucro líquido

O lucro líquido consolidado em 2013 atingiu R\$ 78,4 milhões, representando uma queda de 55,1% do lucro líquido reportado em 2012 que totalizou R\$ 174,6 milhões.

Relatório da Administração



AUDITORES INDEPENDENTES – INSTRUÇÃO CVM No. 381/03

Nos termos da Instrução CVM 381/03, a Companhia informa que a KPMG Auditores Independentes prestadora de serviços de auditoria externa à Companhia, não prestou serviços não relacionados à auditoria externa durante o exercício de 2013.

AGRADECIMENTOS

A Administração agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores, instituições financeiras e demais participantes do mercado, o apoio e a confiança depositados e, em especial, aos seus funcionários pelo comprometimento, dedicação, empenho e esforço.

A Administração.

Notas Explicativas

ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Jereissati Participações S.A., sociedades controladas e negócios controlados em conjunto, distribuídas da seguinte forma:

1. Informações gerais
2. Principais políticas contábeis
3. Instrumentos financeiros e análise de riscos
4. Receitas de vendas e/ou serviços
5. Despesas por natureza
6. Outras receitas e despesas operacionais
7. Resultado financeiro
8. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro
9. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras
10. Contas a receber
11. Tributos correntes e diferidos sobre a renda
12. Depósitos e bloqueios judiciais
13. Investimentos (*inclui Propriedades para investimentos*)
14. Imobilizado
15. Intangível
16. Demais ativos
17. Empréstimos e financiamentos (*inclui debêntures*)
18. Programa de refinanciamento fiscal
19. Provisões
20. Demais obrigações
21. Patrimônio líquido
22. Benefícios a empregados
23. Informações por segmento
24. Transações com partes relacionadas
25. Seguros
26. Outras informações relevantes
27. Eventos subsequentes
28. Aprovação das Demonstrações Financeiras

Notas Explicativas

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Jereissati Participações S.A. (“Companhia”), é uma companhia aberta nacional, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – MLFT3 (ON) e MLFT4 (PN), e tem por objetivo a participação societária em outras empresas e a prestação de serviços de assessoria e consultoria econômica, financeira e tributária. A Companhia é sediada no Brasil, na cidade de São Paulo, no bairro Jardim Paulistano, na Rua Angelina Maffei Vita, 200 – 9º andar parte.

A Companhia é uma holding, que a partir de 1º de julho de 2013 passou a ser controlada pela JP Participações S.A. (“JPP”). Em 31 de dezembro de 2013, a JPP detém das ações em circulação da Companhia, 71,73% do seu capital total e 87,79% do seu capital votante.

A Companhia, por intermédio de suas controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto concentra seus investimentos nos segmentos de Shopping Centers, Telecomunicações e Contact Center e Serviços.

Segmento de Shopping Centers

O investimento no segmento de Shopping Centers é representado pela participação direta da Companhia na Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (“Iguatemi”) e suas controladas. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detém, das ações em circulação da Iguatemi, 51,64% do seu capital total e votante.

A controlada direta Iguatemi com sede em São Paulo – SP, negocia suas ações na BM&FBOVESPA, sob a sigla IGTA3, e tem por objeto social a exploração comercial e o planejamento de shopping centers, a prestação de serviços de administração de shopping centers regionais e de complexos imobiliários de uso misto, a compra e venda de imóveis, a exploração de estacionamentos rotativos, a intermediação na locação de espaços promocionais, a elaboração de estudos, projetos e planejamento em promoção e merchandising, o exercício de outras atividades afins ou correlatas ao seu objeto social e a participação em outras companhias como sócia, cotista, acionista ou associada por qualquer outra forma permitida por lei.

Os empreendimentos (“shopping centers”) são constituídos sob a forma de condomínio de edificação, não possuindo personalidade jurídica. Suas operações são registradas pela controlada direta Iguatemi, em seus livros contábeis, na proporção da sua participação. A controlada direta Iguatemi e suas controladas são detentoras de participação em determinados empreendimentos imobiliários, na sua grande maioria shopping centers, localizados nas Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste do Brasil.

Segmento de Telecomunicações

O investimento no segmento de Telecomunicações é representado pela participação direta da Companhia na Jereissati Telecom S.A. (“Jereissati Telecom”) e sua participação indireta no negócio controlado em conjunto EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”). Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia detém, das ações em circulação da Jereissati Telecom, 79,37% do seu capital total e 80,01% e votante.

A controlada direta Jereissati Telecom, é uma companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, com ações negociadas na BM&FBOVESPA – LFFE3 (ON) e LFFE4 (PN), e tem por objeto social a participação no capital de outras sociedades, como sócia ou acionista, a critério do Conselho de

Notas Explicativas

Administração, a exploração comercial e o planejamento de shopping centers e empreendimentos de uso misto, a compra e venda de imóveis, a fabricação e a comercialização de ferragens e o exercício de outras atividades industriais e comerciais de produtos conexos, bem como a importação e a exportação.

A Jereissati Telecom possui participação direta de 65% no capital total e votante da EDSP75 e 100% da Infinity Trading Limited. ("Infinity"), e participação direta e indireta da Oi S.A. ("Oi").

A Infinity, subsidiária integral da Jereissati Telecom, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, foi constituída em 1996, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

A EDSP75 é uma sociedade anônima, com sede em São Paulo, e tem por objeto social específico a participação no capital social da LF Tel S.A. ("LF Tel"), da Telemar Participações S.A. ("Telemar"); da Oi S.A., da CTX Participação S.A. ("CTX"), da Contax Participações S.A. ("Contax Participações") e das sociedades por elas controladas. Atualmente a EDSP75 possui participação integral no capital social da LF Tel.

A LF Tel, companhia aberta nacional, com sede em São Paulo, tem por objeto social específico a participação no capital social da Telemar Participações S.A., da Oi S.A., da CTX Participações S.A., da Contax Participações S.A. e das sociedades por elas controladas. Além destas, possui a participação em conjunto da Alium Participações S.A. ("Alium"), companhia que incorporou a sua controladora Privatinvest Participações S.A. ("Privatinvest") em 21 de junho de 2012. Em 31 de dezembro de 2013 a LF Tel detém das ações da Telemar, 19,35% do seu capital total e votante; das ações em circulação da Oi, 4,25% do capital total e das ações da CTX, 34,96% do seu capital total e votante.

O negócio controlado em conjunto Telemar é uma sociedade por ações, de capital aberto, com sede no Rio de Janeiro, tendo como objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Oi, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle, bem como participar em outras sociedades no país e no exterior. Em 31 de dezembro de 2013 a Telemar detém, das ações em circulação da Oi, 16,34% do seu capital total e 48,51% do seu capital votante.

Além da participação na Oi, a Telemar possui participação no capital social da Valverde Participações S.A. ("Valverde") e da Bakarne Investments Ltd. ("Bakarne").

A Oi é uma concessionária do STFC - Serviço Telefônico Fixo Comutado e atua desde julho de 1998 na Região II do PGO - Plano Geral de Outorgas, que abrange os estados brasileiros do Acre, Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Tocantins, Goiás, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, além do Distrito Federal, na prestação do STFC nas modalidades local e de longa distância intra-regional. A partir de janeiro de 2004, a Oi passou também a explorar os serviços de longa distância nacional e longa distância internacional em todas as Regiões e na modalidade local o serviço fora da Região II passou a ser ofertado a partir de janeiro de 2005. A prestação desses serviços é efetuada com base nas concessões outorgadas pela ANATEL - Agência Nacional de Telecomunicações, órgão regulador do setor brasileiro de telecomunicações.

A Oi ainda possui: (i) através da sua controlada integral Telemar Norte Leste S.A. ("TMAR") a concessão para prestação de serviços de telefonia fixa na Região I e serviço de LDI - Longa Distância Internacional em todo o território brasileiro; (ii) através da sua controlada indireta TNL PCS S.A. ("TNL PCS") a autorização para prestação de serviço de telefonia móvel nas Regiões I e

Notas Explicativas

III; e (iii) através da sua controlada integral Oi Móvel S.A. (“Oi Móvel”) a autorização para prestação de serviços de telefonia móvel na Região II.

A Oi é registrada na CVM - Comissão de Valores Mobiliários e na SEC - “*Securities and Exchange Commission*” dos EUA, tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e negocia seus ADR’s - “*American Depositary Receipts*” na NYSE – “*New York Stock Exchange*”.

A Valverde é uma sociedade por ações, subsidiária integral da Telemar, que foi adquirida em 1 de março de 2011, cujo objeto social principal é a participação em outras sociedades, que em 31 de dezembro de 2013 detém, das ações em circulação da Oi, 2,49% do seu capital total e 7,94% do seu capital votante.

A Bakarne é uma subsidiária integral da Telemar, com sede em Tortola – Ilhas Virgens Britânicas, constituída em 2003, com o objetivo de prestar serviços de gerenciamento e assessoria em operações financeiras à sua controladora.

Segmento de Contact Center e Serviços

O investimento no segmento de Serviços de Contact Centers e Cobrança é representado pela participação indireta da Companhia na LF Tel, que em 31 de dezembro de 2013, possui 34,96% do capital total e votante da CTX e das ações em circulação da Contax Participações, 3,86% do seu capital total e 9,12% do seu capital votante.

O negócio controlado em conjunto CTX é uma sociedade por ações, de capital aberto, e tem por objeto social a participação, direta ou indireta, no capital da Contax Participações S.A. e de outras sociedades, no país ou no exterior, podendo, inclusive, prestar serviços gerenciais e administrativos às empresas sob seu controle. A CTX possui como controlada direta a Contax Participações e como principais controladas indiretas a Contax S.A. (“Contax”), a TODO Tecnologia da Informação S.A. (“TODO”), a BRC Empreendimentos Imobiliários Ltda. (“BRC”), a Ability Comunicação Integral Ltda. (“Ability”), a Contax Sucursal Empresa Extranjeira (“Contax Argentina”), a Ability Trade Marketing Colômbia S.A.S (“Ability Colômbia”), a Contax Mobitel S.A. (“Contax Mobitel” ou “Dedic”), a Venecia SP Participações S.A. (“Venecia”) e a Stratton Spain S.L (“Stratton Espanha”) que em conjunto com as suas controladas Allus Spain S.L. (“Allus”), Stratton Argentina S.A. (“Stratton Argentina”), Stratton Peru S.A. (“Stratton Peru”), Multienlace S.A. (“Multienlace”), são denominadas como (“Grupo Allus”). As controladas da Contax Participações atuam em teleatendimento em geral, prestação de tecnologia da informação em geral e de informática, dentre outros, com exceção da Venecia que não possui operações. Em 31 de dezembro de 2013 a CTX detém das ações em circulação da Contax Participações, 58,21% do capital votante e 27,45% do capital total. A Contax Participações, por sua vez, em 31 de dezembro de 2013 detém 100% do capital da Contax.

Outros Segmentos de Negócios

Em 2012, a Companhia em parceria com Sollers Investimentos e Participações S.A. (“Sollers”) investiu na empresa Brio Investimentos Imobiliários S.A. (“BRIO”), uma empresa constituída com o objetivo de estruturar e investir em ativos imobiliários em geral (à exceção de Shopping Centers).

A BRIO é uma sociedade controlada pela Companhia que em 31 de dezembro de 2013 detém 55% do seu capital total. O seu principal objetivo é identificar, estruturar e viabilizar oportunidades de investimentos no setor imobiliário brasileiro, e oferecer tais oportunidades a um grupo amplo de

Notas Explicativas

investidores, analisando a conveniência, timing, fundamentos e oportunidades de se investir nas seguintes classes de ativos: escritórios corporativos, salas comerciais, galpões industriais / logístico, residencial, loteamentos, hotelaria e Investimentos Financeiros Estruturados atrelados a ativos imobiliários.

As participações em controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto da Companhia, após a exclusão das ações em tesouraria, estão demonstradas abaixo, as quais devem ser lidas em conjunto com a Nota 26:

Sociedade	Atividade	País sede	Participação Acionária Direta		Participação Acionária Indireta	
			2013	2012	2013	2012
Segmento de Shopping Centers						
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. (i) (*)	Holding	Brasil	51,64%	56,10%	0,65%	0,72%
Shopping Centers Reunidos do Brasil Ltda ("SCRB") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda ("Lasul") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Rio Pinheiros Diversões LTDA. ("Rio Pinheiros") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Iguatemi Estacionamentos Ltda. ("IESTA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Leasing Mall Comercialização, Assessoria e Planejamento de Shopping Centers Ltda. ("Leasing Mall") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
EDR47 Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("EDR47")(i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
SISP Participações S.A. ("SISP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
IESTA Porto Alegre Estacionamentos Ltda ("IESTAPA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Administradora Gaúcha de Shopping Centers S.A. ("AGSC") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	18,83%	20,46%
Market Place Participações e Empreendimentos Imobiliários Ltda ("MPPart") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A. ("WTORRE") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	26,15%	28,41%
I-Retail Serv. Consult. De Moda e Particip. Ltda ("I-Retail") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Anwold Malls Corporation ("Anwold") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Amuco Shopping S.A. ("Amuco") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
CSC41 Participações LTDA ("CS41") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
SCIALPHA Participações LTDA ("SCIALPHA") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
AEMP - Administradora de Empreendimentos Ltda. ("AEMP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Fleury Alliegro Imóveis Ltda. ("FLEURY") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	41,83%	45,46%
Iguatemi Leasing Ltda. ("Iguatemi Leasing") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Iguatemi Outlets do Brasil Ltda. ("OLNH") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	-
Odivelas SP Participações S.A. ("OSPP") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	17,43%	18,94%
Participações e Comércio Anhumas Ltda ("ANHU") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	-
ATOW Administradora de Torres Ltda ("ATOW") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
CSC61 Participações Ltda. ("CS61") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
SCIRP Participações Ltda. ("SCRIP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
DV Brasil Comércio Varejista Ltda ("DV Brasil") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Market Place Torres Ltda ("MPT") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
AEST - Administradora de Estacionamento Ltda ("AEST") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
JK Iguatemi Estacionamentos Ltda ("JKES") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	26,15%	28,41%
JK Iguatemi Administração de Shopping Centers Ltda ("01JJ") (ii)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%
Praia de Belas Deck Parking Ltda ("PBES") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	41,83%	45,46%
SJRP Iguatemi Empreendimentos Ltda ("SJRP") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	56,82%

Notas Explicativas

I-Art Produções Teatrais ("IART") (i)	Shopping Center	Brasil	-	-	52,29%	-	
Segmento de Telecomunicações							
Jereissati Telecom S.A. (i)	Holding	Brasil	79,37%	79,37%	-	-	
EDSP75 Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	51,59%	51,59%	
LF TEL S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	51,59%	51,59%	
Telemar Participações S.A.(ii)	Holding	Brasil	-	-	9,98%	9,98%	
Oi S.A (ii)	Holding	Brasil	-	-	4,15%	4,19%	
Oi Móvel (ii)	Telefonia móvel – Região II	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Brasil Telecom Comunicação Multimídia Ltda. ("BrT Multimídia") (ii)	Tráfego de dados	Brasil	-	-	4,08%	6,61%	
BrT Card Serviços Financeiros Ltda. ("BrT Card") (ii)	Serviços financeiros	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Brasil Telecom Call Center S.A. ("BrT Call Center") (ii)	Serviços de centrais de atendimento e Telemarketing	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
BrT Serviços de Internet S.A. ("BrTI") (ii)	Holding	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Internet Group do Brasil S.A ("iG Brasil") (ii)	Internet	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Brasil Telecom Cabos Submarinos Ltda. ("BrT CS") (ii)	Tráfego de dados	Brasil	-	-	6,27%	6,61%	
Brasil Telecom Subsea Cable Systems (Bermuda) Ltd. (ii)	Tráfego de dados	Bermuda Estados Unidos da América	-	-	4,08%	4,19%	
Brasil Telecom of America Inc. (ii)	Tráfego de dados	Venezuela	-	-	4,08%	4,19%	
Brasil Telecom de Venezuela, S.A. ("BrT Venezuela") (ii)	Tráfego de dados	Colômbia	-	-	4,08%	4,19%	
Brasil Telecom de Colômbia, Empresa Unipersonal (ii)	Tráfego de dados	Paraguai	-	-	4,08%	4,19%	
Oi Paraguay Comunicaciones SRL (ii)	Tráfego de dados	Gestão de carteira de direitos creditórios e participação em outras sociedades	Brasil	-	-	2,04%	
Rio Alto Participações S.A. ("Rio Alto") (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Copart 5 Participações S.A. ("Copart 5") (ii)	Telefonia Fixa – Região I	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Telemar Norte Leste S.A. (ii)	Telefonia Móvel – Regiões I e III	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
TNL PCS S.A. (ii) (iii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Paggo Empreendimentos S.A. (ii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamentos Ltda (ii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Paggo Administradora de Crédito Ltda ("Paggo Administradora") (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	6,27%	6,60%	
Oi Serviços Financeiros S.A. ("Oi Serviços Financeiros") (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Copart 4 Participações S.A. ("Copart 4") (ii)	Internet	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Telemar Internet Ltda ("Oi Internet") (ii)	Internet	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Dommo Empreendimentos Imobiliários S.A. (ii)	Compra e venda de imóveis	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
SEREBE – Serviços de Rede S.A. (ii)	Serviços de rede	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Pointer Networks S.A. ("Pointer") (ii)	Internet Wifi	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Wifi Tec España S.L (ii)	Internet Wifi	Espanha	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Venezuela C.A (ii)	Internet Wifi	Venezuela	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Wifi S.A (ii)	Internet Wifi	Uruguai	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Ukraine LLC (ii)	Internet Wifi	Ucrânia	-	-	3,67%	4,19%	
VEX USA Inc (ii)	Internet Wifi	Estados Unidos da América	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Bolivia (ii)	Internet Wifi	Bolívia	-	-	4,08%	4,19%	
Pointer Networks S.A. – SUC Argentina (ii)	Internet Wifi	Argentina	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Wifi Canadá Ltd (ii)	Internet Wifi	Canadá	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Chile Networks Serv Tec Ltda (ii)	Internet Wifi	Chile	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Colombia Ltda (ii)	Internet Wifi	Colômbia	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Paraguay S.A. (ii)	Internet Wifi	Paraguai	-	-	4,08%	4,19%	
Pointer Peru S.A.C (ii)	Internet Wifi	Peru	-	-	4,08%	4,19%	
VEX Portugal S.A. (ii)	Internet Wifi	Portugal	-	-	4,02%	4,19%	
VEX Panamá S.A. (ii)	Internet Wifi	Panamá	-	-	4,08%	4,19%	
Oi Brasil Holdings Cooperatief UA ("Oi Holanda") (ii)	Sistemas de pagamentos e de crédito	Holanda	-	-	4,08%	4,19%	
Circuito das Águas Telecom S.A. (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Caryopoeae Participações S.A. (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Bryophyta SP Participações S.A. (ii)	Investimentos em propriedades	Brasil	-	-	4,08%	4,19%	
Segmento de Contact Center e Cobrança							
CTX Participações S.A. (ii)		Brasil	-	-	18,04%	18,04%	
Contax Participações S.A. (ii)		Brasil	-	-	8,93%	6,14%	
Contax S.A. (ii)	Teleatendimento em geral	Brasil	-	-	6,94%	6,14%	

Notas Explicativas

Dedic (ii)	Teleatendimento em geral	Brasil	-	-	6,94%	6,14%
Ability (ii)	Trade marketing	Brasil	-	-	6,94%	6,14%
TODO BPO (ii) (iv)	Tecnologia da informação	Brasil	-	-	6,94%	4,91%
BRC - XVI Empreendimentos Imobiliários (ii)	Projeto Nova Luz	Brasil	-	-	6,94%	6,14%
Contax Argentina (ii)	Teleatendimento em geral	Argentina	-	-	6,94%	6,14%
GPTI (ii)	Tecnologia da informação	Brasil	-	-	6,94%	6,14%
Stratton Espanha (ii)	Teleatendimento em geral	Espanha	-	-	6,94%	6,14%
Venecia (ii)	Teleatendimento em geral	Brasil	-	-	6,94%	6,14%
Outras companhias						
BRIO Investimentos Imobiliários S.A. (i)	Gestão e administração da propriedade imobiliária	Brasil	55,00%	55,00%	-	-
FIP GJ Real State (i)	Fundo de investimento	Brasil	40,71%	-	-	-
FIP BRIO Real State (i)	Fundo de investimento	Brasil	71,43%	-	-	-
Valverde Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	10,00%	9,98%
Alium Participações S.A. (ii)	Holding	Brasil	-	-	25,80%	25,80%
		Ilhas Virgens Britânicas				
Infinity Trading Limited (i)	Holding	Britânicas	-	-	79,37%	79,37%
		Ilhas Virgens Britânicas				
Bakarne Investments Ltd (ii)	Holding	Britânicas	-	-	10,00%	9,98%

Em decorrência das alterações nas normas dos CPC 36 (IFRS 10) e CPC 19 (IFRS 11), a partir de 1º de janeiro de 2012, as companhias que compõem o segmento de Telecomunicações, com exceção da Jereissati Telecom e as companhias que compõem o segmento de Contact Center e Cobrança, não são mais consolidadas de forma proporcional nas Demonstrações Financeiras da Companhia, sendo assim, as informações relevantes destes segmentos de negócios estão apresentados nas Notas 13.

- (i) Controladas diretas e indiretas da Companhia mensuradas pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais e consolidadas integralmente nas Demonstrações Financeiras Consolidadas da Companhia.
- (ii) Negócios controlados em conjunto indiretamente pela Companhia, mensurados pelo método de equivalência patrimonial não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia.
- (iii) Empresa incorporada em fevereiro de 2014.
- (iv) Em abril de 2013, a Contax S.A. adquiriu os 20% das ações de sua controlada TODO Soluções em Tecnologia S.A. e passou a deter a totalidade das ações desta empresa. Em maio de 2013, a Todo Soluções em Tecnologia S.A. foi incorporada pela GPTI Tecnologia da Informação S.A. ("GPTI"). Adicionalmente, o razão social da GPTI foi alterado para Todo Tecnologia da Informação S.A.

(*) Em 4 de junho de 2013 a controlada Iguatemi emitiu 16.000.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, para subscrição pública, com conseqüente aumento do seu capital no valor de R\$376.000. Em 27 de junho de 2013, em reunião do Conselho de Administração da controlada Iguatemi, foi aprovado o aumento de capital de R\$49.364, mediante a emissão adicional à oferta pública realizada em 4 de junho de 2013, de 2.100.600 ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço de emissão por ação de R\$23,50, integralizadas à vista. Os aumentos de capital foram contabilizados líquidos dos custos das transações de R\$16.060. Em conseqüência, a Companhia apurou um ganho no valor de R\$79.679, contabilizado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido na linha "Variação de participação em investimentos e minoritários", passando a deter nesta operação, 51,46% do capital em circulação da Iguatemi. Este percentual se elevou para 51,64% com a movimentação das ações em tesouraria da Iguatemi no exercício findo 31 de dezembro de 2013.

Reorganização Societária da Companhia

Notas Explicativas

A proposta de reorganização societária tinha por objetivo elevar a Companhia a níveis diferenciados e regras mais rígidas de governança corporativa e de divulgação e transparência de informações e a unificação de suas ações em apenas uma espécie e classe de ação, resultando em potencial aumento de liquidez e geração de valor aos seus acionistas.

Estimava-se que a reorganização societária, com a adoção de melhores práticas de governança nos moldes do Novo Mercado resultaria em criação de valor para os acionistas, notadamente, dentre outros fatores:

- (i) novos investidores que buscam companhias comprometidas com regras mais rígidas de governança corporativa;
- (ii) melhora na avaliação da companhia investida pelos acionistas por decidir aderir, voluntariamente, a um nível diferenciado de governança corporativa;
- (iii) redução do risco dos investidores que decidem ser sócios da Companhia em decorrência de direitos e garantias mais efetivas assegurados aos acionistas;
- (iv) vantagens competitivas baseadas na adoção de melhores práticas de governança corporativa;
- (v) acesso mais amplo ao mercado de capitais;
- (vi) tratamento igualitário a todos os acionistas, tendo em vista que o capital social será dividido somente em ações ordinárias que terão *tag along* de 100%; e
- (vii) aumento e concentração da liquidez em uma única espécie e classe de ações.

A reorganização societária planejada previa (i) a incorporação pela Companhia de sua atual controladora, JP Participações S.A. – a qual detém das ações em circulação da Companhia, 71,73% do seu capital total e 87,79% do seu capital votante; (ii) a conversão da totalidade de ações preferenciais de emissão da Companhia em ações ordinárias, na proporção de uma ação ordinária para cada ação preferencial de sua emissão (“Conversão de Ações”); (iii) a adoção pela Companhia das mais elevadas práticas de governança corporativa, incluindo a adoção de um Estatuto Social nos moldes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA; (iv) a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais da BM&FBOVESPA, em caráter transitório; e (v) a listagem da Companhia no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, uma vez atendido os requisitos de dispersão exigidos naquele segmento especial de listagem (“Reorganização Societária”).

Em 28 de janeiro de 2014, foi concluída a apuração do exercício do direito de retirada pelos acionistas da Companhia, com relação à Conversão de Ações e a alteração do percentual do dividendo obrigatório para 25% do lucro líquido ajustado, aprovadas na assembleia geral extraordinária e na assembleia especial realizadas em 27 de dezembro de 2013, tendo sido apurado o exercício do direito de retirada por acionistas titulares de 50.000 ações ordinárias e 50.218.613 ações preferenciais de emissão da Companhia, o que, com base no valor patrimonial de R\$1,74602 por ação, totalizaria um desembolso de R\$87.770 pela Companhia.

Em virtude dos impactos que o pagamento do eventual reembolso traria às finanças da Companhia, em assembleia geral extraordinária da Companhia, realizada em 10 de março de 2014 (Nota 27), foi aprovada a proposta de reconsideração da Reorganização Societária da Companhia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Notas Explicativas

As principais políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas de maneira consistente pela Companhia e suas controladas.

(a) Base de elaboração e declaração de conformidade

As Demonstrações Financeiras são de responsabilidade da Administração da Companhia e compreendem as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas.

As Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela CVM.

As Demonstrações Financeiras Individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas, negócios controlados em conjunto e coligadas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação brasileira vigente. Dessa forma, essas Demonstrações Financeiras Individuais não são consideradas como estando conforme as IFRSs, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo de aquisição.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Consolidadas, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas Demonstrações Financeiras Individuais, a Companhia optou por apresentar essas Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas políticas contábeis no item (b) a seguir.

A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas estão divulgadas no item (c).

(b) Principais políticas contábeis

Critérios de consolidação das controladas pelo método integral

A consolidação integral foi elaborada de acordo com o CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as Demonstrações Financeiras das controladas diretas e indiretas da Companhia. Os principais procedimentos de consolidação são:

- soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a natureza contábil;

Notas Explicativas

- eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos, bem como as receitas, despesas e lucros não realizados, entre as empresas consolidadas;
- eliminação dos investimentos e correspondentes participações no patrimônio líquido das empresas controladas;
- destaque das participações dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e no resultado do exercício.

Conversão de moeda estrangeira

Moeda funcional e de apresentação

A Companhia, suas controladas do Segmento de Shoppings Centers, seus negócios controlados em conjunto do Segmento de Telecomunicações e Segmento de Contact Centers e Cobrança atuam, respectivamente como holdings, administradora de shopping centers no mercado brasileiro, operadoras no setor de telecomunicações brasileiro, prestadora de serviços de teleatendimento em geral e em atividades correlacionadas (vide Nota 1), sendo a moeda corrente utilizada nas transações o Real (R\$).

Para a definição da moeda funcional, a Administração considerou a moeda que influencia:

- o preço de venda de produtos e serviços das controladas diretas e indiretas e seus negócios controlados em conjunto;
- os custos dos serviços prestados e dos produtos vendidos, das controladas diretas e indiretas e seus negócios controlados em conjunto;
- o fluxo de caixa pelo recebimento de clientes e pagamento a fornecedores das controladas diretas e indiretas e negócios controlados em conjunto;
- juros, investimentos e financiamentos.

Sendo assim a moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real (R\$), mesma moeda que é utilizada para apresentação das Demonstrações Financeiras.

Transações e saldos

Quando aplicável, as transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional utilizando-se a taxa de câmbio na data da transação. A variação cambial resultante da conversão é reconhecida na demonstração do resultado.

Empresas do grupo

Determinadas controladas e negócios controlados em conjunto possuem investimentos em empresas com sede no exterior (Nota 1).

No segmento de Telecomunicações, a Oi possui uma controlada na Venezuela, cuja economia é considerada hiperinflacionária pelo IAS 29. Os efeitos da hiperinflação impactam indiretamente o patrimônio da Companhia.

O segmento de Contact Center e Cobrança possui operações no exterior, que utilizam moeda funcional diferente do Real (R\$), cujos ativos e passivos são convertidos para reais, utilizando as

Notas Explicativas

taxas de câmbio vigentes no fim do período. Os resultados são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período, a menos que as taxas de câmbio tenham flutuado significativamente durante o período; neste caso, são utilizadas as taxas de câmbio da data da transação. As variações cambiais resultantes dessas conversões, se houver, são classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido, impactando de forma reflexa indiretamente o patrimônio da Companhia.

Apresentação de informação por segmentos

O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais da Companhia, a Administração. Todos os resultados operacionais dos segmentos são analisados frequentemente para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

Combinações de negócios

A Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto optaram por adotar a isenção para o reprocessamento das combinações de negócios ocorridas anteriormente à data de transição para as IFRS e CPC, 1 de janeiro de 2009, de acordo com o IFRS 1 / CPC 37. Sendo assim os excedentes pagos estão mensurados e classificados conforme sua fundamentação original. Para os casos em que o fundamento tenha sido as mais-valias de ativos adquiridos, a Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto procedem com a depreciação com base nas vidas úteis e caso haja evidência de perdas no valor recuperável, testes são efetuados para avaliar a extensão da redução do valor recuperável dos ativos e; para os casos em que o fundamento seja a rentabilidade econômica futura (“*goodwill*”), o valor recuperável é testado anualmente, ou quando existirem indicativos de impairment.

Caixa e equivalentes de caixa

Este grupo é representado pelos saldos de numerários em espécie no caixa e em fundo fixo, contas bancárias e aplicações financeiras de curtíssimo prazo, de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses), prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, sendo demonstrados pelo valor justo nas datas de encerramento dos exercícios apresentados e não superam o valor de mercado.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras são classificadas de acordo com a sua finalidade em: (i) mantidas para negociação; (ii) mantidas até o vencimento; e (iii) disponíveis para venda.

As aplicações mantidas para negociação são avaliadas pelo seu valor justo, com seus efeitos reconhecidos em resultado. As aplicações mantidas até o vencimento são mensuradas pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, reduzida de provisão para ajuste ao valor provável de realização, quando aplicável, com seus efeitos reconhecidos no resultado. As aplicações disponíveis para venda são avaliadas ao valor justo, com seus ganhos e perdas não realizados reconhecidos em outros resultados abrangentes, quando aplicável.

Contas a receber

Notas Explicativas

As contas a receber são reconhecidas inicialmente pelo valor justo, que geralmente representa os montantes faturados e, posteriormente, pelos saldos menos provisão para eventuais perdas no valor recuperável.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa leva em consideração os valores de clientes vencidos há mais de um ano e os valores em atraso desses clientes com prazo inferior a um ano, constituída com base na estimativa das possíveis perdas que possam ocorrer na cobrança desses créditos, a qual é considerada suficiente pela Administração para a cobertura dessas perdas.

Estoques

Os estoques são apresentados pelo menor valor entre o valor de custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisições. O valor líquido realizável corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos necessários para realizar a venda.

Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras Individuais.

Os investimentos em sociedades em que a Administração tenha influência significativa, ou nas quais participe com 20% ou mais do capital votante, ou que façam parte do mesmo grupo que estejam sob controle comum, também são avaliados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 13).

Investimentos em negócios controlados em conjunto (“joint ventures”)

Uma “joint venture” é um acordo contratual através do qual uma companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da “joint venture” requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Os negócios controlados em conjunto da Companhia são registrados pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controle compartilhado foi adquirido.

Propriedades para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. As propriedades para investimento são divulgadas ao valor justo, conforme Nota 13 (c). Periodicamente, a vida útil e o valor residual das propriedades para investimentos são revisados.

Imobilizado

Demonstrado ao custo, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base nas taxas divulgadas na Nota 14.

Intangível

Notas Explicativas

Os ágios reconhecidos na aquisição dos investimentos com fundamento econômico na expectativa de lucros futuros foram amortizados até 31 de dezembro de 2008 de forma linear, com base no período de lucratividade estimada na aquisição. A recuperação do saldo contábil é testada anualmente, ou em decorrência de eventos ou circunstâncias que representem indicadores de perda de valor. Para fins do teste de recuperação, os ágios são alocados à unidade geradora de caixa da forma como são monitorados pela Administração. O valor recuperável é determinado com base em modelos econômicos de avaliação que incluem o fluxo de caixa futuro descontado e a análise de dados de mercado comparáveis.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados e são submetidos a teste anual de perda de seu valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, são também submetidos a teste de impairment para análise do seu valor recuperável (Nota 15).

Ajuste a valor presente

A Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto efetuam avaliação dos seus ativos e passivos financeiros para identificar a ocorrência da aplicabilidade do ajuste ao valor presente. Os ativos adquiridos através de contratos de arrendamento mercantil são ajustados a valor presente.

Em aspectos gerais, quando aplicável a taxa utilizada é a média de retorno de investimentos ou de captação global, dependendo se o instrumento financeiro é ativo ou passivo, respectivamente. A contrapartida contábil é o ativo ou passivo que tenha dado origem ao instrumento financeiro, quando aplicável, e os encargos financeiros presumidos são apropriados ao resultado pelo prazo da operação.

Na avaliação da Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto, nenhum ativo e passivo registrado em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é sujeito ao ajuste a valor presente, tendo em vista os seguintes fatores: (i) sua natureza; (ii) realização a curto prazo de determinados saldos e transações; (iii) inexistência de ativos e passivos monetários com juros implícitos ou explícitos embutidos. Nos casos em que os instrumentos financeiros estão mensurados pelo custo amortizado, estes se encontram atualizados monetariamente pelos índices contratuais.

Deterioração de ativos financeiros

A Companhia, suas controladas e negócios controlados em conjunto avaliam periodicamente, se há evidência objetiva de que o ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros é considerado deteriorado quando existirem evidências objetivas da redução de seu valor recuperável, sendo estas evidências o resultado de um ou mais eventos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo, e quando houver impacto nos fluxos de caixa futuros estimados.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é considerado evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Empréstimos e financiamentos

Notas Explicativas

Os empréstimos e financiamentos estão apresentados pelo custo amortizado, atualizados pelas variações monetárias ou cambiais e acrescidos de juros incorridos até a data do encerramento do exercício.

Os custos de transação incorridos são mensurados ao custo amortizado e reconhecidos no passivo, reduzindo o saldo de empréstimos e financiamentos, sendo apropriados ao resultado no decorrer do período de vigência dos contratos.

Provisões

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa de desembolso exigido para liquidar a obrigação presente na data do balanço, com base na opinião dos administradores e consultores jurídicos internos e externos, sendo os valores registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos dos processos.

O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

Instrumentos Financeiros

A categoria é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros.

Os ativos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Quando aplicável, são incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos, que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como: (i) empréstimos e recebíveis; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; ou (iii) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e recebíveis

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo.

São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Notas Explicativas

Os passivos financeiros mantidos pela Companhia são classificados sob as seguintes categorias:

Passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

São classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Outros passivos financeiros

São mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, no caso da Companhia, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures (Notas 17) e saldos a pagar a fornecedores nacionais e estrangeiros.

Benefícios a empregados

Planos de previdência privada

A Companhia, as controladas diretas Iguatemi e Jereissati Telecom mantém plano de previdência complementar na Unibanco-AIG - Previdência Prever de contribuição definida. Esse plano é opcional aos seus funcionários e a Companhia e suas controladas, contribuem com 100% do valor mensal, não possuindo nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

Plano de opção de compra de ações

A controlada direta Iguatemi possui plano de remuneração com base em ações, liquidados em ações, segundo os quais a controlada direta Iguatemi recebe os serviços como contraprestação das opções de compra de ações. O valor das opções concedidas é reconhecido como despesa, durante o período no qual o direito é adquirido, período durante o qual as condições específicas de aquisição de direitos devem ser atendidas. Na data do balanço, a controlada direta Iguatemi revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

Participações dos empregados no resultado

A provisão que contempla o programa de participações dos empregados nos resultados é contabilizada pelo regime de competência, no qual participam todos os empregados elegíveis que tenham trabalhado proporcionalmente no ano conforme as regras do Programa. A determinação do montante, que é pago até abril do ano seguinte ao do registro da provisão, considera o programa de metas estabelecido por cada companhia.

Reconhecimento das receitas

As receitas correspondem, substancialmente, ao valor das contraprestações recebidas ou recebíveis pela venda de serviços no curso regular das atividades da Companhia e de suas controladas.

A receita é reconhecida quando o valor da mesma pode ser mensurado de maneira confiável, é provável que benefícios econômicos futuros serão transferidos para a Companhia e suas controladas, os custos incorridos na transação possam ser mensurados, os riscos e benefícios foram

Notas Explicativas

substancialmente transferidos ao comprador e quando critérios específicos forem satisfeitos para cada uma das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas consolidadas da Companhia, representadas substancialmente pelas receitas de alugueis do Segmento de Shopping Centers são reconhecidas com base na fruição dos contratos. Receitas de cessões de direitos a lojistas são diferidas e apropriadas ao resultado de acordo com a fruição do primeiro contrato de aluguel.

Reconhecimento das despesas

As despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização das receitas.

Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras são contabilizadas pelo regime de competência e representam substancialmente, os juros efetivos auferidos sobre contas a receber liquidadas após o vencimento e os ganhos com aplicações financeiras. As despesas financeiras representam os juros efetivos incorridos e os demais encargos com empréstimos, financiamentos, despesas bancárias e outras transações financeiras.

Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro corrente e diferido

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são contabilizados pelo regime de competência, à alíquota de 25% e 9%, respectivamente. Os tributos mencionados atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social são registrados no ativo ou passivo, conforme o caso, somente no pressuposto de realização ou exigibilidade futura. Os impostos diferidos ativos e passivos, quando aplicável, são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos, quando constituídos.

Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia dividido pela média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, nos períodos apresentados, nos termos do CPC 41 e IAS 33.

Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elabora as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Financeiras conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as companhias abertas, enquanto para o IFRS representa informação financeira adicional.

Notas Explicativas

Demonstração dos Fluxos de Caixa

A Demonstração dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com o CPC03 (R2)/IAS 7 através do método indireto. A Companhia e suas controladas classificam na rubrica de caixa e equivalentes de caixa os saldos de numerários conversíveis imediatamente em caixa e os investimentos de alta liquidez (normalmente com vencimento inferior a três meses) utilizados de forma usual nas atividades rotineiras e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (i) atividades operacionais; (ii) atividades de investimento; e (iii) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos aos fornecedores, pessoal, tributos, encargos financeiros e perdas em processos judiciais. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, principalmente, aquisições e alienações de investimentos, depósitos e resgates judiciais e pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, principalmente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos e financiamentos obtidos, instrumentos financeiros derivativos e pagamentos de dividendos e juros sobre o capital próprio.

(c) Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Ao preparar as Demonstrações Financeiras, a Administração da Companhia, de suas controladas e de seus negócios controlados em conjunto, se baseiam em estimativas e premissas derivadas da experiência histórica e outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, as quais se consideram razoáveis e relevantes. A aplicação das estimativas e premissas frequentemente requer julgamentos relacionados a assuntos que são incertos, com relação aos resultados das operações e ao valor dos ativos e passivos. Os resultados operacionais e posição financeira podem diferir se as experiências e premissas utilizadas na mensuração das estimativas forem diferentes dos resultados reais. As principais estimativas que possuem risco significativo de causar ajustes materiais sobre os saldos contábeis dos ativos e passivos, incluem estimativas referentes ao reconhecimento de receitas, à provisão para crédito de liquidação duvidosa, à redução ao valor recuperável de ativos de longa duração, instrumentos financeiros derivativos, à seleção da vida útil dos bens do ativo imobilizado e das propriedades para investimento, às provisões para benefícios a empregados, às provisões de participações dos empregados no resultado, às provisões necessárias para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis, às determinações de provisões para imposto de renda e contribuição social e a outras similares.

(d) Reapresentação dos valores correspondentes - novas normas, alterações e interpretações de normas

(i) Benefícios a empregados

O CPC 33 (R1) excluiu a possibilidade de utilização do “método corredor” no reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais dos planos de benefícios definidos.

A partir da adoção do novo pronunciamento os ganhos e perdas atuariais passaram a ser reconhecidos integralmente no patrimônio líquido (outros resultados abrangentes). Esses valores não reciclam para o resultado do exercício, permanecendo em conta do patrimônio líquido de outros resultados abrangentes.

Notas Explicativas

(ii) Apresentação das Demonstrações Financeiras

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras anuais da Companhia em 2012, Nota 2 (d), publicadas no dia 19 de março de 2013, o IFRS 11 – CPC 19 (R2) elimina a possibilidade da opção da consolidação proporcional dos negócios controlados em conjunto. A partir da adoção do novo pronunciamento, os negócios controlados em conjunto passaram a ser avaliados exclusivamente pelo método da equivalência patrimonial. A Companhia possui participações indiretas em negócios controlados em conjunto nas empresas Oi S.A., Telemar Participações S.A., LF Tel S.A., EDSP75 Participações S.A., CTX Participações S.A., Contax Participações S.A. e Alium Participações S.A.

Na apresentação das Demonstrações Financeiras comparativas de 31 de dezembro de 2012 foram efetuados ajustes visando apresentar, retrospectivamente, os efeitos das adoções dos CPC 33 (R1) e CPC 19 (R2), com vigência a partir de 1º de janeiro de 2013. Em conformidade com o item 40ª do CPC 26 (R2), a Companhia está apresentando um terceiro balanço patrimonial, referente ao início do período anterior, devido ao fato que a aplicação retrospectiva das referidas normas impactaram significativamente o balanço patrimonial de 1º de janeiro de 2012.

Os ajustes efetuados na apresentação das Demonstrações Financeiras em 1º de janeiro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

Conciliação do Balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012		Consolidado	
	Saldos originalmente apresentados	Investimento controlado em conjunto (ii)	Saldos reapresentados em 1º de janeiro de 2012
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	3.161.782	(1.880.175)	1.281.607
Aplicações financeiras	360.227	(360.227)	-
Instrumentos financeiros derivativos	41.029	(41.029)	-
Contas a receber	1.077.659	(1.006.789)	70.870
Estoques	28.792	(28.015)	777
Tributos correntes a recuperar	212.008	(185.979)	26.029
Outros tributos	225.291	(225.289)	2
Dividendos a receber	5.915	(5.738)	177
Depósitos e bloqueios judiciais	343.768	(343.768)	-
Ativo relacionado aos fundos de pensão	37.196	(37.196)	-
Demais ativos	210.621	(205.964)	4.657
Total do ativo circulante	5.704.288	(4.320.169)	1.384.119
Não circulante			
Aplicações financeiras	37.534	(37.534)	-
Contas a receber	28.946	-	28.946
Instrumentos financeiros derivativos	28.541	(28.541)	-
Ativo financeiro disponível para venda	109.540	(109.540)	-
Tributos diferidos a recuperar	950.177	(940.127)	10.050

Notas Explicativas

Outros tributos	94.697	(94.697)	-
Depósitos e bloqueios judiciais	1.268.824	(1.250.483)	18.341
Ativo relacionado aos fundos de pensão	39.952	(39.952)	-
Créditos com partes relacionadas	121.355	79.980	201.335
Demais ativos	66.486	(58.062)	8.424
Investimentos	11.808	897.369	909.177
Propriedades para investimentos	1.845.554	(186.067)	1.659.487
Imobilizado	3.787.281	(3.768.932)	18.349
Intangível	3.108.410	(2.997.160)	111.250
Total do ativo não circulante	11.499.105	(8.533.746)	2.965.359
Total do ativo	17.203.393	(12.853.915)	4.349.478
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Salários, encargos sociais e benefícios	146.848	(128.495)	18.353
Fornecedores	789.614	(775.587)	14.027
Empréstimos e financiamentos	1.093.155	(953.031)	140.124
Instrumentos financeiros derivativos	37.804	(37.768)	36
Tributos correntes a recolher	120.878	(107.741)	13.137
Outros tributos	313.968	(313.968)	-
Dividendos a pagar	106.748	(66.904)	39.844
Autorizações e concessões a pagar	65.148	(65.148)	-
Programa de refinanciamento fiscal	17.674	(16.606)	1.068
Provisões para fundos de pensão	12.184	(12.184)	-
Provisões	286.278	(286.278)	-
Demais obrigações	315.820	(290.152)	25.668
Total do passivo circulante	3.306.119	(3.053.862)	252.257
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	6.164.878	(4.909.032)	1.255.846
Instrumentos financeiros derivativos	24.134	(24.134)	-
Tributos diferidos	467.325	(447.423)	19.902
Outros tributos	281.437	(280.666)	771
Autorizações e concessões a pagar	223.853	(223.853)	-
Programa de refinanciamento fiscal	168.587	(164.711)	3.876
Provisões para fundos de pensão	85.558	(85.558)	-
Provisões	869.931	(831.911)	38.020
Passivos com partes relacionadas	75.106	132.234	207.340
Lucros e receitas a apropriar	3.532	(3.532)	-
Demais obrigações	209.165	(167.144)	42.021
Total do passivo não circulante	8.573.506	(7.005.730)	1.567.776

Notas Explicativas

Patrimônio líquido atribuído aos controladores			
Capital social	784.004	-	784.004
Reserva de capital	15.800	-	15.800
Reserva de lucros	911.836	3.615	915.451
Ações em tesouraria	-	(3.615)	(3.615)
Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	(40.366)	-	(40.366)
Ajustes de avaliação patrimonial	(5.523)	-	(5.523)
Outros resultados abrangentes	1.285	-	1.285
	1.667.036	-	1.667.036
Participações dos não controladores	3.656.732	(2.794.323)	862.409
Total do patrimônio líquido	5.323.768	(2.794.323)	2.529.445
Total do passivo e patrimônio líquido	17.203.393	(12.853.915)	4.349.478

Conciliação do Patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2012

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Patrimônio líquido originalmente apresentado	1.667.036	1.667.036
Participação dos não controladores originalmente apresentada	-	3.656.732
Patrimônio líquido total	1.667.036	5.323.768
Ajustes:		
Participação dos acionistas não controladores não consolidados	-	(2.794.323)
	-	(2.794.323)
Atribuído a:		
Não controladores		(2.794.323)
Patrimônio líquido ajustado	1.667.036	2.529.445
Atribuído a:		
Controlador	1.667.036	1.667.036
Não controladores	-	862.409

Os ajustes efetuados na apresentação das Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012 seguem demonstrados nos quadros abaixo:

	<u>Controladora</u>		
	<u>Saldos originalmente apresentados</u>	<u>Ganhos e perdas atuariais (i)</u>	<u>Saldos reapresentados em 31/12/2012</u>
Ativo			

Notas Explicativas

Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	18	-	18
Aplicações financeiras	315.421	-	315.421
Contas a receber	207	-	207
Tributos correntes a recuperar	5.000	-	5.000
Dividendos a receber	36.127	-	36.127
Demais ativos	305	-	305
Total do ativo circulante	357.078	-	357.078
Não circulante			
Tributos diferidos a recuperar	4.615	-	4.615
Depósitos e bloqueios judiciais	3.486	-	3.486
Investimentos	1.663.321	(8.762)	1.654.559
Imobilizado	2	-	2
Intangível	2	-	2
Total do ativo não circulante	1.671.426	(8.762)	1.662.664
Total do ativo	2.028.504	(8.762)	2.019.742
-			
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Salários, encargos sociais e benefícios	1.710	-	1.710
Fornecedores	106	-	106
Empréstimos e financiamentos	113.737	-	113.737
Tributos correntes a recolher	253	-	253
Dividendos a pagar	542	-	542
Demais obrigações	69	-	69
Total do passivo circulante	116.417	-	116.417
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	227.355	-	227.355
Outros tributos	249	-	249
Provisões	8.757	-	8.757
Demais obrigações	3.408	-	3.408
Total do passivo não circulante	239.769	-	239.769
Patrimônio líquido atribuído aos controladores			
Capital social	784.004	-	784.004
Reserva de capital	10.566	-	10.566
Reserva de lucros	986.791	-	986.791
Ações em tesouraria	(3.615)	-	(3.615)
Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	(26.540)	-	(26.540)
Ajustes de avaliação patrimonial	(86.708)	-	(86.708)
Outros resultados abrangentes	7.820	(8.762)	(942)
Total do patrimônio líquido	1.672.318	(8.762)	1.663.556
Total do passivo e patrimônio líquido	2.028.504	(8.762)	2.019.742

Notas Explicativas

Conciliação do Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012				Consolidado
	Saldos originalmente apresentados	Ganhos e perdas atuariais (i)	Investimento controlado em conjunto (ii)	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	1.712.655	-	(781.109)	931.546
Aplicações financeiras	972.148	-	(405.315)	566.833
Instrumentos financeiros derivativos	96.309	-	(96.309)	-
Contas a receber	1.231.939	-	(1.138.733)	93.206
Estoques	61.448	-	(57.940)	3.508
Tributos correntes a recuperar	311.332	-	(284.822)	26.510
Outros tributos	234.271	-	(234.271)	-
Dividendos a receber	384	-	401	785
Depósitos e bloqueios judiciais	316.083	-	(316.083)	-
Ativo relacionado aos fundos de pensão	1.401	-	(1.401)	-
Demais ativos	154.689	-	(147.275)	7.414
Total do ativo circulante	5.092.659	-	(3.462.857)	1.629.802
Não circulante				
Aplicações financeiras	26.826	-	(26.826)	-
Contas a receber	63.032	-	-	63.032
Instrumentos financeiros derivativos	52.480	-	(52.480)	-
Ativo financeiro disponível para venda	136.262	-	(136.262)	-
Tributos diferidos a recuperar	683.126	-	(670.821)	12.305
Outros tributos	115.139	-	(115.139)	-
Depósitos e bloqueios judiciais	1.518.657	-	(1.497.038)	21.619
Ativo relacionado aos fundos de pensão	15.211	-	(15.211)	-
Créditos com partes relacionadas	48.047	-	71.072	119.119
Demais ativos	106.414	-	(68.748)	37.666
Investimentos	13.610	(8.762)	928.745	933.593
Propriedades para investimentos	2.183.462	-	(263.697)	1.919.765
Imobilizado	3.879.737	-	(3.856.762)	22.975
Intangível	2.928.167	-	(2.818.547)	109.620
Total do ativo não circulante	11.770.170	(8.762)	(8.521.714)	3.239.694
Total do ativo	16.862.829	(8.762)	(11.984.571)	4.869.496
Passivo e patrimônio líquido				
Circulante				
Salários, encargos sociais e benefícios	220.627	-	(196.110)	24.517
Fornecedores	741.347	-	(726.482)	14.865
Empréstimos e financiamentos	953.414	-	(658.460)	294.954
Instrumentos financeiros derivativos	46.566	-	(46.566)	-

Notas Explicativas

Tributos correntes a recolher	199.071	-	(187.870)	11.201
Outros tributos	338.203	-	(336.438)	1.765
Dividendos a pagar	114.946	-	(85.920)	29.026
Autorizações e concessões a pagar	159.285	-	(159.285)	-
Programa de refinanciamento fiscal	16.259	-	(15.003)	1.256
Provisões para fundos de pensão	15.595	-	(15.595)	-
Provisões	240.998	-	(240.998)	-
Demais obrigações	236.554	-	(228.997)	7.557
Total do passivo circulante	3.282.865	-	(2.897.724)	385.141
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	7.054.012	-	(5.510.165)	1.543.847
Instrumentos financeiros derivativos	30.799	-	(30.799)	-
Tributos diferidos	83.838	-	(59.599)	24.239
Outros tributos	337.946	-	(337.423)	523
Autorizações e concessões a pagar	165.338	-	(165.338)	-
Programa de refinanciamento fiscal	149.496	-	(148.228)	1.268
Provisões para fundos de pensão	72.276	-	(72.276)	-
Provisões	822.198	-	(768.412)	53.786
Passivos com partes relacionadas	71.203	-	132.234	203.437
Demais obrigações	182.022	-	(126.582)	55.440
Total do passivo não circulante	8.969.128	-	(7.086.588)	1.882.540
Patrimônio líquido atribuído aos controladores				
Capital social	784.004	-	-	784.004
Reserva de capital	10.566	-	-	10.566
Reserva de lucros	986.791	-	-	986.791
Ações em tesouraria	(3.615)	-	-	(3.615)
Ágio em transações de capital e variações de porcentagens de participações	(26.540)	-	-	(26.540)
Ajustes de avaliação patrimonial	(86.708)	-	-	(86.708)
Outros resultados abrangentes	7.820	(8.762)	-	(942)
	1.672.318	(8.762)	-	1.663.556
Participações dos não controladores	2.938.518	-	(2.000.259)	938.259
Total do patrimônio líquido	4.610.836	(8.762)	(2.000.259)	2.601.815
Total do passivo e patrimônio líquido	16.862.829	(8.762)	(11.984.571)	4.869.496

Conciliação do lucro líquido para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012**Consolidado**

Notas Explicativas

	Saldos originalmente apresentados	Investimento controlado em conjunto (ii)	Saldos ajustados em 31/12/2012
Receita líquida de vendas e/ou serviços	5.142.754	(4.759.938)	382.816
Custo dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	(3.215.513)	3.111.202	(104.311)
Lucro bruto	1.927.241	(1.648.736)	278.505
Receitas (despesas) operacionais			
Resultado de equivalência patrimonial	-	(73.945)	(73.945)
Despesas com vendas	(628.052)	628.052	-
Gerais e administrativas	(501.359)	411.640	(89.719)
Outras receitas operacionais	516.845	(337.411)	179.434
Outras despesas operacionais	(499.641)	454.808	(44.833)
Lucro antes do resultado financeiro e dos tributos	815.034	(565.592)	249.442
Receitas financeiras	508.385	(366.671)	141.714
Despesas financeiras	(1.029.733)	859.484	(170.249)
Resultado financeiro	(521.348)	492.813	(28.535)
Lucro antes das tributações	293.686	(72.779)	220.907
Imposto de renda e contribuição social			
Corrente	(218.892)	174.947	(43.945)
Diferido	152.878	(155.215)	(2.337)
Lucro líquido do exercício proveniente de operações continuadas	227.672	(53.047)	174.625
Lucro do exercício proveniente de operações descontinuadas	49	(49)	-
Lucro líquido do exercício	227.721	(53.096)	174.625
Lucro líquido do exercício atribuído aos controladores	74.218	-	74.218
Lucro líquido do exercício atribuído aos não controladores	153.503	(53.096)	100.407

Conciliação dos Fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Fluxos de caixa	Consolidado		
	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Atividades operacionais	349.719	(166.641)	183.078
Atividades de investimentos	(1.348.569)	508.134	(840.435)
Atividades de financiamentos	(449.604)	756.900	307.296

Conciliação do Valor adicionado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

Consolidado		
--------------------	--	--

Notas Explicativas

	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Receitas	7.049.693	(6.333.410)	716.283
Insumos adquiridos de terceiros	(2.364.308)	2.156.839	(207.469)
Retenções	(1.034.202)	981.504	(52.698)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	3.651.183	(3.195.067)	456.116
Valor adicionado recebido em transferência	508.385	(440.616)	67.769
Valor adicionado total a distribuir	4.159.568	(3.635.683)	523.885
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal	999.825	(923.629)	76.196
Impostos e Taxas	1.635.860	(1.542.356)	93.504
Remuneração de capitais de terceiros	1.296.162	(1.116.602)	179.560
Remuneração de capitais próprios	227.721	(53.096)	174.625
Valor adicionado distribuído	4.159.568	(3.635.683)	523.885

Conciliação do Patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2012

	Controladora	Consolidado
Patrimônio líquido originalmente apresentado	1.672.318	1.672.318
Participação dos não controladores originalmente apresentada	-	2.938.518
Patrimônio líquido total	1.672.318	4.610.836
Ajustes:		
Ganhos e (perdas) atuariais reflexa (i)	(8.762)	(8.762)
Participação dos acionistas não controladores não consolidados (ii)	-	(2.000.259)
	(8.762)	(2.009.021)
Atribuído a:		
Controlador	(8.762)	(8.762)
Não controladores	-	(2.000.259)
Patrimônio líquido ajustado	1.663.556	2.601.815
Atribuído a:		
Controlador	1.663.556	1.663.556
Não controladores	-	938.259

	Controladora		
	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Demonstrações do valor adicionado			
Lucro líquido do exercício	74.218	-	74.218
Resultado abrangente	6.535	(8.762)	(2.227)
Total do resultado abrangente do exercício	80.753	(8.762)	71.991
Resultado abrangente atribuído ao controlador	80.753	(8.762)	71.991
			Consolidado

Notas Explicativas

Demonstrações do valor adicionado	Saldos originalmente apresentados 31/12/2012	Efeito total das mudanças dos CPC's	Saldos reapresentados em 31/12/2012
Lucro líquido do exercício	227.721	(53.096)	174.625
Resultado abrangente	31.041	(33.463)	(2.422)
Total do resultado abrangente do exercício	258.762	(86.559)	172.203
Resultado abrangente atribuído ao controlador	80.753	(8.762)	71.991
Resultado abrangente atribuído ao não controlador	178.009	(77.797)	100.212

Novas normas e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2014 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para o Grupo estão mencionadas abaixo. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

IFRS 9 Instrumentos Financeiros

A IFRS 9, como emitida, reflete a primeira fase do trabalho do IASB para substituição da IAS 39 e se aplica à classificação e avaliação de ativos e passivos financeiros conforme definição da IAS 39. O pronunciamento seria inicialmente aplicado a partir dos exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2013, mas o pronunciamento Amendments to IFRS 9 Mandatory Effective Date of IFRS 9 and Transition Disclosures, emitido em dezembro de 2011, postergou a sua vigência para 1º de janeiro de 2018. Nas fases subsequentes, o IASB abordará questões como contabilização de hedges e provisão para perdas de ativos financeiros. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

Entidades de Investimento (Revisões da IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27)

As revisões serão efetivas para exercícios que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2014 e fornecem uma exceção aos requisitos de consolidação para as entidades que cumprem com a definição de entidade de investimento de acordo com a IFRS 10. Essa exceção requer que as entidades de investimento registrem os investimentos em controladas pelos seus valores justos no resultado. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes para suas demonstrações financeiras, uma vez que nenhuma de suas entidades se qualifica como entidade de investimento.

IAS 32 Compensação de Ativos e Passivos Financeiros – Revisão da IAS 32

Essas revisões clarificam o significado de “atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos” e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.

IFRIC 21 Tributos

O IFRIC 21 clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que o IFRIC 21 tenha impactos materiais em suas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

IAS 39 Renovação de Derivativos e Continuação de Contabilidade de Hedge – Revisão da IAS 39

Essa revisão ameniza a descontinuação da contabilidade de hedge quando a renovação de um derivativo designado como hedge atinge certos critérios. Essas revisões passam a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não renovou seus derivativos durante o exercício corrente. Contudo, essa revisão será aplicada nas futuras renovações de derivativos.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE RISCOS

Os instrumentos financeiros da Companhia foram classificados conforme as seguintes categorias:

	2013				Controladora 2012			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizável	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizável	Total
Ativos								
Caixa e equivalentes de caixa	26	-	-	26	18	-	-	18
Aplicações financeiras	188.262	-	-	188.262	315.421	-	-	315.421
Contas a receber	-	-	-	-	-	207	-	207
Dividendos a receber	-	24.250	-	24.250	-	36.127	-	36.127
Total	188.288	24.250	-	212.538	315.439	36.334	-	351.773
Passivos								
Salários, encargos sociais e benefícios	-	-	1.212	1.212	-	-	1.710	1.710
Fornecedores	-	-	195	195	-	-	106	106
Empréstimos e financiamentos	-	-	247.661	247.661	-	-	341.092	341.092
Dividendos a pagar	-	-	21.539	21.539	-	-	542	542
Programa de refinanciamento fiscal	-	-	771	771	-	-	-	-
Total	-	-	271.378	271.378	-	-	343.450	343.450

	2013				Consolidado 2012			
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizável	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Passivos ao custo amortizável	Total
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	279.392	-	-	279.392	931.546	-	-	931.546
Aplicações financeiras	1.211.862	-	-	1.211.862	566.833	-	-	566.833
Contas a receber	-	223.039	-	223.039	-	156.238	-	156.238
Dividendos a receber	-	67	-	67	-	785	-	785
Empréstimos a receber	-	9.079	-	9.079	-	11.314	-	11.314
Créditos com outras partes relacionadas	-	99.314	-	99.314	-	119.119	-	119.119
Desapropriações a receber	-	-	-	-	-	1.402	-	1.402
Total	1.491.254	331.499	-	1.822.753	1.498.379	288.858	-	1.787.237
Passivos								
Salários e encargos sociais e benefícios	-	-	24.564	24.564	-	-	24.517	24.517
Fornecedores	-	-	30.438	30.438	-	-	14.865	14.865
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	2.220.498	2.220.498	-	-	1.838.801	1.838.801
Passivos com partes relacionadas	-	-	203.884	203.884	-	-	203.437	203.437
Dividendos a pagar	-	-	43.907	43.907	-	-	29.026	29.026
Programa de refinanciamento fiscal	-	-	39.791	39.791	-	-	2.524	2.524
Outras contas a pagar	-	-	61.518	61.518	-	-	27.691	27.691
Total	-	-	2.624.600	2.624.600	-	-	2.140.861	2.140.861

Hierarquia do valor justo

O CPC 46 / IFRS 13 define valor justo como o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A norma esclarece que o valor justo deve ser fundamentado nas

Notas Explicativas

premissas que os participantes de um mercado utilizam quando atribuem um valor/preço à um ativo ou passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para desenvolver essas premissas. A hierarquia do valor justo atribui maior peso às informações de mercado disponíveis (ou seja, dados observáveis) e menor peso às informações relacionadas a dados sem transparência (ou seja, dados inobserváveis). Adicionalmente, a norma requer que a empresa considere todos os aspectos de riscos de não desempenho (“*nonperformance risk*”), incluindo o próprio crédito da Companhia, ao mensurar o valor justo de um passivo.

O CPC 40 / IFRS 7 estabelece uma hierarquia de três níveis a ser utilizada ao mensurar e divulgar o valor justo. Um instrumento de categorização na hierarquia do valor justo baseia-se no menor nível de “*input*” significativo para sua mensuração. Abaixo está demonstrada uma descrição dos três níveis de hierarquia:

Nível 1 — Os “*inputs*” são preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data da mensuração;

Nível 2 — Os “*inputs*” são diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1, sendo informações observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente. Os “*inputs*” do Nível 2 incluem preços praticados em um mercado ativo para ativos ou passivos similares, preços praticados em um mercado inativo para ativos ou passivos idênticos; ou “*inputs*” que são observáveis ou que possam corroborar na observação de dados de um mercado por correlação ou de outras formas para substancialmente toda parte do ativo ou passivo.

Nível 3 — Os “*inputs*” para o ativo ou passivo não são baseados em variáveis observáveis de mercado. Esses “*inputs*” representam as melhores estimativas da Administração da Companhia, geralmente mensurados utilizando modelos de precificação, fluxo de caixa descontado, ou metodologias similares que demandam um significativo julgamento ou estimativa.

A tabela abaixo demonstra a hierarquia do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e de 2012.

Ativos	Hierarquia do valor justo	Valor justo			
		Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Equivalentes de caixa	Nível 1	26	18	279.392	931.546
Aplicações financeiras	Nível 1	188.262	315.421	1.211.862	566.833
Total dos ativos		188.288	315.439	1.491.254	1.498.379

Administração do risco financeiro

A Companhia, como holding, com exceção ao risco de taxa de juros, não sofre impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos e do câmbio no seu resultado operacional, no entanto, é afetada pelos efeitos destas variações nos resultados de suas principais controladas diretas e indiretas consolidadas e negócios controlados em conjunto não consolidados nas suas Demonstrações Financeiras.

As controladas diretas e indiretas consolidadas e os negócios controlados em conjunto não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia estão expostas a uma variedade de

Notas Explicativas

riscos financeiros, tais como: risco de mercado (incluindo risco de alterações na moeda, risco de taxa de juros sobre valor justo, risco de taxa de juros sobre fluxo de caixa e risco de preço), risco de crédito e risco de liquidez. Determinados negócios controlados em conjunto não consolidados, usam instrumentos financeiros derivativos para proteger-se de certas exposições a estes riscos.

O gerenciamento de risco é realizado pela diretoria de tesouraria, de acordo com as políticas aprovadas pela Administração de cada controlada e negócio controlado em conjunto.

(a) Risco de taxa de juros

Ativos financeiros

Os equivalentes de caixa e as aplicações financeiras em moeda local são mantidos, substancialmente, em fundos de investimento, geridos para Companhia e suas controladas consolidadas, e aplicações em títulos privados, emitidos por instituições financeiras de primeira linha.

O risco de taxa de juros vinculados aos ativos decorre da possibilidade de ocorrerem queda nessas taxas e, conseqüentemente, na remuneração desses ativos.

Esses ativos financeiros estão assim representados no balanço:

	2013		Controladora 2012	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo				
Aplicações financeiras	188.262	188.262	315.421	315.421
	188.262	188.262	315.421	315.421

	2013		Consolidado 2012 (reapresentado)	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Ativo				
Equivalentes de caixa	238.874	238.874	924.776	924.776
Aplicações financeiras	1.211.862	1.211.862	566.833	566.833
	1.450.736	1.450.736	1.491.609	1.491.609

Passivos financeiros

A Companhia e suas controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros flutuantes com base na TJLP, IPCA e no CDI, no caso das dívidas expressas em Reais. Determinados negócios controlados em conjunto não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia, possuem empréstimos e financiamentos sujeitos a taxa de juros da LIBOR, no caso da dívida expressa em Dólares dos Estados Unidos da América.

Notas Explicativas

Análise de sensibilidade de risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas consolidadas em suas Demonstrações Financeiras consideram que o risco de variações nas taxas de juros advém do seu passivo vinculado ao IPCA, à TJLP e principalmente ao CDI. Sendo assim, o risco está associado à elevação dessas taxas. Para os negócios controlados em conjunto não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia, este risco estende-se também à taxa LIBOR USD.

Na data de encerramento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Administração estimou cenários de variação nas taxas IPCA, TJLP e CDI. Para o cenário provável, foram utilizadas as taxas vigentes na data de encerramento do exercício. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários possível e remoto, respectivamente.

2013								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
9,77%	5,00%	5,91%	12,21%	6,25%	7,39%	14,66%	7,50%	8,87%

2012								
Cenários de taxas de juros								
Cenário provável			Cenário possível			Cenário remoto		
CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA	CDI	TJLP	IPCA
6,90%	5,50%	5,53%	8,63%	6,88%	6,91%	10,35%	8,25%	8,30%

Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Administração estimou o fluxo futuro de pagamentos de juros de suas dívidas vinculadas ao IPCA, CDI e à TJLP com base nas taxas de juros apresentadas acima, assumindo ainda, que todos os pagamentos de juros seriam realizados nas datas de liquidação previstas contratualmente. Não foram considerados fluxos de dívidas contratadas entre empresas do grupo. O impacto das elevações hipotéticas nas taxas de juros pode ser mensurado pela diferença dos fluxos futuros dos cenários possível e remoto em relação ao cenário provável, onde não há estimativa de elevação. Cabe ressaltar que tal análise de sensibilidade considera fluxos de pagamentos em datas futuras. Assim, o somatório global dos valores em cada cenário não equivale ao valor justo, ou ainda, ao valor presente desses passivos. O valor justo desses passivos, mantendo-se o risco de crédito da Companhia e suas controladas inalterado, não seria impactado em caso de variações nas taxas de juros, tendo em vista que as taxas utilizadas para levar os fluxos a valor futuro seriam as mesmas que trariam os fluxos a valor presente.

Adicionalmente, são mantidos equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados que teriam um aumento de remuneração nos cenários possível e remoto, neutralizando parte do impacto das elevações das taxas de juros no fluxo de pagamentos das dívidas. Entretanto, por não ter uma previsibilidade de vencimentos equivalente a dos passivos financeiros, o impacto dos cenários sobre tais ativos não foi considerado. Os saldos de equivalentes de caixa e de aplicações financeiras estão apresentados na Nota 9.

Notas Explicativas

Os efeitos de exposição a taxa de juros, nos cenários de sensibilidade estimados pela Companhia, estão demonstrados nas tabelas a seguir:

Controladora						
2013						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	26.651	26.516	20.165	8.125	81.457
Total vinculado a taxas de juros		26.651	26.516	20.165	8.125	81.457
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	31.209	27.106	20.565	8.378	87.258
Total vinculado a taxas de juros		31.209	27.106	20.565	8.378	87.258
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	34.791	27.696	20.652	8.435	91.574
Total vinculado a taxas de juros		34.791	27.696	20.652	8.435	91.574
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		4.558	590	400	252	5.800
CDI		4.558	590	400	252	5.800
Cenário Remoto - Cenário Provável		8.140	1.180	487	310	10.117
CDI		8.140	1.180	487	310	10.117

Consolidado						
2013						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	234.050	622.896	552.784	865.496	2.275.226
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.335	17.000	20.422	75.448	115.205
Dívidas em TR	Alta do TR	21.784	37.604	25.083	10.979	95.450
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	116.235	226.294	119.911	26.585	489.025
Total vinculado a taxas de juros		374.404	903.794	718.200	978.508	2.974.906
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	270.587	683.733	613.663	936.713	2.504.696
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.368	17.735	21.819	77.993	119.915
Dívidas em TR	Alta do TR	21.784	37.604	25.083	10.979	95.450
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	120.782	231.902	121.560	26.841	501.085
Total vinculado a taxas de juros		415.521	970.974	782.125	1.052.526	3.221.146
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	305.723	746.456	680.560	1.009.687	2.742.426
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	2.401	18.499	23.306	80.783	124.989
Dívidas em TR	Alta do TR	21.784	37.604	25.083	10.979	95.450
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	125.283	237.453	123.192	27.094	513.022
Total vinculado a taxas de juros		455.191	1.040.012	852.141	1.128.543	3.475.887
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		41.117	67.179	63.925	74.019	246.240
CDI		36.537	60.837	60.879	71.217	229.471

Notas Explicativas

IPCA	33	735	1.397	2.545	4.710
TJLP	4.547	5.608	1.649	256	12.059
Cenário Remoto - Cenário Provável	80.787	136.218	133.941	150.035	500.981
CDI	71.673	123.560	127.776	144.191	467.200
IPCA	66	1.499	2.884	5.335	9.784
TJLP	9.048	11.159	3.281	509	23.997

Controladora				
2012				
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	Total
Cenário Provável				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	18.902	10.585	29.487
Total vinculado a taxas de juros		18.902	10.585	29.487
Cenário Possível				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	31.260	31.861	63.121
Total vinculado a taxas de juros		31.260	31.861	63.121
Cenário Remoto				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	33.714	36.133	69.847
Total vinculado a taxas de juros		33.714	36.133	69.847
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros				
Cenário Possível – Cenário Provável		12.358	21.276	33.634
CDI		12.358	21.276	33.634
Cenário Remoto - Cenário Provável		14.812	25.548	40.360
CDI		14.812	25.548	40.360

Consolidado						
2012						
(reapresentado)						
Operação	Risco individual	Até 1 ano	2 a 3 anos	4 a 5 anos	Maiores que 5 anos	Total
Cenário Provável						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	144.561	340.561	363.009	155.862	1.003.993
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	-	-	19.928	26.012	45.940
Dívidas em TR	Alta do TR	52.428	111.977	91.442	76.154	332.001
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	95.963	225.126	178.929	51.209	551.227
Total vinculado a taxas de juros		292.952	677.664	653.308	309.237	1.933.161
Cenário Possível						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	165.215	382.162	373.095	157.115	1.077.587
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	-	-	21.213	28.779	49.992
Dívidas em TR	Alta do TR	52.428	111.977	91.442	76.154	332.001
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	101.068	232.877	181.299	51.412	566.656
Total vinculado a taxas de juros		318.711	727.016	667.049	313.460	2.026.236
Cenário Remoto						
Dívidas em CDI	Alta do CDI	175.891	406.599	383.100	158.357	1.123.947
Dívidas em IPCA	Alta do IPCA	-	-	22.581	31.840	54.421
Dívidas em TR	Alta do TR	52.428	111.977	91.442	76.154	332.001
Dívidas em TJLP	Alta da TJLP	106.118	240.542	183.642	51.613	581.915
Total vinculado a taxas de juros		334.437	759.118	680.765	317.964	2.092.284
Impactos estimados no valor justo dos instrumentos financeiros						
Cenário Possível – Cenário Provável		25.759	49.352	13.741	4.223	93.075

Notas Explicativas

CDI	20.654	41.601	10.086	1.253	73.594
IPCA	-	-	1.285	2.767	4.052
TJLP	5.105	7.751	2.370	203	15.429
Cenário Remoto - Cenário Provável	41.485	81.455	27.457	8.727	159.124
CDI	31.330	66.039	20.091	2.495	119.955
IPCA	-	-	2.653	5.828	8.481
TJLP	10.155	15.416	4.713	404	30.688

(b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de uma das partes contratantes de instrumento financeiro causar prejuízo financeiro à outra parte pelo não cumprimento da sua obrigação perante esta outra. É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas (i) ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, (ii) à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, (iii) à redução de ganhos ou remunerações, ou (iv) às vantagens concedidas na renegociação ou devido aos custos de recuperação.

Os riscos de créditos da Companhia estão substancialmente associados aos riscos de créditos de suas controladas que representam os segmentos de negócios nos quais a Companhia concentra seus investimentos.

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas controladas consideram para avaliar a qualidade de créditos de potenciais clientes as seguintes premissas: o valor da garantia oferecida deve cobrir no mínimo 12 meses do custo de ocupação (aluguel, somando encargos comuns e fundos de promoção multiplicados por 12), as garantias aceitas (imóvel, carta fiança, seguro, etc.), a idoneidade de pessoas físicas e jurídicas envolvidas na locação (sócios; fiadores; caucionantes) e a utilização da empresa SERASA como referência para consultas.

Segmento de Telecomunicações

A concentração do risco de crédito associado às contas a receber de clientes do Segmento de Telecomunicações não é relevante em função da pulverização da carteira. Os créditos de liquidação duvidosa estão adequadamente cobertos por provisão para fazer face a eventuais perdas nas suas realizações.

As operações com instituições financeiras (aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos) são distribuídas em instituições de primeira linha, evitando risco de concentração. O risco de crédito das aplicações financeiras é avaliado através do estabelecimento de limites máximos de aplicação nas contrapartes, considerando os “ratings” publicados pelas principais agências de risco internacionais para cada uma destas contrapartes.

Segmento de Contact Center e Cobrança

O risco de crédito em relação às contas a receber do Segmento de Contact Center e Cobrança é minimizado, substancialmente, em função do porte financeiro das empresas para as quais é prestado os serviços. Adicionalmente, monitora-se continuamente a posição de seus recebíveis, reavaliando, sempre que necessário, suas políticas de crédito, objetivando mitigar eventuais perdas. Sempre que

Notas Explicativas

necessário, constitui-se provisão para créditos de liquidação duvidosa para os clientes inadimplentes e aplica procedimentos de cobrança e negociação de créditos vencidos.

(c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de que a entidade enfrente dificuldades para cumprir obrigações relacionadas a passivos financeiros que são liquidadas pela entrega de caixa ou outro ativo financeiro.

A principal fonte de recursos da Companhia é o fluxo de dividendos oriundo dos resultados de suas controladas. Desta forma o risco de liquidez da Companhia está associado a capacidade de liquidez de suas controladas, principalmente na capacidade de pagar dividendos.

Segmento de Shopping Centers

A previsão de fluxo de caixa é realizada nas entidades operacionais da controlada direta Iguatemi pelos profissionais de finanças que monitoram continuamente a liquidez para assegurar que a controlada direta Iguatemi tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, o cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, as exigências regulatórias externas ou legais.

Segmento de Telecomunicações

Os recursos gerados são utilizados, principalmente, para custear gastos de capital para expansão e modernização de rede, investir em novos negócios, pagar dividendos e refinanciar dívidas.

As condições são atendidas com fluxo de caixa gerado internamente, dívidas de curto e longo prazos e financiamentos externos. Estas origens de recursos somadas à sua forte posição financeira continuarão a permitir o cumprimento dos requisitos de capital estabelecidos.

A Oi e suas controladas possuem duas linhas de crédito rotativo, o que aumenta a liquidez no curto prazo e possibilita maior eficiência da gestão do caixa, sendo consistente com o seu foco estratégico na redução do custo do capital. As linhas de crédito rotativo foram contratadas em novembro de 2011 e em dezembro de 2012 junto a sindicatos compostos por diversos bancos comerciais globais.

Segmento de Contact Center e Cobrança

Como política de gestão de ativos financeiros, a Administração procura permanentemente otimizar sua rentabilidade adequada a risco e, para tanto, são estabelecidos critérios e indicadores que demonstrem a adequação dos riscos de liquidez.

(d) Risco de vencimentos antecipados de empréstimos e financiamentos

A ocorrência de eventos de inadimplemento em alguns dos instrumentos de dívida da Companhia e de suas controladas poderá configurar o vencimento antecipado de outros instrumentos de dívida. A impossibilidade de incorrer em dívidas adicionais pode impedir a capacidade de investir em seu negócio e de fazer dispêndios de capital necessários ou aconselháveis, o que pode prejudicar os planos de investimentos e a lucratividade da Companhia.

Notas Explicativas

Os riscos de vencimento antecipado decorrente do não cumprimento dos “*covenants*” financeiros atrelados às dívidas estão detalhados na Nota 17, na seção “*Covenants*” para as controladas diretas e indiretas consolidadas nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

(e) Riscos contingenciais

Os riscos contingenciais são avaliados segundo hipóteses de exigibilidade e estão segregados entre provisões e passivos contingentes, conforme definições contidas no CPC 25/IAS 37. Provisões são as contingências consideradas como de risco provável, reconhecidas no passivo, pois existe uma obrigação presente como resultado de evento passado, sendo provável uma saída de recursos para liquidar a obrigação.

(f) Risco de aspecto regulatório

O Segmento de Telecomunicações no qual a Companhia concentra seus investimentos, embora a regulamentação dos serviços de telecomunicações em geral seja bastante abrangente, ela é ainda mais restritiva quando se trata dos serviços prestados no regime público, definido na LGT - Lei Geral das Telecomunicações, como é o caso do Serviço Telefônico Fixo Comutado (“STFC”). Em decorrência, grande parte dos riscos e obrigações regulatórias diz respeito a esse serviço, que tem grande relevância nas atividades da Oi, negócio controlado em conjunto não consolidado nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Contratos de Concessão

Estão em vigor contratos de concessão do STFC nas modalidades local e longa distância nacional, firmados pela Oi junto à ANATEL, com abrangência no período compreendido entre 1 de janeiro de 2006 e 31 de dezembro de 2025. Estes contratos de concessão, que prevêem revisões quinquenais, no geral possuem um maior grau de intervenção na gestão dos negócios do que os instrumentos de outorga relativos aos serviços prestados no regime privado, contendo ainda vários dispositivos de defesa dos interesses do consumidor, conforme percebido pelo órgão regulador.

Entre outros pontos destacam-se:

- (i) O ônus da concessão definido como 2% da receita anual líquida de tributos, paga a cada biênio, a partir do exercício social de 2006, sendo que o primeiro pagamento ocorreu no dia 30 de abril de 2007. Tal método de cálculo, no que diz respeito à competência, corresponde a 1% da receita líquida de tributos de cada exercício social;
- (ii) A imposição de metas de universalização que poderão ser revistas a cada cinco anos, na forma prevista nos referidos contratos de concessão. A imposição de novas metas que impliquem em ônus adicionais deverá ser sempre acompanhada da indicação de fontes de financiamento correspondentes. Em 30 de junho de 2011, foi firmado junto à ANATEL e ao Ministério das Comunicações, a revisão dos contratos de concessão de STFC que serão imputadas para o período 2011 a 2015;
- (iii) A possibilidade do Órgão Regulador impor planos alternativos de oferta obrigatória;
- (iv) A introdução do direito do Órgão Regulador de intervir e modificar contratos da concessionária com terceiros;

Notas Explicativas

- (v) A inclusão dos bens da controladora, controlada, coligada e de terceiros, indispensáveis à concessão, como bens reversíveis;
- (vi) A criação de conselho de usuários em cada concessão; e
- (vii) As tarifas de uso de redes são definidas como um percentual da tarifa de público local e longa distância nacional, até a efetiva implantação de modelo de custos por serviço/modalidade, conforme previsto no PGR – Plano Geral de Atualização da Regulamentação.

(g) Gestão de capital

A Companhia, como empresa de participação no capital de outras sociedades, administra sua estrutura de capital de acordo com as melhores práticas de mercado buscando o equilíbrio ótimo entre o endividamento financeiro e capital próprio (patrimônio líquido, lucros acumulados e reservas de lucros).

O objetivo da gestão de capital é de assegurar níveis de liquidez e alavancagem financeira que possibilitem o crescimento sustentado do Grupo, plano de investimentos estratégicos e retorno aos acionistas.

A Companhia poderá alterar sua estrutura de capital, de acordo com as condições econômico-financeiras de forma a otimizar sua alavancagem financeira e gestão da dívida.

4. RECEITAS DE VENDAS E/OU SERVIÇOS

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita bruta de vendas e/ ou serviços	2.828	2.818	470.639	427.750
Deduções da receita bruta				
Tributos	(402)	(401)	(34.725)	(28.775)
Outras deduções	-	-	(16.626)	(16.159)
	<u>(402)</u>	<u>(401)</u>	<u>(51.351)</u>	<u>(44.934)</u>
Receita de vendas e/ ou serviços	<u>2.426</u>	<u>2.417</u>	<u>419.288</u>	<u>382.816</u>

5. DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. O detalhamento das despesas por natureza está apresentado a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Despesas por natureza				
Pessoal	(7.256)	(8.543)	(63.116)	(61.483)

Notas Explicativas

Depreciação e amortização	(1)	(1)	(46.777)	(37.643)
Serviços de terceiros	(2.921)	(686)	(39.231)	(20.605)
Estacionamento	-	-	(21.566)	(22.802)
Fundo de promoção	-	-	(7.526)	(7.265)
Perdas sobre contas a receber	-	-	(3.045)	235
Outros custos e despesas	(4.529)	(7.908)	(45.610)	(44.467)
	(14.707)	(17.138)	(226.871)	(194.030)

Classificadas como:	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Custos dos bens e/ou serviços vendidos	(388)	(456)	(116.895)	(104.311)
Despesas gerais e administrativas	(14.319)	(16.682)	(109.976)	(89.719)
	(14.707)	(17.138)	(226.871)	(194.030)

6. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

Outras receitas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Receita na alienação de ativos tangíveis e intangíveis (i)	-	-	53.360	169.451
Reversão provisão processos judiciais	-	-	5.300	-
Ganhos de participações	-	-	1.817	366
Dividendos prescritos	4	154	5	154
Outras receitas	1	9	1.825	9.463
	5	163	62.307	179.434

Outras despesas operacionais	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Participação dos empregados e administradores	(306)	(1.673)	(13.190)	(15.119)
Remunerações baseadas em ações	-	-	(8.559)	(10.339)
Programa de Refinanciamento Fiscal	(339)	-	(2.891)	-
Tributos	-	-	(337)	(353)
Amortização de intangível - concessão	-	-	(307)	(290)
Provisões para perdas em processos judiciais	(168)	(1.929)	-	(14.644)
Outras despesas	(392)	(122)	(3.912)	(4.088)
	(1.205)	(3.724)	(29.196)	(44.833)

- (i) Em 31 de dezembro de 2013 o valor refere-se substancialmente a venda de 34,28% do Shopping Center Iguatemi Esplanada na cidade de Votorantim e dois VGVs na cidade de São José do Rio Preto, para construção de um hotel e torres comerciais. Em 31 de dezembro de 2012 o valor refere-se a venda da fração ideal do Shopping Center Boulevard Rio Iguatemi, conforme acordo firmado em 06 de agosto de 2012, com a Ancar Ivanhoe.

7. RESULTADO FINANCEIRO

Notas Explicativas

Receitas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Rendimentos de aplicações financeiras	15.577	29.097	125.085	127.896
Juros e variações monetárias sobre outros ativos	705	406	15.581	8.435
Atualização monetária de depósitos judiciais	545	-	1.106	-
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a receber de partes relacionadas	-	2.184	299	3.262
Dividendos recebidos	224	488	228	495
Outras receitas	4	-	1.206	1.626
	17.055	32.175	143.505	141.714

Despesas financeiras	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Juros sobre debêntures	-	-	(100.675)	(71.288)
Juros sobre empréstimos a pagar a terceiros	(20.881)	(28.960)	(65.904)	(82.053)
Juros sobre impostos e contribuições parcelados e refinanciamento fiscal	(445)	-	(21.820)	-
Imposto sobre operações financeiras e encargos bancários	(1.824)	(1.411)	(1.943)	(1.804)
Juros e variações monetárias sobre outros passivos	(3)	(81)	(1.083)	(772)
Atualização monetária de provisões	(210)	-	(797)	(410)
Operações de instrumentos financeiros derivativos	-	(2.536)	-	(2.536)
Juros e variações monetárias sobre empréstimos a pagar a partes relacionadas	-	-	-	(217)
Outras despesas	(2.087)	(153)	(10.773)	(11.169)
	(25.450)	(33.141)	(202.995)	(170.249)
	(8.395)	(966)	(59.490)	(28.535)

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO

Os tributos sobre a renda abrangem o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro. A alíquota para imposto de renda é de 25% e a alíquota para contribuição social é de 9%, produzindo uma taxa tributária nominal combinada de 34%.

Os registros relativos à provisão de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro reconhecidos no resultado são os seguintes:

	Consolidado	
	2013	2012 (reapresentado)
Tributos correntes	(37.799)	(43.945)
Tributos diferidos	(2.872)	(2.337)
Total	(40.671)	(46.282)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)

Notas Explicativas

Resultado antes dos impostos e das participações	11.838	74.218	119.162	220.907
Resultado das empresas não sujeitas ao cálculo de IR/CSLL		-	(71.594)	(236.997)
Total do resultado tributável	<u>11.838</u>	<u>74.218</u>	<u>47.568</u>	<u>(16.090)</u>
IRPJ e CSLL sobre o resultado tributável (15%+10%+9%)	(4.025)	(25.234)	(16.173)	5.471
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Efeito tributário sobre exclusões (adições) permanentes (i)	82	185	3.546	(21.136)
Exclusão (adição) permanente do resultado de equivalência patrimonial	11.463	31.778	(15.938)	(25.141)
Ativo fiscal diferido não constituído (ii)	(8.892)	(5.841)	(11.924)	(5.934)
Compensação de prejuízos e base negativa de CS	-	-	-	778
Outros	1.372	(888)	(182)	(320)
Imposto de renda e contribuição social, de acordo com a demonstração do resultado	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(40.671)</u>	<u>(46.282)</u>

- (i) Os principais itens de efeitos tributários de exclusão (adição) permanentes, quando aplicável, são: multas indedutíveis, patrocínios e doações indedutíveis, receitas de dividendos prescritos, amortização de ágio, provisões indedutíveis e reversões de provisões.
- (ii) Referem-se a ajustes aos ativos fiscais diferidos em decorrência da Companhia e determinadas controladas que não constituem crédito tributário sobre prejuízos fiscais e base negativa.

As Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram elaboradas considerando as melhores estimativas da Administração e os procedimentos instituídos pelo RTT – Regime Tributário Transitório.

Avaliação dos impactos na Medida Provisória 627 de 2013

Com as publicações da Medida Provisória nº 627 de 11 de novembro de 2013 (“MP 627/2013”) e da Instrução Normativa nº 1.397 de 16 de setembro de 2013, alterada pela IN nº 1.422 de 19 de dezembro de 2013 (“IN 1397/2013”) que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, como alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como:

- altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria;
- inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos;
- inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio;
- inclui considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A Administração efetuou uma avaliação inicial dos aspectos relevantes às suas operações/atividades tendo por base a Medida Provisória e as Instruções Normativas, sendo que embora a MP nº 627/2013 entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2015, há a possibilidade de opção (de forma irretratável) pela sua aplicação a partir de 1º de janeiro de 2014.

A Administração ainda não concluiu se irá ou não efetuar a opção pela adoção antecipada, tendo em vista que: (i) a MP nº 627/2013 necessita ainda de regulamentação; (ii) a MP nº 627/2013 pode vir a

Notas Explicativas

sofrer alterações significativas, por força de diversas emendas já propostas, inclusive no que diz respeito aos efeitos advindos da adoção antecipada; (iii) até o momento não há norma definindo prazo e forma de opção pela antecipação dos efeitos da MP nº 627/2013; e (iv) não foram apurados ajustes nas Demonstrações Financeiras por conta da não adesão antecipada.

9. CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

As aplicações financeiras realizadas pela Companhia e suas controladas, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, são classificadas caixa e equivalentes de caixa e títulos mantidos para negociação e são mensuradas pelos respectivos valores justos.

A administração efetua a gestão de caixa da Companhia por meio do fundo de investimento, com base na expectativa de utilização dos seus recursos para o desenvolvimento dos projetos previstos, sendo que é garantido resgate imediato dos recursos no fundo, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

(a) Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Caixa	26	18	40.518	6.770
Equivalentes de caixa (i)	-	-	238.874	924.776
Total	26	18	279.392	931.546

(i) Referem-se a Fundos de investimentos

(b) Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Fundos de investimento exclusivos	188.262	315.421	1.190.569	566.833
Títulos públicos	-	-	53	-
Outras aplicações	-	-	21.240	-
Aplicações financeiras	188.262	315.421	1.211.862	566.833
Circulante	188.262	315.421	1.195.204	566.833
Não circulante	-	-	16.658	-

(c) Composição das carteiras dos fundos de investimentos

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Títulos públicos	-	-	238.874	464.892
Títulos privados	-	-	-	294.160
CDB – Certificados de Depósito Bancário	-	-	-	87.917

Notas Explicativas

Outros	-	-	-	77.807
Títulos classificados em equivalentes de caixa	-	-	238.874	924.776
Títulos privados	56.082	118.504	546.278	212.959
Títulos públicos	81.468	100.126	471.107	179.933
CDB – Certificados de Depósito Bancário	27.312	68.831	122.015	123.694
Outros	23.400	27.960	51.169	50.247
Títulos classificados em aplicações financeiras	188.262	315.421	1.190.569	566.833
Fundos de investimentos	188.262	315.421	1.429.443	1.491.609

10. CONTAS A RECEBER

	Controladora	Consolidado	
	2012	2013	2012
			(reapresentado)
Venda de imóveis (i)	-	109.148	77.855
Aluguéis a receber	-	94.513	66.070
Co-participação a receber (ii)	-	33.494	23.015
Serviços faturados	207	-	-
Outros	-	625	-
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	(14.741)	(10.702)
Total	207	223.039	156.238
Circulante	207	194.053	93.206
Não circulante	-	28.986	63.032

- (i) Representadas substancialmente por vendas de imóveis realizadas pelas investidas CS41, SCRP e SJRP no consolidado, atualizado mensalmente pelo INCC/FGV.
- (ii) Representa substancialmente saldos a receber pelo direito de uso do espaço imobiliário. As coparticipações são faturadas de acordo com contratos e reconhecidas no resultado conforme o prazo do aluguel contratado.

A composição por idade dos valores a receber é apresentada a seguir:

	Consolidado			
	2013	%	2012	%
			(reapresentado)	
A vencer	210.581	88,6%	146.742	87,9%
Vencidas até 60 dias	17.552	7,4%	6.805	4,1%
Vencidas de 61 a 90 dias	2.267	1,0%	1.016	0,6%
Vencidas de 91 a 120 dias	5.074	2,1%	612	0,4%
Vencidas de 121 a 360 dias	1.245	0,5%	2.030	1,2%
Vencidas há mais de 360 dias	1.061	0,4%	9.735	5,8%
Total	237.780	100%	166.940	100%

As movimentações na provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes consolidada são as seguintes:

Consolidado

Notas Explicativas

Saldo em 01/01/2012 (reapresentado)	(10.937)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	235
Saldo em 2012 (reapresentado)	(10.702)
Constituições, Líquidas de reversões e baixas definitivas	(4.039)
Saldo em 2013	(14.741)

11. TRIBUTOS CORRENTES E DIFERIDOS SOBRE A RENDA

	Controladora		Consolidado	
	Ativo		Ativo	
	2013	2012	2013	2012
Tributos correntes a recuperar				
IR a recuperar (i)	3.272	4.962	13.889	10.221
CS a recuperar (i)	30	28	2.849	28
Outros tributos correntes	-	10	23.327	16.261
	3.302	5.000	40.065	26.510
Tributos diferidos a recuperar				
IR sobre prejuízos fiscais e CS sobre base negativa (ii)	-	-	16.385	5.498
Outros tributos diferidos (iv)	9.680	4.615	13.672	6.807
	9.680	4.615	30.057	12.305
Circulante	3.302	5.000	40.065	26.510
Não circulante	9.680	4.615	30.057	12.305

	Controladora		Consolidado	
	Passivo		Passivo	
	2013	2012	2013	2012
Tributos correntes a recolher				
IR a pagar	-	-	13.241	-
CS a pagar	-	-	5.036	3.741
Outros	216	253	7.691	7.460
Circulante	216	253	25.968	11.201
Tributos diferidos				
IR/CS diferido sobre receita diferida (iii)	-	-	10.580	14.131
IR/CS sobre diferenças temporárias (ii)	-	-	24.829	10.108
Não circulante	-	-	35.409	24.239

- (i) Referem-se principalmente a antecipações de IR e CS e créditos de IRRF sobre aplicações financeiras, os quais serão compensados com tributos federais a serem apurados futuramente.
- (ii) Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de encerramento de

Notas Explicativas

exercício e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. A Companhia e suas controladas compensam seus prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social, até o limite de 30% do lucro fiscal apurado, conforme legislação fiscal vigente. A Iguatemi registrou a totalidade dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias relacionadas às provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis. A perspectiva de realização do saldo pela Iguatemi é de 5 anos.

Adicionalmente, para a Companhia e controladas diretas e indiretas que não apresentaram, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, históricos de rentabilidade e/ou expectativa de geração de lucros tributáveis, os créditos tributários sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social não foram reconhecidos na sua totalidade, bem como, os créditos tributários sobre diferenças temporárias. A Companhia possui créditos oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social a serem compensados com lucros tributários futuros no montante de R\$33.667 (31/12/2012 - R\$24.775). Os créditos não reconhecidos contabilmente pelas controladas diretas e indiretas da Companhia totalizam R\$51.422 (31/12/2012 - R\$48.391).

- (iii) Os valores são apurados com base na receita diferida da controlada Iguatemi, que representam os recursos recebidos pela cessão de direitos (estrutura técnica) dos shoppings, que serão reconhecidas no resultado linearmente.
- (iv) Referem-se substancialmente, a antecipações de IR e CS realizadas em anos anteriores, os quais serão compensados com tributos federais devidos.

12. DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS

Em algumas situações, por exigência legal ou por apresentação de garantias, são efetuados depósitos judiciais para garantir a continuidade dos processos em discussão. Esses depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Companhia e suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, como provável, possível e remota.

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Cíveis	-	-	26.022	10.034
Trabalhistas	2.913	3.484	4.112	4.880
Tributários	2	2	3.788	6.705
Total	2.915	3.486	33.922	21.619

Conforme estabelecido pelas respectivas legislações, os depósitos judiciais são atualizados monetariamente.

13. INVESTIMENTOS

(a) Investimentos

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Notas Explicativas

	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Participações avaliadas por equivalência patrimonial	1.771.040	1.653.581	908.741	928.280
Concessão	-	-	3.544	3.851
Outros investimentos	13.866	978	2.451	1.462
Subtotal	1.784.906	1.654.559	914.736	933.593
Propriedade para investimento	-	-	2.769.576	1.919.765
Total	1.784.906	1.654.559	3.684.312	2.853.358

Resumo das movimentações dos saldos de investimentos

Notas Explicativas

	Jereissati Telecom					Controladora				Consolidado	
	Iguatemi	BRIO	FIP GJ	FIP BRIO	Outros	Total	Total	Total	Total	Total	
Saldo em 1º de janeiro de 2012 (reapresentado)	882.957	696.025	-	-	-	1.578.982	-	-	-	903.653	
Subscrição / Aquisições de ações	4.940	1.375	-	-	-	6.315	-	-	-	-	
Resultado de equivalência patrimonial	150.674	(56.911)	-	-	-	93.466	-	-	-	(73.945)	
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	(2.268)	(297)	-	-	-	(2.268)	-	-	-	-	
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	2.104	(7.338)	-	-	-	(5.234)	-	-	-	(92)	
Variações de ações em tesouraria reflexa (*)	2.969	(84.151)	-	-	-	(81.182)	-	-	-	(106.076)	
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	2.635	-	-	-	2.635	-	-	-	5.684	
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	15.848	-	-	-	15.848	-	-	-	30.315	
Ganho com permuta de ações da TMAR5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.932	
Aumento investimento com reorganização societária	-	100.748	-	-	-	100.748	-	-	-	101.202	
Dividendos de controladas	(46.842)	-	-	-	-	(46.842)	-	-	-	(3.041)	
Ganho (Perda) participação por variação de percentual no investimento	-	(8.762)	-	-	-	(8.762)	-	-	-	318	
Ganhos e perdas atuariais	-	(1)	(342)	-	-	(125)	-	-	-	(11.040)	
Outros	218	(1)	-	-	-	(125)	-	-	-	77.369	
Subtotal em 31/12/2012	994.752	658.093	736	736	978	1.653.581	978	978	978	928.279	
Concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.851	
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	978	978	-	-	-	1.463	
Saldo em 31/12/2012 (reapresentado)	994.752	658.093	736	736	978	1.654.559	978	978	978	933.593	
Subscrição / Aquisições de ações (**)	46.481	1.375	1.369	11.600	-	60.825	-	-	-	11.600	
Resultado de equivalência patrimonial	98.446	(1.304)	(22)	(59)	124	33.714	-	-	-	(46.876)	
Ágio em transação de capital e variações de % de participações	3.965	(12)	-	-	-	3.953	-	-	-	-	
Variações de remuneração baseada em ações reflexa	4.209	(258)	-	-	-	3.951	-	-	-	-	
Variações de ações em tesouraria reflexa	(7.712)	54	-	-	-	(7.658)	-	-	-	-	
Variações reflexas sobre outros resultados abrangentes das controladas	-	(6.548)	-	-	-	(6.548)	-	-	-	-	
Variações reflexas sobre o patrimônio líquido das investidas	-	(307)	(688)	-	-	(995)	-	-	-	-	
Ganho sobre aumento/subscrição de capital da Iguatemi (***)	79.679	-	-	-	-	79.679	-	-	-	-	
Dividendos de controladas	(22.646)	(17.478)	-	-	-	(40.124)	-	-	-	-	
Ganhos e perdas atuariais	-	4.729	-	-	-	4.729	-	-	-	5.958	
Outros	(2.428)	(2)	(1)	-	(124)	(2.555)	-	-	-	9.780	
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	1.376	-	-	-	1.376	-	-	-	-	
Subtotal em 31/12/2013	1.194.746	574.812	1.347	11.541	978	1.783.928	978	978	978	908.742	
Concessão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.544	
Outras Participações Societárias	-	-	-	-	978	978	-	-	-	2.450	
Saldo em 31/12/2013	1.194.746	574.812	1.347	11.541	978	1.784.906	978	978	978	914.736	

Notas Explicativas

(*) Em 2012, refere-se substancialmente a participação indireta da Companhia sobre as ações em tesouraria da Oi originadas dos eventos societários ocorridos no decorrer do primeiro semestre de 2012, a seguir descritos:

- (i) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da Coari na Oi e, consequentemente, o cancelamento da totalidade das ações em tesouraria existentes na Oi naquela data;
- (ii) Em 27 de fevereiro de 2012 a AGE da Oi S.A. aprovou o Protocolo e Justificação da Incorporação da TNL na Oi e as ações então detidas pela TNL da Oi, em decorrência da incorporação da Coari na Oi, foram canceladas com a exceção de 24.647.867 ações ordinárias que foram mantidas em tesouraria; e
- (iii) A partir de 9 de abril de 2012 foram realizados pagamentos do valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes.

A posição das ações em tesouraria da Oi é a seguinte:

	Ações Ordinárias ⁽¹⁾	Valor	Ações preferenciais ⁽¹⁾	Valor
Saldo em 01/01/2012			13.231	149.643
Ações canceladas no processo de Reorganização Societária, item (i) acima	-	-	(13.231)	(149.643)
Ações registradas na Reorganização Societária, item (ii) acima	24.648	93.491		
Ações reembolsadas aos acionistas dissidentes, item (iii) acima	59.539	786.647	72.158	1.221.678
Outros	64	241	650	2.467
Saldo em 31/12/2012	84.251	880.379	72.808	1.224.145
Valor proporcional à participação indireta da Companhia		36.877	51.276	88.153

⁽¹⁾ Quantidade em milhares de ações

(**) Inclui a aquisição de 1.973.680 ações ordinárias da Iguatemi ao preço de R\$23,50 conforme oferta pública.

(***) Ganho sobre o aumento de capital da controlada Iguatemi no valor de R\$425.364, mediante a emissão de para subscrição pública, de 18.100.000 ações ordinárias nominativas, escriturais e sem valor nominal, ao preço por ação de R\$23,50, integralizado à vista conforme procedimentos previstos na regulamentação em vigor e no prospecto da oferta pública. O aumento de capital foi contabilizado líquido dos custos das transações de R\$16.060.

Participações avaliadas pela equivalência patrimonial:

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido do exercício (prejuízo)	Qtde. milhares de ações		Participação * % no Capital		Investimento	Equivalência patrimonial
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante		
Iguatemi ⁽ⁱⁱ⁾	2.313.491	1.232.002	184.632	90.802	-	51.6425	51.6425	1.194.746	98.446
Jereissati Telecom	724.218	226.047	(79.969)	269.674	161.942	79.3700	80.0990	574.812	(63.471)
BRIO	2.693	3.751	(2.371)	1.001	-	55,0000	55,0000	1.482	(1.304)
FIP GJ Real Estate	3.308	3.370	(62)	1.100	-	40,7100	40,7100	1.347	(22)
FIP BRIO Real Estate	16.157	16.240	(83)	11.600	-	71,4300	71,4300	11.541	(59)
Lucros a apropriar (i)								-	124
								1.783.928	33.714

(i) Lucros a apropriar entre a Companhia e a controlada Iguatemi

Notas Explicativas

Controladas	Patrimônio líquido	Capital Social Integralizado	Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Qtde. milhares de ações		Participação (*) % no Capital		2012	
				Ordinárias	Preferenciais	Total	Votante	Investimento	Equivalência patrimonial
Iguatemi (ii)	1.773.112	823.859	268.245	88.824	-	56.1021	56.1021	994.752	150.674
Jereissati Telecom	829.146	226.047	(71.703)	269.674	161.942	79,3700	80,0990	658.093	(56.911)
BRIO	1.335	1.875	(540)	1.001		55,0000	55,0000	736	(297)
								1.653.581	93.466

(*) Cálculo excluindo ações em tesouraria

(ii) Capital social apresentado deduzido os gastos com emissão de ações

(b) Informações financeiras dos segmentos de negócios

- **Consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia**

Segmento de Shopping Centers

Informações financeiras	Iguatemi Consolidado	
	2013	2012
Ativo circulante	1.293.900	1.052.043
Ativo não circulante	3.331.012	2.466.940
Passivo circulante	375.579	299.893
Passivo não circulante	1.931.800	1.441.589
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	418.869	382.520
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(116.507)	(103.855)
Receitas (despesas) operacionais	(13.394)	83.658
Resultado financeiro líquido	(64.012)	(49.403)
Lucro líquido de operações continuadas	184.285	268.430
Lucro líquido do exercício	184.285	268.430
Lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora	184.632	268.245
Lucro líquido (prejuízo) atribuído a sócios não controladores	(347)	185

Informações financeiras	Iguatemi Consolidado	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	278.236	929.742
Aplicações financeiras	778.909	-
Passivos financeiros circulantes	273.944	247.204
Passivos financeiros não circulantes	1.776.846	1.317.760
Depreciação e amortização	(46.620)	(37.641)
Receitas de juros	110.922	87.202
Despesas de juros	(166.208)	(127.055)
Despesa de imposto de renda	(40.671)	(44.490)

Informações adicionais	Iguatemi Consolidado	
	2013	2012
Patrimônio líquido	2.317.533	1.777.501
Valor de mercado (*)	3.920.944	4.312.783

Notas Explicativas

Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	175.827	158.325
Ações equivalentes ao investimento da Companhia (<i>em milhares de ações</i>):	90.802	88.824
Total participação (%) direta da Companhia	51,6425%	56,1021%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	1.194.746	994.752

A Companhia recebeu a título de dividendos da Iguatemi o valor de R\$35.758 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e R\$33.283 no exercício de 2012.

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel) R\$22,30 (30/12/2013) e R\$27,24 (28/12/2012), respectivamente.

Segmento de Telecomunicações

Informações financeiras	Jereissati Telecom	
	2013	2012
Ativo circulante	227.788	255.724
Ativo não circulante	731.547	799.703
Passivo circulante	5.836	5.200
Passivo não circulante	229.281	221.081
Despesas operacionais	(92.788)	(91.745)
Resultado financeiro líquido	12.819	21.834
Prejuízo de operações continuadas	(79.969)	(71.703)
Prejuízo do exercício	(79.969)	(71.703)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(79.969)	(71.703)
Outros resultados abrangentes	(865)	(942)
Resultado abrangente total	(9.953)	(7.658)

Informações financeiras	Jereissati Telecom	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	981	316
Aplicações financeiras	223.398	251.412
Passivos financeiros circulantes	2.102	75
Depreciação e amortização	(463)	(291)
Receitas de juros	18.374	23.393
Despesas de juros	(3.490)	-
Despesa de imposto de renda	-	(1.792)

Informações adicionais	Jereissati Telecom	
	2013	2012
Patrimônio líquido	724.218	829.146
Valor de mercado (*)	1.005.241	1.100.597

Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	543.801	543.801
Ações ordinárias	336.676	336.676
Ações preferenciais	207.125	207.125

Notas Explicativas

Ações equivalentes ao investimento da Companhia (<i>em milhares de ações</i>):	431.616	431.616
Ações ordinárias	269.674	269.674
Ações preferenciais	161.942	161.942
Total participação (%) direta da Companhia	79,3700%	79,3700%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial	574.812	658.093

A Companhia recebeu a título de dividendos da Jereissati Telecom o valor de R\$15.866 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e R\$ 15.785 no exercício de 2012.

^(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON R\$1,70 (12/12/2013) e PN R\$2,09 em 19/12/2013; e ON R\$2,50 (02/01/2012) e PN R\$1,25 (18/12/2012).

- **Não consolidados nas Demonstrações Financeiras da Companhia**

Segmento de Telecomunicações

Informações financeiras	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾	
	2013	2012
Ativo circulante	15.016	44.085
Ativo não circulante	1.681.258	1.776.195
Passivo circulante	153.603	100.039
Passivo não circulante	520.719	583.717
Despesas operacionais	(39.053)	(48.881)
Resultado financeiro líquido	(71.284)	(70.701)
Prejuízo de operações continuadas	(110.337)	(119.582)
Prejuízo do período	(110.337)	(119.582)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(110.337)	(119.582)
Outros resultados abrangentes	(18.047)	15.291
Resultado abrangente total	(12.845)	(7.658)

Informações financeiras	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	73	38
Aplicações financeiras	11.464	23.879
Passivos financeiros circulantes	153.182	99.687
Passivos financeiros não circulantes	509.333	573.473
Depreciação e amortização	(32.475)	(32.475)
Receitas de juros	1.269	3.105
Despesas de juros	(71.040)	(72.928)

Informações adicionais	EDSP75 Consolidado ⁽¹⁾	
	2013	2012
Patrimônio líquido	1.021.952	1.136.524
Ações ordinárias do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	960.922	960.922
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na EDSP75 detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom (<i>em milhares de ações</i>):	624.599	624.599

Notas Explicativas

Total participação (%) indireta da Companhia	51,5905%	51,5905%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	664.268	738.741

⁽¹⁾EDSP75 consolidado 100% da companhia LF Tel.

Informações financeiras	Telemar ⁽²⁾	
	2013	2012
Ativo circulante	31.644	435.676
Ativo não circulante	4.325.431	4.236.230
Passivo circulante	994.030	628.457
Passivo não circulante	2.283.937	2.923.090
Receitas operacionais	46.187	26.734
Resultado financeiro líquido	(316.842)	(324.186)
Prejuízo de operações continuadas	(270.655)	(297.452)
Prejuízo do exercício	(270.655)	(297.452)
Prejuízo atribuído a sócios da empresa controladora	(270.655)	(297.452)
Outros resultados abrangentes	(4.275)	(6.695)
Resultado abrangente total	(16.161)	(11.886)

Informações financeiras	Telemar ⁽²⁾	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.370	53.579
Aplicações financeiras	-	287.122
Passivos financeiros circulantes	991.786	627.283
Passivos financeiros não circulantes	2.267.310	2.907.194
Depreciação e amortização	(50.597)	(50.597)
Receitas de juros	16.869	31.002
Despesas de juros	(328.133)	(349.453)

Informações adicionais	Telemar ⁽²⁾	
	2013	2012
Patrimônio líquido	1.079.108	1.120.359
Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	3.176.941	2.924.278
Ações ordinárias	3.176.274	2.923.545
Ações preferenciais	667	733
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Telemar detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel (<i>em milhares de ações</i>):	614.799	565.880
Total participação (%) indireta da Companhia	9,9837%	9,9824%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	208.828	216.716

⁽²⁾ Representa as informações financeiras individuais da Telemar, controladora integral da Oi.

Informações financeiras	Oi Consolidado	
	2013	2012
Ativo circulante	17.687.138	21.137.969
Ativo não circulante	59.951.501	56.726.462
Passivo circulante	15.540.457	17.062.578
Passivo não circulante	43.031.476	41.182.512

Notas Explicativas

Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	28.422.147	28.133.400
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(16.533.947)	(15.837.789)
Despesas operacionais	(8.022.734)	(9.163.462)
Resultado financeiro líquido	(3.274.448)	(2.566.743)
Lucro de operações continuadas	555.055	500.202
Lucro líquido do exercício (*)	555.055	500.202
Lucro atribuído a sócios da empresa controladora	555.055	584.262
Prejuízo atribuído a sócios não controladores	-	(84.060)
Outros resultados abrangentes	(24.438)	(28.109)
Resultado abrangente total	(91.531)	(67.093)

(*) Em 2012 as informações financeiras considera 10 meses de BrT e 2 meses de TNL e TMAR.

Informações financeiras	Oi Consolidado	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.424.830	4.408.161
Aplicações financeiras	492.510	2.425.907
Passivos financeiros circulantes	5.356.755	5.207.559
Passivos financeiros não circulantes	33.898.954	32.621.660
Depreciação e amortização	(5.695.144)	(5.306.071)
Receitas de juros	973.332	1.234.127
Despesas de juros	(2.722.382)	(2.253.542)
Despesa de imposto de renda	(35.963)	(65.204)

Informações adicionais	Oi Consolidado	
	2013	2012
Patrimônio líquido	19.066.706	19.619.341
Valor de mercado (*)	5.897.994	14.077.427
Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	1.640.028	1.640.028
Ações ordinárias	514.758	514.758
Ações preferenciais	1.125.270	1.125.270
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela controlada direta da Companhia, Jereissati Telecom (<i>em milhares de ações</i>):	1.574	1.574
Ações preferenciais equivalentes ao investimento na Oi detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel (<i>em milhares de ações</i>):	69.702	74.516
Total participação (%) indireta da Companhia	4,1489%	4,1888%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na Jereissati Telecom	18.304	18.833
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	810.335	891.336

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). ON R\$3,61 e PN R\$3,59 em 30/12/2013; e ON R\$9,16 e PN R\$8,32 em 28/12/2012.

Segmento de Contact Center e Cobrança

Informações financeiras	CTX (*)	
	2013	2012
Ativo circulante	10.446	13.542

Notas Explicativas

Ativo não circulante	120.305	172.886
Passivo circulante	6.119	21.370
Passivo não circulante	-	67.611
Receitas operacionais	25.552	13.517
Resultado financeiro líquido	(1.491)	(8.463)
Lucro líquido de operações continuadas	24.061	5.054
Lucro líquido do exercício	24.061	5.054
Lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora	24.061	5.054
Outros resultados abrangentes	(7.208)	19.048
Resultado abrangente total	27.841	25.925

Informações financeiras	CTX ⁽²⁾	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	2.388	10.679
Passivos financeiros circulantes	6.015	21.264
Passivos financeiros não circulantes	-	67.611
Receitas de juros	412	1083
Despesas de juros	(1.820)	(9.202)

Informações adicionais	CTX ⁽²⁾	
	2013	2012
Patrimônio líquido	124.632	97.447
Ações ordinárias em circulação do capital social <i>(em milhares de ações)</i> :	6.242.525	3.253.525
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na CTX detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel <i>(em milhares de ações)</i> :	2.182.442	1.137.461
Total participação (%) indireta da Companhia	18,0365%	18,0365%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	43.572	34.069

⁽²⁾ Representa as informações financeiras individuais da CTX, controladora integral da Contax Participações.

Informações financeiras	Contax Participações Consolidado	
	2013	2012
Ativo circulante	918.194	867.306
Ativo não circulante	1.720.422	1.612.513
Passivo circulante	933.277	823.782
Passivo não circulante	1.267.090	1.151.615
Receita líquida de venda de bens e/ou serviços	3.617.962	3.620.020
Custo dos bens e/ou serviços vendidos	(3.049.924)	(3.068.096)
Despesas operacionais	(371.672)	(390.260)
Resultado financeiro líquido	(100.702)	(82.487)
Lucro líquido de operações continuadas	103.620	50.302
Lucro líquido do exercício	103.620	50.302
Lucro líquido atribuído a sócios da empresa controladora	102.257	44.527
Lucro líquido atribuído a sócios não controladores	1.363	5.775
Outros resultados abrangentes	(7.606)	55.683

Notas Explicativas

Resultado abrangente total	68.182	75.788
----------------------------	--------	--------

Informações financeiras	Contax Participações Consolidado	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	383.710	355.247
Aplicações financeiras	6.799	18.831
Passivos financeiros circulantes	226.062	207.981
Passivos financeiros não circulantes	1.015.546	920.905
Depreciação e amortização	207.176	206.022
Receitas de juros	25.542	23.992
Despesas de juros	(130.413)	(108.536)
Receita (despesa) de imposto de renda	7.956	(28.875)

Informações adicionais	Contax Participações Consolidado	
	2013	2012
Patrimônio líquido	438.249	504.422
Valor de mercado	1.469.663	1.596.441
Ações em circulação do capital social (<i>em milhares de ações</i>):	-	64.334
Units	54.139	-
Ações ordinárias	65.234	24.615
Ações preferenciais	8.077	39.719
Ações ordinárias equivalentes ao investimento na Contax Participações detido pela controlada indireta da Companhia, LF Tel (<i>em milhares de ações – (Units)</i>):	2.653	-
Total participação (%) indireta da Companhia	6,9403%	6,1698%
Valor do investimento mensurado pela equivalência patrimonial na LF Tel	16.897	-

(*) Com base na cotação de mercado no pregão (preço do último negócio do papel). UNT R\$20,00, ON R\$5,48 e PN R\$3,64 em 30/12/2013; e ON R\$25,00 e PN R\$24,70 em 28/12/2012.

As companhias Telemar e CTX não possuem ações negociadas na Bolsa de Valores.

(c) Propriedades para investimentosAo custo

	Vida útil média remanescente em anos	Consolidado	
		2013	2012 (reapresentado)
Terrenos		387.782	344.340
Edificações, instalações e outros	38 a 60 (*)	2.610.286	1.761.022
Depreciação acumulada		(296.799)	(254.387)
		<u>2.701.269</u>	<u>1.850.975</u>
Ágio por mais valia de ativos (**)			
Aquisição de 100% da SISP			

Notas Explicativas

Terrenos		20.034	20.034
Edificações e instalações	40 (*)	8.777	8.777
Depreciação acumulada		(1.686)	(1.488)
		<u>27.125</u>	<u>27.323</u>
Aquisição de 100% da Solway			
Terrenos		9.318	9.318
Edificações e instalações	45 (*)	20.740	20.740
Depreciação acumulada		(3.683)	(3.233)
		<u>26.375</u>	<u>26.825</u>
Subscrições de ações da Wtorre Iguatemi			
Terrenos		5.433	5.434
Edificações e instalações	60 (*)	3.133	2.806
Depreciação acumulada		(78)	(23)
		<u>8.488</u>	<u>8.217</u>
Aquisição de 65,14% da RAS			
Edificações e instalações	45 (*)	10.289	10.289
Depreciação acumulada		(686)	(456)
		<u>9.603</u>	<u>9.833</u>
Subtotal		<u>2.772.860</u>	<u>1.923.173</u>
Eliminação lucros a realizar		(3.284)	(3.408)
Total		<u>2.769.576</u>	<u>1.919.765</u>

(*) A vida útil dos demais itens classificados como propriedades para investimento é avaliada anualmente e reflete a natureza dos bens e sua utilização pela controlada direta Iguatemi.

(**) Referem-se a mais valia de ativos gerados na aquisição destas empresas pela controlada direta Iguatemi, líquido de amortização. São apresentados no consolidado como propriedade para investimentos, devido a sua origem, conforme ICPC09.

A controlada direta Iguatemi obteve financiamento para a construção do SCIRP e SCESP Votorantim e capitaliza ao custo do ativo os encargos desses financiamentos até o início da operação dos empreendimentos. Até 31 de dezembro de 2013 a controlada direta Iguatemi capitalizou o montante de R\$23.845 (31/12/2012 - R\$4.447) no consolidado.

A movimentação das propriedades para investimento é como segue:

	Consolidado	
	2013	2012
		(reapresentado)
Saldo inicial	1.919.765	1.663.019
Adições	888.078	370.124
Baixas (*)	(747)	(83.546)
Depreciações	(37.644)	(26.424)
Eliminação	124	(3.408)
Saldo final	2.769.576	1.919.765

(*) Em 2013 refere-se a baixa parcial do custo do terreno na cidade de São José do Rio Preto, objeto de negociação de VGV (valor geral de vendas). Em 2012 a baixa refere-se a venda da participação de 68,87% da propriedade do Shopping Center Iguatemi Rio e a venda referente ao terreno na cidade de Votorantim.

Notas Explicativas

A controlada direta Iguatemi anualmente estima o valor justo das propriedades para investimento. O valor justo em 31 de dezembro de 2013, era como segue:

	2013			2012		
	Shoppings em operação	Shoppings anunciados	Total	Shoppings em operação (*)	Shoppings anunciados	Total
Valor justo	6.316.833	544.730	6.861.563	5.315.710	801.659	6.117.369
Área bruta locável própria (mil m ²)	348,0	121,0	469,0	282,0	152,0	434,0

(*) Este saldo não contempla a propriedade do Shopping Center Boulevard Rio Iguatemi.

O valor justo das propriedades para investimento foi estimado internamente utilizando o fluxo de caixa descontado. Todos os cálculos são baseados na análise das qualificações físicas das propriedades em estudo e das informações diversas levantadas no mercado, que são utilizadas na determinação dos valores justos dos empreendimentos.

Não foram incluídos nos cálculos as potenciais expansões, as permutas de terrenos e os projetos não anunciados (mesmo os constantes do “guidance”).

As seguintes premissas foram utilizadas para avaliação:

Taxa de desconto real 8 % - 11% a.a.

Taxa de crescimento real na perpetuidade 2% - 2,5% a.a.

Com base no valor justo das propriedades para investimento, a Administração da Iguatemi concluiu que não há indicativo de desvalorização do ativo que requer a redução ao valor recuperável.

14. IMOBILIZADO

	Consolidado					Total
	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados	Instalações, máquinas e equipamentos	Benfeitorias em propriedades de terceiros	Outros Ativos	
Custo do imobilizado (valor bruto)						
Saldo em 2012 (reapresentado)	7.707	7.357	8.105	918	12.378	36.465
Adições	219	731	405	478	589	2.422
Baixas	-	-	(5)	-	-	(5)
Saldo em 2013	7.926	8.088	8.505	1.396	12.967	38.882
Depreciação acumulada						
Saldo em 2012 (reapresentado)	(1.918)	(4.865)	(1.710)	(10)	(4.987)	(13.490)
Despesas de depreciação	(783)	(1.488)	(77)	(110)	(1.257)	(3.715)
Baixas	-	-	-	-	(70)	(70)
Saldo em 2013	(2.701)	(6.353)	(1.787)	(120)	(6.314)	(17.275)
Imobilizado líquido						

Notas Explicativas

Saldo em 2012 (reapresentado)	5.789	2.492	6.395	908	7.391	22.975
Saldo em 2013	5.225	1.735	6.718	1.276	6.653	21.607
Taxa anual de depreciação (média)	10%	33,33%	10%	10%	20%	

15. INTANGÍVEL

	Consolidado				
	Ágio ("Goodwill")	Sistemas de processamento de dados	Outros ativos	Intangível em formação	Total
Custo do intangível					
Saldo em 2012 (reapresentado)	103.633	24.248	6.877	-	134.758
Adições	-	-	-	6.211	6.211
Baixas	-	-	(438)	-	(438)
Saldo em 2013	103.633	24.248	6.439	6.211	140.531
Amortização acumulada					
Saldo em 2012 (reapresentado)	(15.464)	(8.901)	(773)	-	(25.138)
Despesas de amortização	-	(3.638)	(2.243)	-	(5.881)
Saldo em 2013	(15.464)	(12.539)	(3.016)	-	(31.019)
Intangível líquido					
Saldo em 2012 (reapresentado)	88.169	15.347	6.104	-	109.620
Saldo em 2013	88.169	11.709	3.423	6.211	109.512
Taxa anual de amortização (média)	-	20%	20%		

Ágios ("Goodwill")

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi possui ágios na aquisição da Lasul Empresa de Shopping Centers Ltda. e SISP Participações S.A., no montante de R\$14.025 (R\$11.804 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008) e R\$89.608 (R\$76.365 líquido de amortização, o qual foi amortizado até 31 de dezembro de 2008), respectivamente, fundamentados na expectativa de rentabilidade futura sem prazo determinado ("goodwill"). O saldo do ágio é submetido anualmente, ou quando houver indicativo de impairment, a teste de recuperação com base no CPC nº 1 (R1).

16. DEMAIS ATIVOS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Garantia créditos imobiliários (i)	-	-	15.633	-
Valores a receber	-	-	12.714	12.716
Ativos Não-Correntes a Venda (ii)	-	-	-	30.378
Outros	6	305	3.321	1.986

Notas Explicativas

Total	6	305	31.667	45.080
Circulante	6	305	5.664	7.414
Não circulante	-	-	26.003	37.666

- (i) Anteriormente os shoppings Praia de Belas Shopping Center e Shopping Center Iguatemi Florianópolis eram dados em garantia, em função de um crédito imobiliário. A partir de 29 de outubro de 2013, esta garantia passou a ser uma cessão fiduciária de aplicação financeira firmada com o Banco Santander (Brasil S/A) (Nota 17 (c)).
- (ii) Saldo representado pelos custos da alienação de 34,28% da fração no shopping em construção na cidade de Votorantim que será apropriado ao término da construção do empreendimento.

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS (Inclui debêntures)

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Debêntures	-	-	1.146.667	763.333
Empréstimos e Financiamentos	235.365	312.075	998.128	973.779
Juros provisionados sobre debêntures (*)	-	-	43.381	19.500
Juros provisionados e outros encargos sobre financiamentos (*)	12.296	29.017	39.327	86.503
Subtotal	<u>247.661</u>	<u>341.092</u>	<u>2.227.503</u>	<u>1.843.115</u>
Custos de transação incorridos	-	-	(7.005)	(4.314)
Total	<u>247.661</u>	<u>341.092</u>	<u>2.220.498</u>	<u>1.838.801</u>
Circulante	123.783	113.737	341.392	294.954
Não circulante	123.878	227.355	1.879.106	1.543.847

(*) Juros incorridos no exercício corrente.

Empréstimos e financiamentos por natureza

	Controladora		Consolidado		Vencimento
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)	
Debêntures	-	-	1.190.048	782.833	Jan/2014 a Fev/2021
Instituições financeiras					
Moeda nacional	247.661	341.092	633.975	659.795	Jan/2014 a Jan/2025
BNDES					
Moeda nacional	-	-	402.245	399.042	Jan/2014 a Nov/2020
Instituições não financeiras	-	-	1.235	1.445	
Subtotal	<u>247.661</u>	<u>341.092</u>	<u>2.227.503</u>	<u>1.843.115</u>	

Notas Explicativas

Custos de transação incorridos (i)	-	-	(7.005)	(4.314)
Total	247.661	341.092	2.220.498	1.838.801
Circulante	123.783	113.737	341.392	294.954
Não circulante	123.878	227.355	1.879.106	1.543.847

(i) Em 31 de dezembro de 2013: circulante R\$1.776 e não circulante R\$5.229 (31/12/2012 – R\$1.252 circulante; R\$3.062 não circulante).

Composição da dívida por indexador

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
CDI	247.661	341.092	1.430.702	1.119.610
TJLP	-	-	454.183	467.350
Pré fixado	-	-	334.378	250.396
IGP - DI	-	-	1.235	1.445
Total	247.661	341.092	2.220.498	1.838.801

Cronograma de vencimento

A dívida de longo prazo, líquidas do custo de captação, possui o seguinte cronograma de vencimento:

	Controladora	Consolidado
2015	-	287.633
2016	-	287.633
2017	-	234.903
2018	32.611	267.514
2019 e exercícios seguintes	91.267	801.423
Total	123.878	1.879.106

Cronograma de apropriação dos custos de transação ao resultado

Os custos de transação classificados no passivo não circulante serão apropriados aos resultados dos períodos subsequentes, como segue:

	Consolidado
2015	(439)
2016	(440)
2017	(527)
2018	(527)
2019 e exercícios seguintes	(3.296)
Total	(5.229)

Notas Explicativas

Descrição das principais captações e pagamentos de empréstimos e financiamentos

(a) Empréstimos e financiamentos

Companhia

A Companhia renegotiou a parcela vincenda em 28 de janeiro de 2015, do contrato de financiamento com o Banco Bradesco S.A. celebrado no ano de 2008. A renegociação teve como base o valor atualizado desta parcela no mês de janeiro de 2014, sendo que o valor principal será amortizado em 4 parcelas iguais de R\$30.422, com vencimentos em 30/10/2017, 29/10/2018, 28/10/2019 e 28/10/2020 e os juros serão calculados a base de 100% CDI com vencimentos previstos para 28/10/2014, 28/11/2015 e 28/10/2016.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Companhia amortizou a primeira parcela do principal acrescida de juros atualizados no montante de R\$114.370.

Segmento de Shopping Centers

Em 10 de julho de 2013, com propósito específico de construção do Shopping Center Iguatemi Rio Preto, a controlada direta Iguatemi emitiu uma cédula de crédito bancário em favor do Itaú BBA ("CCB"), com o valor principal de R\$150.000, taxa de IPCA + 4% a.a. A controlada Iguatemi contratou Swap de Fluxo de Caixa a taxa de 92,50% CDI. O prazo da CCB é de oito anos, contados da data de emissão, vencendo-se em 19 de julho de 2021, ocorrendo o pagamento de juros semestralmente a partir de 18 de janeiro de 2014. Na mesma data, o Banco Itaú BBA emitiu uma cédula de crédito imobiliário ("CCI"), representando os créditos da CCB, na forma escritural, representativa da totalidade dos Créditos Imobiliários, nos termos do Instrumento Particular de Emissão de Cédula de Créditos Imobiliários Sem Garantia Real Imobiliária Sob a Forma Escritural e Outras Avenças, custodiado pela Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários. O Banco Itaú BBA cedeu a RB Capital Companhia de Securitização ("RB Capital") os Créditos Imobiliários com o propósito de emissão de certificados de recebíveis imobiliários ("CRI"), os quais foram ofertados por meio de distribuição pública com esforços restritos, nos termos da Instrução CVM 414 e da Instrução CVM 476, de 16 de janeiro de 2009. A CCI representativa da totalidade dos Créditos Imobiliários constituíram o lastro dos CRI da 85ª série da 1ª emissão de CRI da Cessionária, conforme Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 85ª Série da 1ª Emissão da RB Capital Companhia de Securitização.

Em 11 de abril de 2013, o Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas, contratou um financiamento com o Banco Alfa, o repasse de Finame, no valor de R\$496 mil, para aquisição de equipamentos (9 Estações automática de entrada, 9 Cancelas automática, 9 Estações automática de saída, 19 Cancelas automática), ao SCIC. O financiamento tem taxa de 3% a.a, com carência de 12 meses após a assinatura e amortização em 48 meses.

Em 31 de janeiro de 2013, com o objetivo de construir o shopping Iguatemi Esplanada, a controlada indireta CSC 41 Participações Ltda, celebrou um financiamento com o Banco Santander S.A., no valor total de R\$115.000 com taxa de juros de CDI + 1% a.a. A amortização ocorrerá no prazo de 114 meses a partir de 26 de julho de 2015, através do Sistema de Amortização – Tabela Price.

A controlada Iguatemi e suas controladas possuem vigentes contratos de financiamento com o BNDES e outros bancos, celebrados nos anos de 2006, 2009, 2010, 2011 e 2012, contratados para a construção e expansão de shoppings centers.

Notas Explicativas

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada direta Iguatemi amortizou parcelas do principal mais juros atualizados, no montante de R\$284.923 (31/12/2012 - R\$115.662).

(b) Debêntures públicas e privadas

(b.1) Emissões em 2013

Segmento de Shopping Centers

Em fevereiro de 2013, a controlada direta Iguatemi realizou sua quarta emissão através de oferta pública via Instrução CVM 400. Foram alocadas 40.000 (quarenta mil) debêntures na primeira série e 5.000 (cinco mil) na segunda série nominativas, escriturais, quirografárias e não conversíveis em ações e com valor nominal unitário de R\$10, com vencimento final em 15 de fevereiro de 2020 para a primeira série e com vencimento final em 15 de fevereiro de 2021 para a segunda série, perfazendo o valor total de R\$450.000.

A emissão das debêntures foi realizada com base nas deliberações das Reuniões do Conselho de Administração realizadas em dezembro de 2012.

O prazo de vencimento das debêntures da primeira série será de sete anos, contados da data de emissão, com carência de seis anos para a amortização do principal, que ocorrerá em duas parcelas anuais, iguais e sucessivas em 15 de fevereiro de 2019 e 15 de fevereiro de 2020. O prazo de vencimento das debêntures da segunda série será de oito anos, contados da data de emissão, para amortização integral na data de vencimento.

As debêntures da primeira série não serão objeto de atualização ou correção monetária por qualquer índice. Sobre o saldo do valor nominal, incidem apenas juros remuneratórios correspondentes a 100% do CDI acrescidas exponencialmente de sobretaxa equivalente a 0,82% a.a., pagos semestralmente a partir da data de emissão.

As debêntures da segunda série terão seu valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, atualizado a partir da data de emissão, pela variação do índice nacional de Preços a Consumidos Amplo (IPCA) apurado pelo IBGE. Sobre o saldo do valor nominal das debêntures da segunda série farão jus a uma remuneração correspondente ao percentual de 4,31% (“Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série”) incidente sobre o valor Nominal unitário ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, a partir da data de emissão ou da data de pagamento da remuneração das debêntures da segunda série imediatamente anterior, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta de forma pro rata temporis por dias úteis e pagos anualmente, conforme definido na Escritura de Emissão (“Remuneração das Debêntures da Segunda Série” e, em conjunto com a Remuneração das Debêntures da Primeira Série, “Remuneração”), de acordo com fórmula descrita na Escritura de Emissão. O saldo dos juros provisionados no circulante, líquido de custos de transação, em 31 de dezembro de 2013 é de R\$16.152.

Os custos de emissão das debêntures são amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo e apresentados, como redução da dívida. Os custos desta quarta emissão, a serem amortizados em 31 de dezembro de 2013 totalizam R\$3.934 (não circulante - R\$3.296).

(b.1) Resumo das emissões de debêntures

Notas Explicativas**Segmento de Shopping Centers**

Emissor	Emissão	Principal	Vencimento	Consolidado	
				2013	2012
Iguatemi	1ª	R\$200 milhões	2014	67.212	134.078
Iguatemi	2ª	R\$330 milhões	2016	341.386	338.747
Iguatemi	3ª	R\$300 milhões	2018	312.422	310.008
Iguatemi	4ª	R\$400 milhões	2021	469.028	-
Total				1.190.048	782.833

Os custos totais de emissão das debêntures, a serem amortizados ao resultado pelo método do custo efetivo, em 31 de dezembro de 2013 totalizam R\$7.005, sendo o montante de R\$1.776 registrado no circulante e R\$5.229 não circulante.

Adicionalmente, durante o período findo em 31 de dezembro de 2013, a controlada direta Iguatemi amortizou parcela do principal mais juros das debêntures da primeira emissão e juros atualizados da segunda emissão no montante de R\$160.062 (31/12/2012 - R\$134.073).

(c) Garantias**Companhia**

O empréstimo contratado pela Companhia junto ao Banco Bradesco S.A. possui como garantia 211.000.000 ações ordinárias de emissão da LF Tel S.A., de titularidade da EDSP75 Participações S.A, que conjuntamente com Jereissati Telecom S.A., são avalistas da Companhia, neste contrato.

Segmento de Shopping Centers

Em 10 de julho de 2013, em virtude da cessão dos Créditos Imobiliários decorrentes da CCB e representados integralmente pela CCI à RB Capital, a controlada Iguatemi e a SJRP, constituíram, em favor da Cessionária, em garantia do pagamento, as seguintes garantias: a) alienação fiduciária de 80% da Fração Ideal Empreendimento, percentual este de que a SJRP é proprietária, conforme Escritura de Permuta e Outras Avenças celebrada em 23 de janeiro de 2013, registrada junto ao Registro de Imóveis competente em 4 de fevereiro de 2013, através do Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Imóvel em Garantia e Outras Avenças celebrado entre a Iguatemi, a SJRP e a RB Capital na mesma data; b) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de 80% dos rendimentos líquidos provenientes da exploração do Empreendimento, a ser constituída pela SJRP através do Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios em Garantia e Outras Avenças a ser celebrado entre a Iguatemi, a SJRP, o Itaú Unibanco S.A., a Cessionária e a AEMP Administradora de Empreendimentos Ltda., (AEMP); c) cessão fiduciária dos direitos creditórios decorrentes de 64% dos rendimentos líquidos provenientes da exploração do Shopping Center Iguatemi Brasília até que o Futuro Shopping Centers Iguatemi Rio Preto comece a performar; d) cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de operação de derivativo contratada pela Devedora com o Itaú BBA em 27 de junho de 2013, através da Confirmação de Operação de Swap de Fluxo de Caixa n.º 109813060121200, contratado a taxa de 92,50% CDI.

Para o financiamento celebrado entre a controlada indireta CSC 41 e o Banco Santander (Brasil) S.A. em 31 de janeiro de 2013, no valor de R\$115.000, foi apresentado como garantia, a fração ideal de 65,716% das futuras unidades autônomas designadas como Shopping e Estacionamento, integrantes do empreendimento.

Notas Explicativas

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú Unibanco S.A. em 26 de fevereiro de 2011, contrato de abertura de crédito de R\$13.000, a controlada direta Iguatemi apresentou a fração ideal de 15,61% de cada unidade autônoma do imóvel atual, descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Shopping Center Galleria registrado nas matrículas 110.523 a 110.631 do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Campinas/SP.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú S.A. em 31 de março de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal de 60,66% das unidades autônomas descritas na Cédula de Crédito Bancário de Abertura de Crédito para Construção de Empreendimento imobiliário com garantia Hipotecária e Outras Avenças, imóvel denominado Condomínio Shopping Center Iguatemi Rio registrado nas matrículas 53705 a 53917 do 10º Ofício de Registro de Imóveis do Rio de Janeiro.

Para o financiamento celebrado com o Banco Itaú S.A. e Banco Alfa em 22 de janeiro de 2010, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, a fração ideal correspondente a 50% de cada um dos imóveis onde estão localizadas as lojas que compõem o Market Place Shopping Center, registrado nas matrículas 154.271 a 154.419 do 15º Serviço de Registro de Imóveis de São Paulo/SP.

Para o empréstimo com o Banco Bradesco celebrado em 25 de setembro de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia, o imóvel denominado Condomínio Iguatemi Alphaville registrado na matrícula 138.678 do Registro e Imóveis de Barueri, que recai sobre o domínio útil do terreno urbano integrante do Quinhão 3 do Sítio Tamboré localizado em Barueri/SP constituídos pelos lotes 12.1,12.2,12.3 e 12.4 da quadra n.02 do arruamento denominado “Alphaville Centro Industrial e Empresarial”. Em 25 de junho de 2013, a controlada direta Iguatemi realizou o pagamento antecipado da dívida, liberando as garantias decorrentes deste financiamento.

Para o empréstimo com o Banco Santander celebrado em 30 de dezembro de 2008, aditado em 25 de junho de 2009, a controlada direta Iguatemi apresentou como garantia o imóvel denominado MPT-I, contemplando os conjuntos 41, 51, 61, 71, 81, 91, 101, 111, 121, 131, 141 e 151, e 45% das matrículas individualizadas dos imóveis que constituem o empreendimento denominado MPSC.

Para (i) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária com a Fundação Sistel de Seguridade Social - SISTEL e o Banco Santander, em 27 de outubro de 2006; (ii) o financiamento com o Banco Santander e a Encopar Engenharia, Construções e Participações Ltda., em 31 de agosto de 2006; e (iii) a celebração da Escritura de Venda e Compra, Mútuo e Pacto Adjetivo de Alienação Fiduciária com a Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF e o Banco Santander, em 08 de agosto de 2006; a controlada direta Iguatemi em 06 de janeiro de 2014 assinou com o Banco Santander o Termo Aditivo ao Instrumento Particular de Concessão de Financiamento para Construção de Imóvel Comercial onde constitui a Garantia Adicional – Cessão Fiduciária de Aplicação Financeira nº 0033368926000007391, de 29 de outubro de 2013 – Instituição Emissora – Banco Santander (Brasil S/A), no valor de R\$15.380, em substituição as garantias anteriormente concedidas: (i) cessão fiduciária em garantia ao Banco Santander dos direitos creditórios cabíveis em virtude de sua participação no PBSC, e que correspondem ao percentual de 4,718% dos valores líquidos distribuídos à controlada direta Iguatemi mensalmente pela administradora do Condomínio Civil do Praia de Belas; e (ii) alienação ao Banco Santander, em caráter fiduciário: (a) os imóveis, objeto do financiamento (participação de 20%), bem como todas as benfeitorias e acessões acrescidas a estes; (b) a fração ideal de 3,1% de cada um dos imóveis descritos no contrato, integrantes do PBSC; e (c) a cessão fiduciária dos

Notas Explicativas

créditos de que a controlada direta Iguatemi é e será titular no empreendimento PBSC.

(d) “Covenants”

Apresentamos a seguir as restrições e obrigações contidas nos contratos, os quais foram cumpridas pela Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2013.

Companhia

O empréstimo da Companhia com o Bradesco S.A. possui cláusulas contratuais que prevêm o vencimento antecipado do saldo devedor estão abaixo sumarizadas:

- Inadimplemento de quaisquer obrigações da Companhia e seus avalistas;
- Ocorrência, na Companhia ou seus avalistas, de protestos de títulos de valor individual ou agregado superior a 10% do valor do saldo devedor do empréstimo;
- Existência de qualquer medida judicial, extrajudicial ou administrativa, que possa afetar as ações oferecidas como garantia;
- Não substituição de qualquer um dos avalistas que se encontrarem nas situações acima mencionadas;
- Alienação, transferência ou cessão, total ou parcial, de percentual igual ou superior a 20% de sua participação acionária na Jereissati Telecom S.A., e nos negócios controlados em conjunto LF Tel S.A. e Telemar Participações S.A.

Segmento de Shopping Centers

Parte dos contratos de financiamentos e debêntures obtidos pela controlada direta Iguatemi possuem cláusulas contratuais que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem, bem como níveis mínimos de cobertura de parcelas a vencer e manutenção de saldos mínimos recebíveis em uma conta corrente.

As debêntures possuem cláusulas que determinam níveis máximos de endividamento e alavancagem: (i) primeira emissão Dívida Líquida / EBITDA < 2,75 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,75; (ii) segunda emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,00 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 1,50; a terceira emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00; e a quarta emissão Dívida Líquida / EBITDA < 3,50 e EBITDA/Despesa Financeira Líquida > 2,00.

(e) Linhas de crédito contratadas e não utilizadas

Segmento de Shopping Centers

As principais linhas de crédito contratadas pela controlada direta Iguatemi e suas controladas são: (a) em 31 de janeiro de 2013, financiamento com o Banco Santander (Brasil) S.A., no valor de R\$115.000, para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP. Em 31 de dezembro de 2013 tinham sido liberados R\$109.250; (b) em 9 de novembro de 2012, financiamento com o BNDES no valor de R\$117.312 para a construção do Shopping Iguatemi Esplanada, em

Notas Explicativas

Votorantim/SP. Em 31 de dezembro de 2013 tinham sido liberados R\$101.743; (c) em 27 de dezembro de 2011, financiamento com o BNDES no valor de R\$141.441, para a construção do Shopping Iguatemi Ribeirão Preto. Em 31 de dezembro de 2013 tinham sido liberados R\$126.678.

18. PROGRAMA DE REFINANCIAMENTO FISCAL

O saldo do Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora		Consolidado
	2013	2013	2012 (reapresentado)
Parcelamento da Lei 11.941/2009	771	39.791	2.524
Total	771	39.791	2.524
Circulante	157	12.826	1.256
Não circulante	614	26.965	1.268

O Programa de refinanciamento fiscal está composto como segue:

	Controladora			
	Principal	Multa	Juros	Total
COFINS/PIS	236	9	249	494
Imposto de renda	17	3	38	58
IOF	81	3	135	219
Total	334	15	422	771

	Consolidado				
	2013				2012
	Principal	Multa	Juros	Total	Total
COFINS/PIS	21.237	9	249	21.495	998
Imposto de renda	10.293	284	2.321	12.898	108
Contribuição social	3.006	-	-	3.006	-
CSLL	716	98	907	1.721	-
Outros	671	-	-	671	1.418
Total	35.922	392	3.477	39.791	2.524

A seguir está apresentado o cronograma de pagamento:

Até 31 de dezembro de:	Controladora	Consolidado
2014	157	12.827

Notas Explicativas

2015	157	12.174
2016	157	12.174
2017	157	1.365
2018 a 2020	144	1.251
Total	771	39.791

Parcelamento instituído pela Lei nº 11.941/2009

Determinadas controladas da Companhia aderiram ao Novo Parcelamento de Débitos Tributários Federais, disciplinado pela Lei nº 11.941/2009, incluindo parte dos débitos com a Fazenda Nacional e com o INSS vencidos até 30 de novembro de 2008.

Conforme previsto no art. 1, V, § 9 da Lei, as empresas são obrigadas a manter o pagamento regular das parcelas do novo parcelamento, podendo ser excluídas do programa caso mantenham em aberto três parcelas, consecutivas ou não, ou de uma parcela, estando pagas todas as demais.

Os débitos, substancialmente, foram pactuados para pagamentos em 41 meses, os quais vêm sendo efetuados regularmente, e não foi utilizado de créditos fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

Reabertura do Refis, nos termos das leis 12.865/2013 e 11.941/2009

Recentemente, com a reabertura do prazo para a inclusão de débitos no aludido programa de parcelamento federal levada a efeito pela Lei nº 12.865/2013, a Companhia e suas controladas Iguatemi e Jereissati Telecom optaram por indicar, para parcelamento, outros débitos vencidos até 30 de novembro de 2008 que, até então, encontravam-se em discussão nas esferas administrativa e judicial.

Conforme previsto na legislação de regência e nas portarias que a disciplinaram, as empresas que aderiram ao Programa passaram a fazer o recolhimento mínimo mensal das parcelas, uma vez que seu valor definitivo apenas será obtido após a consolidação dos débitos pela Receita Federal. A Companhia e suas controladas formalizaram junto à Receita Federal do Brasil e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, dentro do prazo estabelecido pelas portarias conjuntas editadas pelos referidos órgãos, a consolidação dos débitos incluídos nas diversas modalidades do parcelamento da Lei nº 11.941/2009. Os débitos da Companhia e de suas controladas encontram-se em consolidação pela Receita Federal do Brasil.

Os refinanciamentos foram pactuados da seguinte forma:

- (i) A Companhia optou pelo pagamento em 60 meses, no montante de R\$771, sendo que R\$334 de valor original e R\$437 de multas e juros.
- (ii) A Iguatemi aderiu no montante de R\$32.787, sendo que R\$14.902 de valor original e R\$ 17.885 de multas e juros. A Iguatemi optou pelo pagamento das contribuições de Pis e Cofins em 30 meses e as demais contribuições em 60 meses.
- (iii) A controlada Jereissati optou pelo pagamento em 60 meses, no montante de R\$5.941, sendo que R\$2.510 de valor original e R\$3.431 de multas e juros.

A Companhia e suas controladas Iguatemi e Jereissati Telecom não irão utilizar-se de créditos

Notas Explicativas

fiscais decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social para liquidação de juros e multas.

Não há garantias prestadas ou bens arrolados relacionados aos valores envolvidos nos parcelamentos.

19. PROVISÕES

Composição do saldo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Tributárias	278	278	2.209	22.303
Cível	-	-	22.592	22.310
Trabalhistas	8.221	8.479	8.943	9.173
Total Não circulante	8.499	8.757	33.744	53.786

Detalhamento dos processos por natureza de risco

Risco	Controladora		
	Tributárias	Trabalhistas	Total
Provisões	278	8.221	8.499
Passivos contingentes (i)	29.857	260	30.117

Risco	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	2.209	8.943	22.592	33.744
Passivos contingentes (i)	81.142	2.836	3.020	86.998

Risco	Controladora		
	Tributárias	Trabalhistas	Total
Provisões	278	8.479	8.757
Passivos contingentes (i)	18.119	60	18.179

Risco	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Provisões	22.303	9.173	22.310	53.786
Passivos contingentes (i)	22.150	250	1.147	23.547

⁽ⁱ⁾ Representam os processos cujas chances de perdas são classificadas como possíveis ou remotas.

Notas Explicativas

Resumo das movimentações dos saldos de provisões para perdas em processos judiciais (consolidado):

	Controladora		
	Tributárias	Trabalhistas	Total
Saldo em 01/01/2012	278	6.550	6.828
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	-	1.929	1.929
Saldo em 2012	278	8.479	8.757
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	-	169	169
Baixas por pagamentos/ encerramentos	-	(637)	(637)
Atualização monetária (Nota 7)	-	210	210
Saldo em 2013	278	8.221	8.499

	Consolidado			
	Tributárias	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 01/01/2012	20.710	7.327	9.983	38.020
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	1.593	1.923	12.316	15.832
Baixas por pagamentos/ encerramentos	-	(77)	-	(77)
Atualização monetária (Nota 7)	-	-	11	11
Saldo em 2012	22.303	9.173	22.310	53.786
Adições, líquidas de reversões (Nota 6)	(20.371)	168	-	(20.203)
Baixas por pagamentos/ encerramentos	-	(636)	-	(636)
Atualização monetária (Nota 7)	277	238	282	797
Saldo em 2013	2.209	8.943	22.592	33.744

Resumo dos principais objetos vinculados às provisões constituídas e passivos contingentes

Provisões

Trabalhista

Companhia

A Companhia é ré em diversos processos trabalhistas movidos por ex-empregados da empresa Proconsult Ltda, que está desativada. A responsabilidade da Companhia foi reconhecida somente nos casos em que o período de trabalho do reclamante, na empresa Proconsult Ltda, é coincidente com o período em que a Companhia possuía uma pequena participação societária na Proconsult Ltda. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída provisão, cujo montante em 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.056 (31/12/2012 - R\$5.434). Adicionalmente a Companhia mantém provisões para face a outras perdas de natureza trabalhista (INSS), cujo montante em 31 de dezembro de 2013 é de R\$4.165 (31/12/2012 - R\$3.035).

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como responsável solidária. Para os casos em que a probabilidade de perda é provável, foi constituída

Notas Explicativas

provisão, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 de R\$411.

Tributária

A controlada direta Iguatemi, constituiu diversas provisões para fazer face a potenciais perdas com impostos e contribuições como PIS, Cofins, imposto de renda e contribuição social sobre o lucro, cujos valores no consolidado em 31 de dezembro de 2013 montam R\$732 (31/12/2012 - R\$2.502).

Cível

A controlada direta Iguatemi é ré em ação ordinária que objetiva a aplicação de cláusula de recompra da participação do autor no SCBRI, equivalente a 3,58% desse empreendimento. O processo aguarda julgamento na 2ª Instância da esfera judicial. A controlada Iguatemi constitui provisão para fazer face a eventuais perdas, cujos valores montam em 31 de dezembro de 2013 R\$22.592 (31/12/2012 - R\$22.310).

Passivo Contingente

A Companhia e suas controladas também possuem diversos processos cujas expectativas de perda são classificadas como possíveis e remotas na opinião de seus consultores jurídicos e para as quais não foram constituídas provisões para perdas em processos judiciais.

Na opinião da Administração, baseado em seus consultores jurídicos, as principais contingências classificadas com expectativa de perda possível estão resumidas abaixo:

Trabalhista

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas são rés em diversos processos trabalhistas, movidos por ex-empregados e por funcionários de empresas terceirizadas, nos quais figuram como responsável solidária. O total envolvido nos processos em 31 de dezembro de 2013 é de aproximadamente R\$2.479 (31/12/2012 - R\$2.681), cuja probabilidade de perda é considerada como possível.

Tributária

Companhia

A Companhia possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2013 os valores estimados totalizam R\$29.857 (31/12/2012 - R\$18.119).

Segmento de Shopping Centers

A controlada direta Iguatemi e suas investidas estão envolvidas em processos tributários, cíveis e indenizatórias surgidos no curso normal dos seus negócios, envolvendo “possível” risco de perda. Em 31 de dezembro de 2013 os valores estimados de perda totalizam R\$46.172 (31/12/2012 - R\$104.106), R\$3.020 (31/12/2012 - R\$1.398), R\$4.925 (31/12/2012 - R\$4.118) respectivamente.

Segmento de Telecomunicações

Notas Explicativas

A controlada Jereissati Telecom possui processos de natureza tributária, envolvendo “possível” risco de perda, relacionados substancialmente, a autuações em virtude de questionamentos quanto ao recolhimento de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS. Em 31 de dezembro de 2013 os valores estimados de perda totalizam R\$5.210 (31/12/2012 - R\$2.757).

20. DEMAIS OBRIGAÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Receitas a apropriar (i)	-	-	61.767	35.237
Retenções contratuais (iii)	-	-	19.431	19.516
Aquisição participação Outlet (ii)	-	-	13.280	-
Repasse contratual Co-part Previ	-	-	5.267	-
Aquisição do terreno São José do Rio Preto (iv)	-	-	4.980	-
Aquisição do terreno Nova Lima BH	-	-	718	-
Recompra de pontos	-	-	435	-
Lucros a realizar (v)	3.284	3.408	-	-
Outros	795	69	15.263	8.244
Total	4.079	3.477	121.141	62.997
Circulante	795	69	25.331	7.557
Não circulante	3.284	3.408	95.810	55.440

- (i) Os recursos recebidos pela cessão de direitos (cessão de estrutura técnica dos shoppings) são contabilizados como receitas a apropriar, líquidas dos impostos e das contribuições incidentes considerando a forma de tributação a que a empresa detentora dos créditos está submetida, e serão reconhecidos linearmente ao resultado, com base no prazo de aluguel das respectivas lojas a que se referem, a partir da data da inauguração dos respectivos empreendimentos.
- (ii) Saldo remanescente do contas a pagar, referente a aquisição da fração de 41% do Outlet Premium em Novo Hamburgo – RS. Este saldo é atualizado pelo IPCA (IBGE), com liquidação prevista para 30 de junho de 2015.
- (iii) Retenções para indenizações após a venda do Shopping Center Iguatemi Rio.
- (iv) Refere-se ao contrato de permuta do terreno destinado para a construção do empreendimento em São José do Rio Preto.
- (v) Valor referente a venda para a controlada Iguatemi, de 5% das cotas de participação do SCISP detidas pela Companhia.

21. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O Capital Social subscrito e integralizado é de R\$784.004, representado por 963.938.751 ações sem valor nominal, sendo 385.822.906 ações ordinárias e 578.115.845 ações preferenciais.

Notas Explicativas

	Quantidade (em milhares de ações)	
	31/12/2013	31/12/2012
Capital total em ações		
Ações ordinárias	385.823	385.823
Ações preferenciais	578.116	578.116
Total	963.939	963.939
Ações em tesouraria		
Ações ordinárias	(49)	(49)
Ações preferenciais	(6.099)	(6.099)
Total	(6.148)	(6.148)
Ações em circulação		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Total das ações em circulação	957.791	957.791
Valor patrimonial por ação em circulação (R\$)	1,81	1,75

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social em até 1.460.000.000 ações sem valor nominal, sendo 488.000.000 ações ordinárias e 972.000.000 ações preferenciais, mediante deliberação do Conselho de Administração.

(b) Ações em tesouraria

A Companhia possui, para permanência em tesouraria, 49.476 ações ordinárias e 6.098.900 ações preferenciais de sua própria emissão, pelo custo histórico de aquisição no montante de R\$3.615.

Valor de mercado das ações em tesouraria

O valor de mercado das ações em tesouraria na data do fechamento do trimestre era o seguinte:

	2013		2012	
	Preferenciais	Ordinárias	Preferenciais	Ordinárias
Quantidade em milhares de ações em tesouraria	6.099	49	6.099	49
Cotação por ação na BOVESPA (R\$) (i)	1,70	1,71	1,63	1,70
Valor de mercado	10.368	84	9.941	83

(i) Base é o preço médio da ação no último dia de negociação do mês.

(c) Reservas de lucros

Reserva legal

A reserva legal é constituída mediante apropriação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social.

Notas Explicativas

Retenção de lucros e lucros a realizar

Reserva de lucros a realizar: é composta pelo montante de R\$148.793 em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 – R\$195.665), constituída pela parcela do lucro líquido de cada exercício, não realizada financeiramente.

Movimentação da reserva de lucros a realizar nos últimos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Reversão saldo constituído anteriormente em 31 de dezembro 2011	214.666
Parcela realizada financeiramente (*)	(47.204)
Saldo constituído anteriormente não realizado	167.462
Constituição de reserva no ano corrente:	28.203
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2012	195.665
Parcela realizada financeiramente (*)	(51.607)
Saldo constituído anteriormente não realizado	144.058
Constituição de reserva no ano corrente:	4.735
Saldo reserva de lucros a realizar em 31 de dezembro de 2013	148.793

(*) Parcela realizada financeiramente pelo recebimento de dividendos das controladas.

Reserva de retenção de lucros: é composta pelo montante em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 de R\$64.594 relacionada a retenção de lucros para investimento e reforço do capital de giro da Companhia e de suas controladas.

Reserva de investimentos

A reserva de investimentos é constituída até 70% do lucro líquido do período após a destinação da reserva legal e dos dividendos mínimos obrigatórios. A reserva de investimentos terá seu valor limitado a 100% (cem por cento) do capital social somado à reserva de correção monetária do capital social realizado e destina-se à aplicação em investimentos votados à consecução do objeto social da Companhia.

Reserva de opções de ações

Representa a constituição reflexa da reserva de opções de ações originalmente constituída nas controladas da Companhia, utilizando o mesmo percentual de participação no capital das controladas.

(d) Dividendos

O dividendo obrigatório é equivalente a um percentual determinado do lucro líquido da Companhia, ajustado conforme a Lei das Sociedades por Ações. Nos termos do Estatuto Social atualmente em vigor, pelo menos 40% do lucro líquido realizado, apurado no exercício social, deverá ser distribuído como dividendo obrigatório.

Em Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 29 de abril de 2013, foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2012, no valor de R\$74.218: (i) R\$3.711 para a constituição da

Notas Explicativas

reserva legal; (ii) R\$28.203 para constituição da reserva de lucros a realizar; e (iii) R\$42.304. Foi ratificada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e dividendos adicionais no valor de R\$95.000 à conta de reservas de lucros, já declarados e pagos conforme Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2012.

Proposta de dividendos a ser aprovada em Assembleia Geral de Acionistas:

Lucros a realizar

Lucro líquido do exercício	11.838
Equivalência patrimonial não realizada	(33.713)
Lucro líquido realizado do exercício	-

Lucro líquido do exercício	11.838
Dividendo mínimo obrigatório antes da constituição da reserva de lucros a realizar - 40%	4.735
Parcela destinada a constituição de reserva de lucros a realizar	4.735

Dividendo mínimo obrigatório

Lucro líquido do exercício	11.838
40% do lucro líquido do exercício	4.735
(-) Constituição reserva lucros a realizar	(4.735)
(+) Parcela realizada da reserva de lucros a realizar constituída anteriormente	51.607
Dividendos mínimos obrigatórios	51.607
Parcela destinada a constituição da reserva especial de dividendos (i)	(30.606)
Dividendos propostos	21.001
Dividendos propostos por ação ordinária e preferencial	R\$ 0,021927

(i) Reserva especial de dividendos constituída nos termos do parágrafo 4º do art. 202 da Lei 6.404/76.

(e) Outros ajustes diretamente ao patrimônio líquido

(e.1) Ágio em transação de capital e variações de porcentagens de participações

Nessa rubrica são reconhecidos os ajustes reflexos de ágio em transação de capital de seus negócios controlados em conjunto, mensurados pelo método de equivalência patrimonial, ágio pago na aquisição de ações de acionistas não controladores e as mudanças na participação relativa da controladora sobre controladas que não resultam em perda de controle, ou seja, transações de capital (transações com sócios, na qualidade de proprietários), conforme previsto no pronunciamento ICPC 09 - *Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial*.

(e.2) Outros resultados abrangentes

Notas Explicativas

Nessa rubrica são reconhecidos outros resultados abrangentes reflexos dos negócios controlados em conjunto que incluem itens de receita, despesa, ajustes de conversão, ajustes de reclassificação e os efeitos tributários relativos a esses componentes, não reconhecidos nas demonstrações do resultado.

(e.3) Ajuste de avaliação Patrimonial

Nessa rubrica são reconhecidos substancialmente, os ajustes reflexos de ações em tesouraria das controladas diretas e negócios controlados em conjunto.

O formulário das Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM apresenta no balanço patrimonial apenas a rubrica de “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e “Ajustes acumulados de conversão” - patrimônio líquido (e não apresenta a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de percentagens de participações”) e a demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta apenas a rubrica “Outros resultados abrangentes” (não apresentando a rubrica “Ágio em transação de capital e variações de percentagens de participações”, tampouco a rubrica “Ajuste de avaliação patrimonial” e a rubrica “Ajustes acumulados de conversão”).

Consequentemente, os efeitos discutidos no item acima, são apresentados de forma agregada nas respectivas rubricas existentes, e acima mencionadas, conforme demonstrado abaixo:

	Ágio em transações de capital e variações de percentagens de participações	Outros resultados Abrangentes e Ajustes acumulados de conversão	Ajuste de avaliação patrimonial	Total (*)
Saldos em 1º de janeiro 2012	(40.366)	1.285	(5.523)	(44.604)
Ágio e Variação na porcentagem de participação na controlada Iguatemi	(4.479)	-	-	(4.479)
Aumento (redução) patrimônio com a reorganização societária	21.518	-	-	21.518
Reserva Reflexa de hedge accounting	-	223	-	223
Reserva Reflexa de operações de derivativos, líquida de tributos	-	2.811	-	2.811
Reflexo de Variação em ações em tesouraria	-	-	(81.185)	(81.185)
Reflexo de Variação cambial de controladas	-	3.501	-	3.501
Ganhos e perdas atuariais	-	(8.762)	-	(8.762)
Outros	(3.213)	-	-	(3.213)
Saldos em 31/12/2012	(26.540)	(942)	(86.708)	(114.190)
Ágio e Variação na porcentagem de participação na controlada Iguatemi	79.679	-	-	79.679
Reflexo Ágio e Variação na porcentagem de participação nas controladas indiretas	3.980	-	-	3.980
Reserva Reflexa de hedge accounting	-	(460)	-	(460)
Reserva Reflexa de operações de derivativos, líquida de tributos	-	(5.348)	-	(5.348)
Reflexo de Variação em ações em tesouraria	-	-	(7.658)	(7.658)
Reflexo de Variação cambial de controladas	-	392	-	392
Ganhos e perdas atuarias	-	4.729	-	4.729
Outros	-	-	(4.583)	(4.583)
Saldos em 31/12/2013	57.119	(1.629)	(98.949)	(43.459)

(*) No formulário das Demonstrações Financeiras arquivado no sistema Empresas.Net da CVM foi classificado como “Ajuste de avaliação patrimonial”, “Outros resultados abrangentes” e Ajustes Acumulados de conversão” no balanço patrimonial e como “Outros resultados abrangentes” nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

Notas Explicativas

(f) Lucro (prejuízo) por ação

Lucro básico:

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas controladores da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os exercícios.

Lucro atribuível à Companhia

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	11.838	74.218
Lucro alocado às ações ordinárias	4.768	29.893
Lucro alocado às ações preferenciais	7.070	44.325
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,0124	0,0775
Ações preferenciais	0,0124	0,0775

(*) em centavos por ação

Lucro diluído

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora ajustado pelos seguintes eventos:

- (i) ajuste do resultado de equivalência da controlada direta Iguatemi, considerando o seu plano de opções de ações;
- (ii) ajuste do resultado de equivalência do negócio controlado em conjunto CTX e Contax Participações considerando os efeitos do plano de opções de ações da Contax Participações.
- (iii) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da Telemar por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES; e
- (iv) diluição da participação indireta da Companhia na Oi, através da LF Tel por conta de eventual exercício de opção de conversão das ações de direito do BNDES.

Os eventos descritos acima, os quais geraram efeito anti dilutivo, não foram considerados no cálculo abaixo.

Lucro atribuível à Companhia

	<u>2013</u>	<u>2012</u>
--	-------------	-------------

Notas Explicativas

Lucro atribuído aos acionistas da Companhia	11.838	74.218
Impacto dilutivo sobre equivalência da Iguatemi - plano de opções de ações	(957)	(1.704)
Impacto dilutivo sobre equivalência da CTX e Contax		
Participações - plano de opções de ações	(13)	(6)
	<u>10.868</u>	<u>72.508</u>
Lucro alocado às ações ordinárias	4.377	29.204
Lucro alocado às ações preferenciais	6.491	43.304
Média ponderada das ações em circulação (em milhares de ações)		
Ações ordinárias	385.774	385.774
Ações preferenciais	572.017	572.017
Lucro por ação: (*)		
Ações ordinárias	0,0113	0,0757
Ações preferenciais	0,0113	0,0757

(*) em centavos por ação

22. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**(a) Participações dos empregados nos lucros**

A Companhia e suas controladas possuem plano de bonificação, atrelado ao cumprimento de metas orçamentárias e operacionais aos empregados elegíveis. Os pagamentos são feitos anualmente, no mês de abril.

(b) Plano de previdência complementar privada

A Companhia e suas controladas Iguatemi e Jereissati Telecom mantêm plano de previdência complementar (contribuição definida) na Itaú Vida e Previdência S.A. Esse plano é opcional aos funcionários, e a Companhia e suas controladas contribuem com 100% do valor mensal contribuído pelos funcionários.

A Companhia e suas controladas não possuem nenhuma obrigação nem direito com relação a qualquer superávit ou déficit que venha a ocorrer no plano.

(c) Planos de remuneração baseada em ações

A controlada direta Iguatemi homologou na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de novembro de 2006 o Plano de Opção de Aquisição de Ações ("Plano") para funcionários pré-selecionados, com o objetivo de retê-los e incentivá-los a contribuir em prol dos interesses e objetivos da controlada direta Iguatemi e de seus acionistas. O Plano é administrado pelo seu Conselho de Administração, que se reúne periodicamente, revisando os termos, os funcionários a serem beneficiados e o preço pelo qual as ações serão adquiridas.

Critérios gerais dos programas de outorgaPrograma 2007

Em 22 de março de 2007, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do

Notas Explicativas

Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2007 (“Programa 2007”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2007, na data de outorga, é de R\$13,50 por ação, correspondente ao preço de emissão da ação na oferta pública inicial das ações da controlada direta Iguatemi na BM&FBOVESPA, ao qual foi aplicado um desconto de 10%, nos termos do Programa 2007. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2008

Em 18 de março de 2008, o Conselho de Administração aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2008 (“Programa 2008”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas.

O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2008, na data de outorga, é de R\$13,78 por ação, correspondente ao preço médio das ações da controlada direta Iguatemi nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de aprovação do Programa 2008. O Preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Programa 2012

Em 14 de Agosto de 2012, o Conselho de Administração da controlada direta Iguatemi aprovou as condições específicas do Programa de Opções de Compra de Ações para o ano de 2012 (“Programa 2012”). Para este programa, a carência para o exercício das opções é de um ano, com aquisição de 20% por ano a partir da data da assinatura dos contratos, com prazo máximo de até 7 anos para exercício das opções outorgadas. O preço de exercício das opções de compra de ações para o Programa 2012, na data de outorga é de R\$18,00 por ação, correspondente ao preço médio das ações da controlada direta Iguatemi nos últimos 30 pregões da BM&FBOVESPA anteriores à data de outorga (31 de março de 2012), ao qual foi aplicado um desconto de 10%. O preço de Exercício será deduzido do valor dos dividendos e juros sobre capital próprio por ação e o índice de correção é o IPC.

Evolução dos planos de opção de compra de ações no exercício

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 respectivamente, segue um resumo da evolução dos planos de opção de compra de ações:

	2013		2012	
	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado	Número de opções	Preço de exercício médio ponderado
Opções em circulação no início do exercício	3.870.000	R\$ 17,58	2.062.400	R\$ 14,71
Opções concedidas	-	-	3.348.000	R\$ 18,00
Opções exercidas	(124.000)	R\$ 14,94	(1.388.400)	R\$ 15,01

Notas Explicativas

Opções canceladas	-	-	(152.000)	R\$ 15,19
Opções em circulação no fim do exercício	3.746.000	R\$ 17,46	3.870.000	R\$ 17,58

As opções de compra de ações em circulação no final de cada período têm as seguintes características:

DATA	Opções em circulação			
	Opções em circulação no fim do exercício	Vida remanescente contratual (meses)	Faixa de preço de exercício (em R\$)	Opções exercíveis no fim do exercício
31 de dezembro de 2012	3.870.000	70	14,67 – 18,25	1.790.000
31 de dezembro de 2013	3.746.000	61	16,16 – 16,25	1.760.000

Impactos no resultado e no patrimônio líquido

A despesa registrada relativa aos planos de opção de compra de ações foi de R\$8.559 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (31/12/2012 - R\$10.339). O impacto no patrimônio líquido foi de R\$7.859 devido ao registro da provisão e as opções exercidas no período.

Para o cálculo da despesa, foi utilizada uma taxa esperada de cancelamento das opções de 5%.

O valor justo das opções foi estimado utilizando-se um modelo de avaliação “Black-Scholes”. Para o prazo de vida das opções foi utilizado o prazo médio entre a data de aquisição das opções e o prazo máximo para exercício. A hipótese de volatilidade esperada foi determinada com base na volatilidade histórica de 4 anos anteriores a data de outorga.

23. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Companhia utiliza as informações por segmentos de negócios para a tomada de decisões. O desempenho de cada segmento é extraído dos registros contábeis de cada companhia.

Em decorrência das alterações nas normas dos CPC 36 (IFRS 10) e CPC 19 (IFRS 11), a partir de 1º de janeiro de 2012, a Companhia passou a consolidar em suas Demonstrações Financeiras somente o segmento de Shopping Centers e os segmentos de Telecomunicações e Contact Center e Cobrança, passaram a ser avaliados e apresentados pelo método de equivalência patrimonial (Nota 1). Desta forma, as informações relevantes destes segmentos de negócios estão apresentadas na Nota 13.

24. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**(a) Transações da Companhia com seus investidores e suas investidas:**

	Controladora	Consolidado
--	--------------	-------------

Notas Explicativas

Transações	2013	2012 (reapresentado)	2013	2012 (reapresentado)
Ativo circulante				
Dividendos a receber				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	22.645	35.742	-	-
LF Tel S.A.	1	1	1	1
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Fleury Alliegro Imóveis Ltda.	-	-	66	-
Jereissati Telecom S.A.	1.604	-	-	-
Jereissati Telecom S.A. x Oi S.A.	-	-	-	400
Outros	-	384	-	384
Total de dividendos a receber	24.250	36.127	67	785
Ativo não circulante				
Mútuos com partes relacionadas				
Jereissati Telecom S.A. x South Mall Holding Ltda (i)	-	-	3.721	3.423
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Praia de Belas Shopping Center	-	-	15.587	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Federação das Entidades Assistenciais de Campinas	-	-	18.280	-
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE São Paulo Empreendimentos Imobiliários Ltda.	-	-	26.654	35.032
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x WTORRE Iguatemi Empreendimentos Imobiliários S.A.	-	-	27.472	69.231
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Participa Participações Ltda.	-	-	-	3.069
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outras	-	-	-	764
Total de mútuos com partes relacionadas	-	-	91.714	111.519
Adiantamentos para futuro aumento de capital				
Jereissati Telecom S.A. x LF Tel S.A.	-	-	7.600	7.600
Total de adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	7.600	7.600
Total do Ativo	24.250	36.127	99.381	119.904
Passivo Circulante				
Dividendos a pagar				
Dividendos a pagar pela Companhia	21.539	542	21.539	542
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Participa Empreendimentos Imob. e Participações Ltda.	-	-	1.023	1.023
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Acionistas não controladores	-	-	20.846	27.386
Jereissati Telecom S.A. x Outras partes relacionadas	-	-	499	75
Total do Dividendos a pagar	21.539	542	43.907	29.026
Débitos com outras partes relacionadas				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A. x Outras partes relacionadas	-	-	447	-
Total Débitos com outras partes relacionadas	-	-	447	-
Passivo não circulante				
Mútuos com partes relacionadas				
Jereissati Telecom S.A. x EDSP75 Participações S.A. (ii)	-	-	203.437	203.437
Total com Mútuos com partes relacionadas	-	-	203.437	203.437

Notas Explicativas

Total do Passivo	21.539	542	247.791	232.463
Resultado do período				
Serviços prestados (iii)				
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	2.400	2.400	39	36
Receitas (despesas) financeiras (iv)				
Sociedade Fiduciária Brasileira Serv. Neg. e Part. S.A	-	2.184	-	2.184
Itatinga Sociedade Comercial Industrial e Agrícola S.A.	-	-	-	104
South Mall Holding Ltda	-	-	299	757
Total das Receitas (despesas) financeiras	-	2.184	299	3.045

- (i) Contrato de mútuo celebrado entre a controlada direta Jereissati Telecom e a Southmall Holding Ltda, uma das controladoras da Companhia, com vencimento em 30/06/2014 e taxa de juros taxa de 100% CDI CETIP.
- (ii) Em 31 de março de 2011, a controlada Jereissati Telecom celebrou com seu negócio controlado em conjunto EDSP75 Participações S.A., instrumento particular de contrato de mútuo, que prevê a obtenção de empréstimo no montante de R\$203.437, sem juros e correção monetária e liquidável em 20 anos contados a partir da data de celebração inicial. Tal contrato pode, a qualquer momento durante o seu prazo de vigência, a critério da controlada Jereissati Telecom, ser amortizado parcialmente ou liquidado, não possuindo a Administração, contudo, previsibilidade quanto a tal liquidação.
- (iii) A Companhia presta serviços de consultoria à sua controlada Iguatemi e é sua avalista na emissão das notas promissórias concedidas pela Iguatemi ao BNDES. A Companhia registrou no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a título de prestação de serviços, receitas no montante de R\$1.560; a título de comissão pelo aval, receitas no montante de R\$763 (31/12/2012 - R\$758).
- (iv) Receitas e despesas financeiras referente a atualização dos mútuos entre a Companhia e partes relacionadas.

(b) Garantias

Companhia

A Companhia é avalista das notas promissórias concedidas pela controlada direta Iguatemi ao BNDES e no período findo em 31 de dezembro de 2013, registrou à título de comissão pelo aval concedido, receitas no montante de R\$763 (31/12/2012 - R\$758).

Segmento de Shopping Centers

Em 18 de março de 2013, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi na qualidade de interveniente o Instrumento Particular de Financiamento para Construção de Imóvel com Garantia Fiduciária de Bem Imóvel e Outras Avenças – Contrato nº 1595/13 a ser firmado por sua controlada CSC 41 Participações Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob nº 09.631.610/0001-68, junto ao Banco Santander (Brasil) S.A. (CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42), no valor de R\$115.000 (cento e quinze milhões de reais), com taxa de juros CDI + 1% ao ano e prazo

Notas Explicativas

de 144 (cento e quarenta e quatro) meses para desenvolvimento das obras do Shopping Center Esplanada.

Em 15 de agosto de 2012, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada CSC41 Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 732/2012, de 17.07.2012, financiamento no valor de R\$117.312, divididos em 4 (quatro) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Esplanada, em Votorantim/SP.

Em 01 de julho de 2011, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIRP Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 437/2001, de 10.05.2011, financiamento no valor de R\$141.441, divididos em 3 (três) subcréditos, sendo que recebido até a presente data R\$35.000, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto, em Ribeirão Preto/SP.

Em 7 de junho de 2010, o Conselho de Administração aprovou a outorga pela controlada direta Iguatemi de fiança em favor da sua controlada SCIALPHA Participações Ltda, visando à garantia de financiamento a ser contraído com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, nos exatos termos e condições da decisão nº Dir – BNDES 456/2010, de 25.05.2010, financiamento no valor de R\$138.760, divididos em 3 (três) subcréditos, integralmente recebidos, destinados a implantação do Shopping Center Iguatemi Alphaville, em Barueri/SP.

(c) Remuneração do pessoal-chave da Administração

As remunerações dos administradores, responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012 (reapresentado)
Benefícios de curto prazo	4.675	3.943	23.846	17.408
Remuneração com base em ações	-	-	3.844	3.542
	<u>4.675</u>	<u>3.943</u>	<u>27.690</u>	<u>20.950</u>

25. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada direta Iguatemi e seus empreendimentos apresentavam as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros, cujos períodos de cobertura estendem-se até 28 de setembro de 2014:

(a) Seguro de riscos nomeados

A controlada direta Iguatemi contratou seguro de riscos nomeados que abrange os usuais riscos que podem impactar suas atividades, com a Allianz Seguros S.A (51%) e com a Itaú Seguros S.A. (49%), cuja apólice prevê o limite máximo de indenização de R\$295.000 relativos aos danos materiais; e R\$194.764 relativos a lucros cessantes.

Notas Explicativas

<u>Locais Segurados</u>	<u>Danos Materiais</u>	<u>Lucros Cessantes</u>	<u>Total</u>
Shopping Center Iguatemi São Paulo e Torre	300.937	194.764	495.701
Shopping Center Iguatemi Campinas	295.107	110.536	405.643
Shopping Center Iguatemi JK	288.720	88.947	377.667
Shopping Center Iguatemi Esplanada	274.973	38.982	313.865
Shopping Center Praia de Belas	248.393	63.164	311.557
Shopping Center Iguatemi Porto Alegre	182.145	103.512	285.657
Shopping Center Iguatemi Alphaville	201.968	48.102	250.070
Shopping Center Iguatemi Brasília	179.268	62.601	241.869
Market Place Shopping Center	164.025	57.058	221.083
Shopping Center Iguatemi Florianópolis	169.509	37.648	207.157
Shopping Center Iguatemi Ribeirão Preto	173.083	33.701	206.784
Shopping Center Galleria	111.315	32.254	143.569
Shopping Center Esplanada	75.081	34.670	109.751
Outlet Novo Hamburgo	80.000	12.491	92.491
Market Place Tower I	65.163	15.048	80.211
Shopping Center Iguatemi São Carlos	67.528	10.525	78.053
Market Place Tower II	59.362	15.048	74.410
Power Center	17.675	4.317	21.992
Iguatemi Empresa de Shopping Centers S.A.	7.117	-	7.117

(b) Seguro de responsabilidade civil geral

A controlada direta Iguatemi tem um seguro de responsabilidade civil geral que abrange os riscos usuais aplicáveis às suas atividades. Em seguro contratado com a Allianz Seguros S.A, tal apólice refere-se às quantias pelas quais a controlada direta Iguatemi possa vir a ser responsável civilmente, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo de modo expresso pela seguradora, no que diz respeito às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais, causados a terceiros.

A importância segurada terá o valor máximo de indenização de R\$10 milhões e pode ser dividida em: (i) shopping centers; (ii) objetos pessoais de empregados; (iii) responsabilidade civil do empregador; (iv) riscos contingentes de veículos; (v) danos ao conteúdo das lojas; (vi) falha profissional da área médica (sublimite de R\$1.000); (vii) responsabilidade civil de garagista: incêndio/roubo de veículo para locais que não possuem sistema de Valet e incêndio/roubo/colisão para os locais que possuem sistema de Valet (sublimite de R\$500); e (viii) danos morais para todas as coberturas.

26. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES**Segmento de Shopping Centers**

Em 20 de dezembro de 2013, a Iguatemi assinou contrato de permuta de terreno de 200 mil m² para construção de um Premium Outlet em Nova Lima, região metropolitana de Belo Horizonte. O

Notas Explicativas

Premium Outlet terá 30.300 m² de ABL, onde a Iguatemi terá 54,0% do empreendimento, a construtora São José terá 36,0% e os demais sócios terão os 10,0% remanescentes. O investimento total no Outlet será de R\$140.700, com previsão de inauguração para o mês de outubro de 2016.

Segmento de Telecomunicações

Oi e suas controladas

(a) Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom

No dia 2 de outubro de 2013, a Oi divulgou Fato Relevante informando que a Oi, a Portugal Telecom, SGPS S.A. (“Portugal Telecom”), a AG Telecom Participações S.A. (“AG”), a LF Tel S.A. (“LF”), a PASA Participações S.A. (“PASA”), a EDSP75 Participações S.A. (“EDSP75”), a Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”), a Avistar, SGPS, S.A. (“BES”) e a Nivalis Holding B.V. (“OnGoing”) celebraram memorando de entendimentos com o objetivo de estabelecer as bases e os princípios que regularão as negociações para uma potencial operação envolvendo a Portugal Telecom, a Oi e alguns de seus acionistas controladores para a formação de uma companhia (“CorpCo”), no sentido de consolidar a aliança industrial entre Oi e Portugal Telecom.

A CorpCo, que poderá ser a Telemar Participações S.A. (“TelPart”) ou outra sociedade constituída para esse fim, reunirá os acionistas da Oi, da Portugal Telecom e da TelPart, e combinará as atividades e negócios desenvolvidos pela Oi no Brasil e pela Portugal Telecom em Portugal e na África. A combinação dos negócios da Portugal Telecom e da Oi resultará na criação de um operador de telecomunicações multinacional, cobrindo uma população de cerca de 260 milhões de pessoas e mais de 100 milhões de clientes. A transação consolidará a posição das duas empresas como o operador líder nos mercados brasileiro e português. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Os diversos passos previstos para a operação encontram-se condicionados entre si, sendo os principais:

(a) Aumento de capital da Oi no valor mínimo de R\$ 13,1 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 14,1 bilhões, a ser realizado mediante a emissão pública de ações ordinárias e preferenciais da Oi, do qual o montante mínimo de R\$ 7 bilhões, com o objetivo de alcançar R\$ 8,0 bilhões, será integralizado em dinheiro e aproximadamente R\$ 6,1 bilhões serão integralizados pela Portugal Telecom, ao mesmo preço por ação, através da contribuição de ativos da Portugal Telecom;

(b) Capitalização da AG, LF e TelPart com os recursos necessários ao pagamento do seu endividamento;

(c) Reorganização Societária envolvendo as sociedades PASA, AG, EDSP75, LF, Bratel Brasil e TelPart, visando a simplificar sua estrutura societária. Após este passo, a TelPart irá deter apenas ações da Oi, diretamente ou através da Valverde Participações S.A., e não terá qualquer dívida, ou terá caixa ou equivalente de caixa para pagar as suas dívidas;

(d) Listagem das ações da CorpCo no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA e extinção dos acordos de acionistas da AG, LF e TelPart;

Notas Explicativas

(e) Incorporação das ações da Oi na CorpCo, tornando-se a Oi uma subsidiária integral da CorpCo. Cada ação ordinária da Oi será trocada por uma ação da CorpCo e cada ação preferencial da Oi será trocada por 0,9211 ações da CorpCo. As relações de troca propostas foram determinadas com base no parâmetro de cotações de mercado das ações ordinárias e preferenciais da Oi no período de 30 dias anteriores à divulgação do Fato Relevante que anunciou a operação e na participação, direta ou indireta, que as sociedades envolvidas na operação detêm na Oi, observada a premissa de que tais sociedades não terão passivos ou ativos, ou terão caixa ou equivalentes de caixa em montante suficiente para quitar integralmente seus endividamentos;

(f) Incorporação da Portugal Telecom pela CorpCo. No momento da sua incorporação na CorpCo, além das ações da CorpCo de sua titularidade, a Portugal Telecom não terá qualquer outro ativo nem terá qualquer passivo relevante, ou terá caixa ou equivalentes de caixa para quitar integralmente seu endividamento;

(g) Como resultado dos passos acima mencionados, os acionistas da Portugal Telecom receberão um número de ações da CorpCo equivalente ao número de ações da CorpCo detidas pela Portugal Telecom, imediatamente antes da incorporação referida no item anterior.

Após a conclusão da operação, as ações da CorpCo estarão admitidas à negociação no segmento do Novo Mercado da BM&FBOVESPA, bem como na NYSE Euronext Lisbon e na NYSE.

A CorpCo irá concentrar-se na excelência operacional. Um plano de ação claro foi preparado com vistas à integração de áreas com potencial de melhoria de eficiência, incluindo a identificação de equipes para capturar sinergias e dar respostas aos atuais desafios operacionais.

Ao anunciar a operação, as companhias envolvidas divulgaram que, considerando os dados financeiros reportados para o exercício de 2012 da Portugal Telecom e da Oi, as receitas proforma da CorpCo alcançariam R\$ 37,5 bilhões, com um EBITDA de R\$ 12,8 bilhões e um "cash flow" operacional de R\$ 4,2 bilhões. Considerando numa base proforma o aporte em dinheiro de R\$ 8 bilhões no aumento de capital da Oi, a dívida líquida da CorpCo à data de 30 de junho de 2013 seria de R\$ 41,2 bilhões.

Em 14 de janeiro de 2014, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("Cade") aprovou a operação relativa à união das atividades e negócios da Oi e da Portugal Telecom, sendo que, em 29 de janeiro de 2014, encerrou-se o prazo para eventual interposição de recursos por parte de terceiros ou avocação do caso pelo Tribunal do Cade, sem qualquer manifestação contrária à decisão. Por esse motivo, a decisão do Cade, publicada no dia 14 de janeiro de 2014, restou plenamente confirmada.

(b) Transferência de torres móveis

Em 3 de dezembro de 2013, a Oi firmou um acordo com a SBA Torres Brasil, para a transferência de ações representativas a 100% do capital social de uma de suas subsidiárias, que detém 2.007 torres de telecomunicações que são utilizadas na prestação de serviços de telefonia móvel, pelo valor total de aproximadamente R\$1,5 bilhões. A conclusão desta transação está prevista para ocorrer em 2014.

(c) Alteração na Política de Remuneração ao Acionista para os exercícios sociais de 2013-2016

Em 13 de agosto de 2013, a Oi, em atendimento ao que dispõe a Instrução CVM nº 358/2002, informou a seus acionistas e ao mercado em geral que o seu Conselho de Administração, à luz do

Notas Explicativas

ambiente macroeconômico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de investir no desenvolvimento dos negócios, decidiu reforçar a flexibilidade financeira da Oi e modificar a Política de Remuneração aos Acionistas (“Política de Remuneração”) divulgada por meio de Fato Relevante de 17 de abril de 2012.

Neste sentido, o Conselho de Administração alterou a Política de Remuneração, e aprovou que, para os dividendos relativos aos exercícios sociais de 2013 a 2016, seja pago o valor estimado de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), que representa aproximadamente o mínimo dividendo capaz de atualmente atender os seguintes objetivos:

- (i) pagar dividendos de (i) 25% sobre o lucro líquido do exercício ajustado, ou (ii) 3% do Patrimônio Líquido, ou (iii) 6% do Capital Social, o que for maior;
- (ii) garantir um pagamento igualitário entre as espécies de ações preferencial e ordinária.

Será também permitido o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares, sujeito às condições de mercado, à condição financeira da Oi então prevalecentes e a outros fatores considerados relevantes pelo Conselho de Administração.

A remuneração aos acionistas poderá ser implementada através da distribuição de dividendos, do pagamento de juros sobre capital próprio, de bonificação, resgate, redução de capital ou, ainda, sob outras formas que possibilitem a distribuição de recursos aos acionistas.

Em reunião realizada em 18 de setembro de 2013, o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos intermediários, no valor total de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), equivalente ao montante de R\$0,304872909998 por ação ordinária e preferencial, à conta de reserva de lucro, que foi imputado ao dividendo obrigatório relativo ao exercício de 2013.

O pagamento ocorreu em 11 de outubro de 2013, tendo como base a posição acionária de 27 de setembro de 2013.

(d) **GlobeNet**

Conforme fato relevante divulgado em 15 de julho de 2013, a Oi celebrou um contrato com o BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. pelo qual se comprometeu a transferir a totalidade de sua participação societária na subsidiária, sujeito a determinados ajustes previstos contratualmente. A BrT CS, controladora integral do grupo “GlobeNet”, representa parte do segmento de telefonia fixa/dados do Grupo Oi mediante a prestação de serviços integrados de dados com pontos de conexão ótica nos Estados Unidos, Ilhas Bermudas e Brasil. Integra o escopo da transação a transferência do sistema de cabos submarinos de fibra ótica bem como o fornecimento de capacidade pela GlobeNet para a Oi e suas controladas.

A referida transação estava sujeita ao atendimento de certas condições precedentes previstas em contrato, incluindo a necessária aprovação dos órgãos reguladores e autoridades de defesa da concorrência nas diferentes jurisdições em que a GlobeNet atua, nos termos e prazos da legislação pertinente.

Conforme divulgado no fato relevante de 23 de dezembro de 2013, a Oi anunciou a conclusão da operação, segundo o qual, a Oi transfere a totalidade de sua participação societária na GlobeNet ao BTG Pactual YS Empreendimentos e Participações S.A. A liquidação financeira da operação no valor de R\$1.779 milhões ocorreu em janeiro de 2014.

Notas Explicativas

O ganho na venda da GlobeNet, foi registrado em outras receitas operacionais, nas demonstrações financeiras da Oi, no montante de R\$1.497 milhões, deduzido das despesas associadas a esta transação.

(e) Desapropriação de imóvel

Em novembro de 2012, o Governo do Estado de Minas Gerais declarou de utilidade pública um imóvel de propriedade da TMAR situado na Avenida Afonso Pena nº 4001, Serra, Belo Horizonte-MG. Atualmente, o imóvel é utilizado para fins administrativos pela Oi.

Em 8 de julho de 2013, foi assinado um termo de aceitação de proposta financeira e demais condições para desapropriação do referido imóvel, onde ficou ajustado o recebimento do valor de R\$210.000 a título de indenização. A Oi registrou um ganho de R\$173.459 em outras receitas operacionais nas suas Demonstrações Financeiras.

(f) Alteração do Diretor Presidente

Em 4 de junho de 2013, o Conselho de Administração da Oi, atendendo indicação da Telemar Participações S.A., em reunião realizada nesta data aprovou a substituição do atual Diretor Presidente da Oi e controladas, o Sr. José Mauro Mettrau Carneiro da Cunha, pelo Sr. Zeinal Abedin Mahomed Bava, em complementação de mandato até a primeira Reunião do Conselho após a realização da AGO de 2014. O Sr. José Mauro retorna ao Conselho de Administração da Oi, de onde se licenciou em 22 de janeiro de 2013, reassumindo a Presidência do colegiado. Em razão de sua eleição como Diretor Presidente da Oi, o Sr. Zeinal Bava renunciou ao cargo de membro do Conselho de Administração.

O Sr. Zeinal Bava até esta data presidia a Comissão Executiva da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (empresa “holding” do grupo Portugal Telecom responsável pelos investimentos em Portugal, África, Ásia e Brasil) e continuará a ter uma intervenção em Portugal nos projetos estratégicos, de inovação e nos “workstreams” conjuntos Oi/PT, fator decisivo para permitir a otimização das sinergias entre os Grupos Oi e PT e contribuir para o sucesso dos objetivos definidos do âmbito da parceria estratégica.

(g) Aumento da tarifa de Serviço Telefônico Fixo Comutado

A partir do dia 8 de fevereiro de 2013, passaram a vigorar o reajuste das tarifas de STFC concedido pela ANATEL à Oi e à sua controlada TMAR. Foram aprovados reajustes para os serviços locais e os serviços de longa distância nacional em 0,55% e para as tarifas de interconexão local (TU-RL) serão reajustadas em 10,4% a partir do dia 7 de fevereiro de 2013.

(h) Dividendos recebidos da PT

Em 19 de abril de 2013, a Assembleia Geral Anual de Acionistas da Portugal Telecom aprovou distribuição de resultado do exercício o equivalente a € 0,325 por ação, a ser pago aos acionistas no dia 17 de maio de 2013. Nesta data, a TMAR detentora de ações da PT recebeu dividendos no montante de € 29.137 (R\$75.994).

(i) Cessão do direito de exploração comercial de torres

Em 11 e 19 de abril e 12 de julho de 2013, a Oi e sua controlada TMAR celebraram, com empresas especializadas na prestação de serviços de gestão e manutenção de torres de transmissão e

Notas Explicativas

radiofrequência, a cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas, pelo montante global aproximado de R\$1,78 bilhões. A conclusão da referida transação ocorreu no terceiro trimestre de 2013. Os valores recebidos antecipadamente em conexão com a transação de cessão do direito de exploração comercial e uso de itens de infraestrutura e áreas foram registrados como Receitas a apropriar e são reconhecidos ao resultado pelo prazo dos respectivos contratos.

(j) Reorganizações Societárias

Reorganização Societária de 2013

Em 31 de janeiro de 2013, em continuidade ao processo de Reorganização Societária, o Conselho de Administração, autorizou a Oi a aumentar o capital social na sua controlada integral TMAR, através da transferência de investimentos, outros ativos e debêntures “*intercompany*”.

Tal Reorganização objetivou a simplificação da estrutura societária, redução das dívidas entre as suas controladas e ganhos de sinergia operacional.

Reorganizações Societárias de 2012

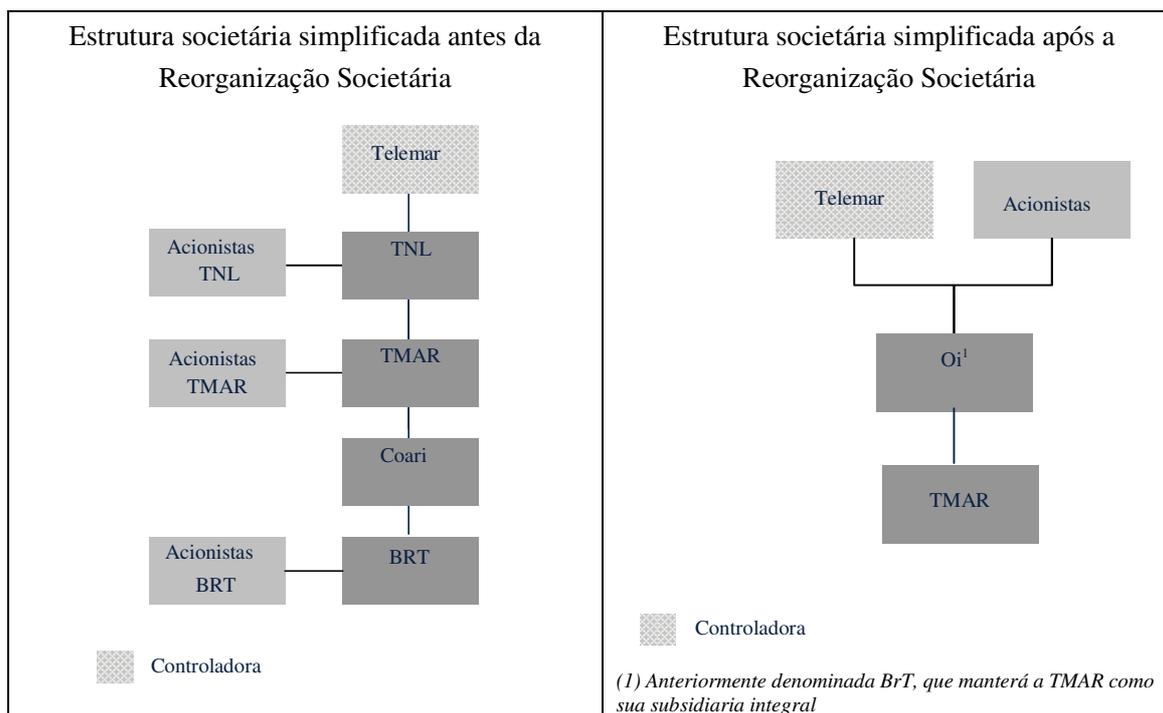
Reorganização Societária do Grupo Oi realizada em fevereiro de 2012

Em Assembleias Gerais realizadas em 27 de fevereiro de 2012, os acionistas das Companhias Oi (TNL, TMAR, Coari Participações S.A. (“Coari”) e Oi) aprovaram a Reorganização Societária que compreendeu conjuntamente a cisão parcial da TMAR com a incorporação da parcela cindida pela Coari, seguida de incorporação de ações da TMAR pela Coari e as incorporações da Coari e da TNL pela Oi, que passou a concentrar todas as participações acionárias atuais nas Companhias Oi e passou a ser a única das Companhias Oi listada em bolsa de valores, teve a sua denominação social alterada para Oi S.A. por ocasião dessas Assembleias Gerais.

Em consequência, foram emitidas 395.585.453 novas ações ordinárias e 798.480.405 novas ações preferenciais da Oi S.A. (anteriormente denominada Brasil Telecom S.A.), passando o seu capital subscrito, totalmente integralizado, a ser de R\$6.816.468, dividido em 599.008.629 ações ordinárias e 1.198.077.775 ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal.

O organograma simplificado a seguir demonstra a estrutura societária antes e após a Reorganização Societária:

Notas Explicativas



A Reorganização Societária teve por objetivo simplificar de forma definitiva a estrutura societária e a governança das Companhias Oi, resultando em criação de valor para todos os acionistas através de, dentre outros fatores:

- Simplificar a estrutura societária, anteriormente dividida em três companhias abertas e sete diferentes classes e espécies de ações, unificando as bases acionárias das Companhias Oi em uma única empresa com duas espécies diferentes de ações negociadas em bolsas de valores no Brasil e no exterior;
- Reduzir custos operacionais, administrativos e financeiros, após a consolidação da administração das Companhias Oi, a simplificação da sua estrutura de capital e o aprimoramento da sua capacidade para atrair investimentos e acessar mercados de capitais;
- Alinhar os interesses dos acionistas da TNL, da TMAR e da Oi;
- Possibilitar o aumento da liquidez das ações da Oi; e
- Eliminar os custos decorrentes da listagem separada das ações da TNL, da TMAR e da Oi e aqueles decorrentes das obrigações de divulgação pública de informações pela TNL, pela TMAR e pela Oi, separadamente.

Na AGE da Oi de 27 de fevereiro de 2012 foi aprovada, inclusive, a proposta de bonificação em ações preferenciais resgatáveis de emissão da Oi atribuídas exclusivamente aos acionistas da Oi anteriores à incorporação, pelo valor total de R\$1,5 bilhões. A data base da bonificação aos acionistas cujas ações são negociadas na BM&FBOVESPA e para os acionistas cujas ações são negociadas na NYSE foi o dia 29 de março de 2012 (data do fim do prazo para o exercício do direito de retirada). Sendo assim, a partir do dia 30 de março, inclusive, as negociações dessas ações em bolsa foram realizadas ex-bonificação. A partir do dia 9 de abril de 2012, o valor do resgate das

Notas Explicativas

ações resgatáveis foi pago proporcionalmente à participação de cada acionista no capital social e na data foi pago o valor do reembolso das ações de acionistas dissidentes da TNL e da TMAR, o qual montou a R\$2,0 bilhões. O valor das ações resgatadas acima foi deduzido no cálculo das relações de substituição deliberada.

Abaixo são apresentadas as relações de troca de ações decorrentes das incorporações da TNL e Coari na Oi, a saber:

Ação original / Ação em substituição	Relação de substituição
TNLP3 / BRTO3	2,3122
TNLP4 / BRTO4	2,1428
TNLP4 / BRTO3	1,8581
TMAR3 / BRTO3	5,1149
TMAR5 e TMAR6 / BRTO4	4,4537
TMAR5 e TMAR6 / BRTO3	3,8620

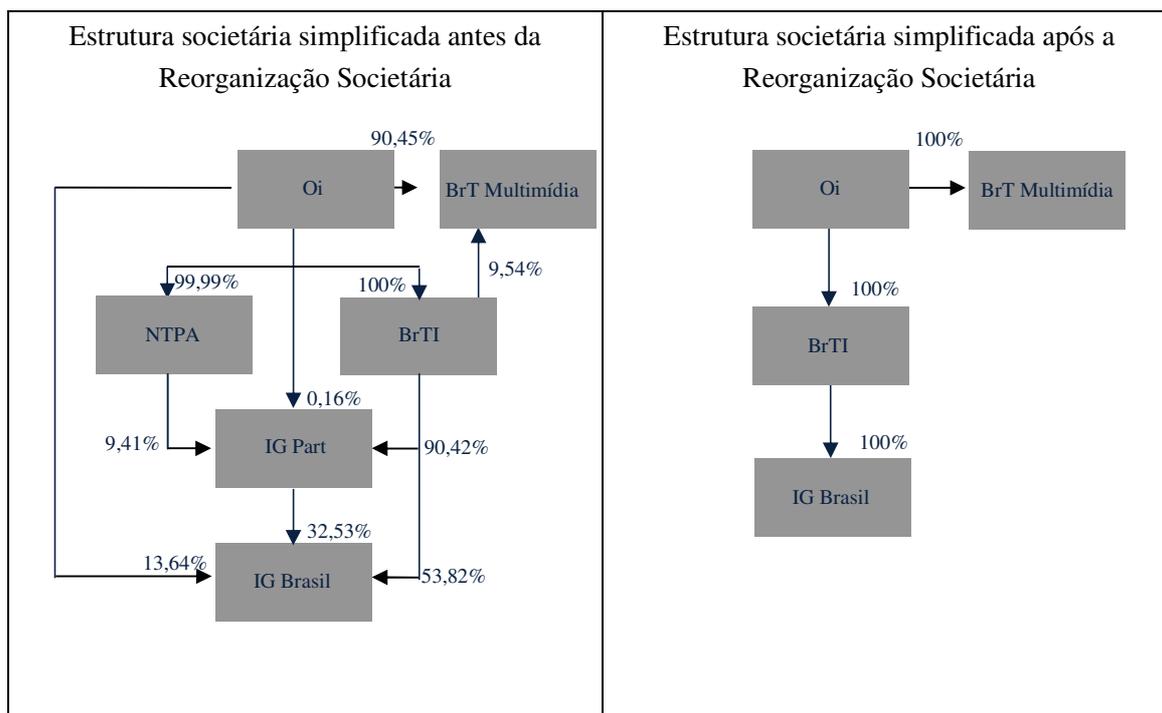
As ações ordinárias e preferenciais da Oi S.A. passaram a ser negociadas, já sob seu novo código, OIBR3 e OIBR4 respectivamente, a partir de 9 de abril de 2012.

Além das aprovações societárias pertinentes, a Reorganização Societária teve anuência da ANATEL, concedida em 27 de outubro de 2011. Adicionalmente, as ações que foram emitidas pela Oi S.A. nesse contexto, foram registradas junto à SEC, assim como foi obtida a anuência dos credores das Companhias Oi para a implementação da Reorganização Societária, quando aplicável. A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada sociedade, prospectivamente, e inclui o montante da mais-valia apurada sobre os ativos imobilizado e intangível, na aquisição do controle da (à época) Brasil Telecom S.A., nos termos do parágrafo 44, letra (a) da Interpretação Técnica ICPC 09. O aumento no patrimônio líquido da Oi e de suas Demonstrações Financeiras Consolidadas dela resultante monta a R\$13.574.013. Nessa operação, a Companhia apurou um ganho indireto no valor de R\$100.748, representado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido pela linha “Aumento (redução) patrimonial com reorganização societária”.

Reorganização Societária do Grupo iG realizada em outubro de 2012

Em 24 de outubro de 2012, o Conselho de Administração da Oi aprovou a reorganização societária das empresas controladoras do grupo iG por meio dos seguintes passos: (i) Aumento do capital social da BrTI, pela Oi, no valor de R\$51.828, integralizado por meio da transferência da participação detida pela Oi na NTPA (99,99%), iG Participações (“iG Part”) (0,16%) e iG Brasil (13,64%); (ii) redução do capital social da BrTI, no valor de R\$48.807, através da transferência do investimento detido na BrT Multimídia para a Oi e (iii) incorporação da iG Part pela iG Brasil e da NTPA pela BrTI, a valor contábil, de modo que a iG Brasil passou a ser subsidiária integral da BrTI.

Notas Explicativas



Outras incorporações realizadas em 2012

Durante os meses de outubro, novembro e dezembro de 2012 foram realizadas diversas incorporações envolvendo “holdings” e companhias inativas do Grupo Oi visando à simplificação de sua estrutura societária. O patrimônio líquido das empresas incorporadas foi avaliado com base no seu valor contábil.

- i. Incorporação da Vant pela BrT Multimídia em 30 de outubro de 2012;
- ii. Incorporação da TNL.Net, TNL Trading, TNL Exchange e JINT pela BrTI em 1 de novembro de 2012;
- iii. Incorporação da Tomboa, Tete e Carpi pela TMAR em 30 de novembro de 2012;
- iv. Incorporação da Blackpool pela Oi Internet em 1 de dezembro de 2012; e
- v. Incorporação da TNCP (subsidiária integral) pela TMAR em 31 de dezembro de 2012.

(k) Reapresentação das Demonstrações Financeiras - DFPs de 31 de dezembro de 2012

A Oi em virtude da sua Reorganização Societária realizada em 27 de fevereiro de 2012 (letra (h) acima), através das incorporações da Coari Participações S.A. (Coari) e da TNL e de seus respectivos acervos líquidos, reconheceu em seus livros contábeis a mais valia dos ativos imobilizado e intangível originários do processo de aquisição do controle da Brasil Telecom S.A.(atual Oi S.A). A contabilização dos efeitos de todas as etapas da Reorganização Societária foi efetuada com base nos acervos líquidos contábeis de cada companhia, prospectivamente.

Notas Explicativas

Posteriormente, a Oi formulou consulta à CVM, objetivando adotar um tratamento contábil que, no entendimento da administração, melhor representa a essência da operação, em relação ao registro da mais valia de ativos originada da aquisição do controle da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.), considerando a configuração societária do Grupo Oi, cujo controlador majoritário final é a Telemar Participações S.A., levando em consideração que as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs não prevêm o tratamento contábil para transações de reestruturação societária de empresas sob controle comum. Este tratamento contábil, ora adotado, enfoca a reorganização societária sob a ótica da Brasil Telecom S.A. (atual Oi S.A.) que é a entidade remanescente e, por conseguinte, não contempla a atribuição de mais valia para seus próprios ativos líquidos, enquanto o outro tratamento contábil anteriormente adotado, ora alterado, enfocava a reorganização societária sob a ótica da Tele Norte Leste Participações S.A. (TNL) e, conseqüentemente, contemplava a atribuição de mais valia aos ativos líquidos próprios da Brasil Telecom S.A.

Em 24 de abril de 2013, a CVM em reunião do seu Colegiado deliberou, por unanimidade, dar provimento ao pleito da Companhia, que consiste na adoção da prática contábil que contempla o estorno da mais valia dos ativos e de sua recomposição na Telemar Participações S.A., empresa controladora majoritária da Oi S.A., entendendo que a alternativa ora adotada aparenta ser a mais adequada ao caso concreto, representando uma informação mais relevante e confiável para o investidor. Tal fato foi comunicado através do Ofício CVM/SEP/GEA-5/Nº 119/2013, de 25 de abril de 2013.

Conseqüentemente, as demonstrações financeiras da Oi e da Telemar referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foram reapresentadas, objetivando refletir a citada mudança de prática contábil. Os efeitos decorrentes das reapresentações das referidas demonstrações não produziram efeitos para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012 da Companhia, devido a recomposição da mais valia nas informações financeiras das controladoras.

Telemar

(a) Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 21 de agosto de 2013, os acionistas da Telemar, AG Telecom S.A., LF Tel S.A., Bratel Brasil S.A., BNDES Participações S.A., Fundação Atlântico de Seguridade Social, Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Fundação dos Economiários Federais e Fundação Petrobras de seguridade Social, aprovaram o seu aumento de capital, ora integralizado parte em dinheiro e parte em 18.289.917 ações preferenciais de emissão da Oi, detidas anteriormente pelos acionistas AG Telecom S.A. e LF Tel S.A. Conseqüentemente, a Telemar passou a deter 16,34% do capital total e 48,51% do capital votante da Oi.

(b) Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2013, a Telemar apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$975.692 (R\$192.781 em 31 de dezembro de 2012). A Telemar divulgou Fato Relevante, em 2 de outubro de 2013, comunicando a assinatura de um Memorando de Entendimento por seus acionistas controladores que considera, dentre outros fatores, o planejamento de uma reestruturação societária no sentido de consolidar a aliança industrial entre o Grupo Oi e a Portugal Telecom quando a Telemar será capitalizada com os recursos necessários ao pagamento da totalidade de seu endividamento. A Telemar também adotou as seguintes ações visando à equalização de sua situação

Notas Explicativas

financeira: (i) contratação, em 14 de janeiro de 2014, de uma linha de crédito rotativo junto ao Banco Itaú BBA no valor de até R\$260.000, para ser efetivada a partir de abril e até outubro de 2014, com vencimento em até 7 anos a partir da data de contratação e (ii) negociação com os debenturistas da 10ª Emissão para adiar por 180 dias as obrigações vincendas em abril de 2014 no valor de R\$82.880, cuja formalização esta prevista ocorrer até o final do mês de março de 2014 e (iii) negociação com o BNDES PARTICIPAÇÕES S.A.- BNDESPAR (“BNDESPAR”), titular das ações preferenciais resgatáveis emitidas pela Telemar, para adiar por 90 dias as obrigações vincendas em abril de 2014 no valor de R\$170.599, cuja prorrogação foi autorizada pelo BNDESPAR em 19 de fevereiro de 2014.

Ações preferenciais resgatáveis

Em AGE realizada em 25 de janeiro de 2013, a Telemar aprovou a alteração do art. 7º do Estatuto Social, contemplando as seguintes alterações na forma de cálculo dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis.

As ações preferenciais não têm direito a voto, são resgatáveis a critério de seus titulares ou da Telemar, na forma estabelecida no Art. 44 da Lei nº 6.404/76 e neste Estatuto Social, independentemente de deliberação em assembleia especial, e têm prioridade no recebimento de um dividendo anual fixo cumulativo por ação calculado com base na fórmula abaixo, ajustado, se for o caso, por eventuais bonificações, grupamentos e/ou desdobramentos de ações:

$$DF = [5\% * PE \text{ Ações Preferenciais} * \# \text{ Ações Preferenciais} + \sum_{i=1}^n 5\% * NMi/12 * PE \text{ Ações Preferenciais Resgatadas}_i * \# \text{ Ações Resgatadas}_i] / \# \text{ Ações Preferenciais.}$$

Onde:

DF = Dividendo fixo anual cumulativo por ação;

PE Ações Preferenciais = Valor correspondente ao preço de emissão das Ações Preferenciais, reajustado, a partir da data de integralização das ações, pelo Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, até o dia 31 de dezembro de cada exercício, e a partir de 31 de dezembro pela Taxa Referencial - TR até o efetivo pagamento;

Ações Preferenciais = Quantidade de Ações Preferenciais em circulação de emissão da Telemar;

NMi = Número de meses do ano até a data do resgate das Ações Preferenciais resgatadas pela Telemar;

PE Ações Preferenciais Resgatadas_i = Valor correspondente ao preço de emissão das Ações Preferenciais resgatadas, reajustado, a partir da data de integralização das ações, pelo Índice nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, até a data do respectivo resgate, e a partir de data do resgate pela Taxa Referencial - TR até o efetivo pagamento;

de Ações Resgatadas_i = Quantidade de Ações Preferenciais resgatadas pela Telemar nas datas “i” conforme abaixo definido;

Notas Explicativas

$i = 1, 2, \dots, n$ = Datas em que houver resgate de Ações Preferenciais no exercício imediatamente anterior, sendo que, nas hipóteses de resgate que englobe a totalidade e não menos que a totalidade das Ações Preferenciais emitidas pela Telemar (“Resgate Total”), o “i” compreenderá as datas de resgate no exercício imediatamente anterior e no exercício do Resgate Total.

Nos meses de abril e outubro de 2013, foram resgatadas, pela Telemar, 133.333 ações preferenciais no valor de R\$165.281, acrescida de juros no montante de R\$55.725. Nesta mesma data, foi realizado o pagamento dos dividendos fixos sobre as ações preferenciais resgatáveis referentes ao exercício de 2012, no montante de R\$58.778 e da parcela equivalente a dividendos fixos no montante de R\$6.106. As ações preferenciais resgatadas foram canceladas.

Usufruto de ações

Em 31 de dezembro de 2013, a Telemar celebrou o Termo de Extinção do Instrumento Particular de Constituição de Usufruto Oneroso “Termos de Extinção” firmado em 28 de março de 2011 com o Banco Itaú BBA, em função da potencial transação divulgada por seus acionistas controladores no memorando de entendimentos “MOU” que considera, dentre outros fatores, o planejamento de uma reestruturação societária no sentido de consolidar a aliança industrial entre o Grupo Oi e a Portugal Telecom.

O Termo de Extinção considera que o contrato de usufruto ficará extinto, de pleno direito, deixando de produzir qualquer efeito a partir de uma das datas a seguir indicadas, dentre elas a que ocorrer primeiro: (a) a data em que se concluir o aumento de capital da Oi, que constitui uma das etapas da transação descrita no MOU; ou (b) 31 de outubro de 2014 (Data de Extinção do Usufruto)”.

Em até 30 dias úteis após a Data de Extinção do Usufruto, a Telemar obriga-se a pagar ao Itaú BBA, de forma irrevogável e irretroatável, a título de indenização compensatória, o montante equivalente ao preço do usufruto, atualizado, desde a data de pagamento do preço do usufruto, pela taxa CDI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, acrescida de spread de 2,37%. Da Indenização a ser paga, será deduzido todo e qualquer montante já recebido pelo Itaú BBA em decorrência do usufruto, até a data de pagamento da referida indenização, valores estes que serão atualizados, individualmente, desde a data de cada recebimento pelo Itaú BBA, pela taxa CDI, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis acrescida de spread de 2,37%, descontando eventuais tributos, custos ou despesas que possam vir a incidir sobre os resultados distribuídos em decorrência do usufruto.

Em decorrência do Termo de Extinção, o montante da dívida e seus custos correspondentes foram transferidos do passivo não circulante para o passivo circulante.

LF Tel

Em 31 de dezembro de 2013, a LF Tel apresentou capital circulante líquido negativo no montante de R\$138.595. Considerando o exposto e a situação econômico-financeira da LF Tel e do Grupo, a sua administração definiu um plano para a sua liquidação que inclui (i) a capitalização da LF Tel com os recursos necessários ao pagamento da totalidade de seu endividamento, conforme Fato Relevante divulgado em 2 de outubro de 2013, comunicando a assinatura de um Memorando de Entendimento que considera, dentre outros fatores, o planejamento de uma reestruturação societária no sentido de consolidar a aliança industrial entre o Grupo Oi e a Portugal Telecom; (ii) a obtenção de novos recursos junto a instituições financeiras, caso necessário; e (iii) aporte de capital por parte de seus acionistas controladores.

Notas Explicativas

Adicionalmente ao item (i) mencionado acima, LF Tel esta negociando com o BNDES PARTICIPAÇÕES S.A., a prorrogação para 30 de julho de 2014 das obrigações vincendas em abril de 2014 no valor de R\$55.433, cuja formalização está prevista para ocorrer até o final do mês de março de 2014.

Segmento de Contact Center e Cobrança

(a) Conversão de ações

Em Reuniões Extraordinárias do Conselho de Administração da Contax Participações, realizadas em 03 e 10 de outubro de 2013, foram aprovadas a conversão de 1.191.496 ações ordinárias em 1.191.496 ações preferenciais e também a conversão de 959.320 ações preferenciais em 959.320 ações ordinárias.

Em razão de tais conversões, o capital social da Contax Participações desde 10 de outubro de 2013 passou a ser composto por 345.767.870 ações, sendo 119.725.707 ações ordinárias e 226.042.163 ações preferenciais.

(b) Constituição e reorganizações de 2013 e 2012

Incorporação da parcela cindida da CTX

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 2 de abril de 2013, foi aprovada, dentre outros: (i) a incorporação da parcela cindida da CTX ao patrimônio da Contax Participações; (ii) o desdobramento das ações representativas do capital social da Contax Participações, de forma que cada ação de sua emissão emitida após a aprovação da Cisão Parcial passe a ser representada por 5 (cinco) ações da mesma espécie. A relação de substituição acarretou na atribuição em favor dos acionistas da CTX, 22.337.465 novas ações ordinárias de emissão da Contax Participações, em substituição a 17.869.972 ações ordinárias de emissão da Contax Participações, canceladas por força da cisão parcial, representativas da totalidade da participação da CTX em ações ordinárias de emissão da Contax Participações, ensejando um prêmio de 25% para esta parcela da participação da CTX, sendo que as novas ações de emissão da Contax Participações foram atribuídas aos acionistas da CTX na proporção por eles detida no capital da CTX. A incorporação da parcela cindida da CTX acarretou, também, uma redução do capital social da Contax Participações no valor de R\$76.691, o qual corresponde ao montante do acervo líquido negativo absorvido pela Contax Participações em virtude da cisão parcial mencionada.

Posição acionária da Contax Participações (em milhares de ações) após a operação:

Acionistas	ON	%	PN	%	Total	%
CTX Participações S.A.	14.750	50,11%	4.137	10,42%	18.887	27,31%
Portugal Telecom Brasil S.A.	1.510	5,13%	2.782	7,00%	4.292	6,21%
AG Telecom Participações S.A.	2.653	9,01%	-	-	2.653	3,84%
LF Tel S.A.	2.653	9,01%	-	-	2.653	3,84%
Fundação Atlântico de Seguridade Social – FASS	772	2,62%	-	-	772	1,12%
Ações em tesouraria	352	1,20%	-	-	352	0,51%
Ações em circulação	6.745	22,92%	32.800	82,58%	39.545	57,17%

Notas Explicativas

Total	29.435	100,0%	39.719	100,0%	69.154	100,0%
--------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------	---------------

Aquisição TODO

Em abril de 2013, a Contax S.A. adquiriu os 20% das ações de sua controlada TODO Soluções em Tecnologia S.A. e passou a deter a totalidade das ações desta companhia. Em maio de 2013, a TODO Soluções em Tecnologia S.A. foi incorporada pela GPTI. Adicionalmente, a razão social da GPTI foi alterada para TODO Tecnologia da Informação (“TODO”).

Aquisição Stratton Nea

Em abril de 2013, foi constituída a empresa Stratton Nea, na cidade de Cordoba, Argentina. O objetivo da constituição desta empresa foi a obtenção de benefícios fiscais para o Segmento de Contact Center e Cobrança.

Constituição da empresa Ability Trade Marketing Colombia S.A.S.

Em 21 de janeiro de 2013, foi constituída a empresa Ability Trade Marketing Colombia S.A.S. (“Ability Colombia”), na cidade de Bogotá - Colombia. A Ability Colombia tem como objeto social atividades de prestação de serviços de agenciamento de publicidade e propaganda, promoção de vendas, merchandising e marketing, planejamento de campanhas e sistemas de publicidade, consultoria em publicidade, pesquisas de mercado e opinião pública, dentre outros.

Incorporação da Contax Colômbia S.A.S.

Em outubro de 2012, a Contax Colômbia S.A.S. (“Contax Colômbia”) foi incorporada pela sociedade controlada Multienlace S.A.S. (“Incorporadora”). No mês de dezembro de 2012, houve a transferência do controle acionário da Multienlace S.A.S da Contax S.A. para a Stratton Spain S.L.

Controle da Dedic

A partir de fevereiro de 2012, a Contax S.A. passou a deter o controle direto da Dedic através da aquisição da totalidade de suas ações junto a Contax Participações.

(c) Substituição do INSS patronal nos setores de Tecnologia da Informação (TI) e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC)

Com a conversão da Medida Provisória nº 540/2011 na Lei nº 12.546/2011, ficou regulamentada a redução da alíquota do INSS a partir de Abril de 2012. Os artigos 7º, 8º, 9º e 52º da referida Lei estabelecem que a alíquota patronal de INSS de 20% sobre a remuneração dos segurados empregados, trabalhadores avulsos e contribuintes individuais das empresas que prestam exclusivamente serviços de tecnologia da informação (TI) e tecnologia da informação e comunicação (TIC) será substituída, no período de 1º de dezembro de 2011 a 31 de dezembro de 2014, pela alíquota de 2,5% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos.

Em 04 de abril de 2012 foi publicada a Medida Provisória nº 563/2012 que altera os artigos 7º, 8º, 9º e 10º da Lei 12.546/2011 reduzindo os atuais 2,5% para 2,0% sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos. A nova alíquota entrou em vigor no mês de agosto de 2012.

Notas Explicativas

(d) Novas normas de restrição à contratação de serviços terceirizados

Atualmente, não existe legislação específica referente à contratação de terceirizados no Brasil. O Poder Judiciário vem tratando as discussões sobre o tema por meio da Súmula nº 331, do Tribunal Superior do Trabalho (TST), que autoriza a terceirização de “atividade meio” das empresas.

Em 2013, a Seção de Dissídios Individuais – SDI 1, do Tribunal Superior do Trabalho (TST) decidiu, por maioria de votos, que a terceirização de serviços de contact center de outra operadora de telefonia móvel era ilícita.

Em 2010 e 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) deferiu duas liminares, em Reclamações Constitucionais apresentadas por uma empresa de telefonia móvel e outra do setor de energia elétrica, suspendendo decisões do Tribunal Superior do Trabalho (TST).

Os pedidos das empresas demonstravam que Lei posterior à Súmula nº 331 do TST não poderia por ela ser revogada e que a terceirização nas atividades das telecomunicações e energia elétrica está expressa em lei em razão da especialização e de interesses, inclusive de segurança nacional, tendo em vista a natureza da atividade exercida.

Diante da inexistência de lei específica sobre os contratos de serviços terceirizados e as relações de trabalho deles decorrentes, bem como da necessidade do legislador em ratificar os conceitos sobre o tema, o Poder Legislativo encontrou causa para a proposição de três projetos de leis abordando o tema. Em outubro de 2011, uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados encaminhou um relatório com propostas para regulamentação do trabalho terceirizado. Atualmente, a principal proposição em tramitação é o Projeto de Lei nº 4.330/2004, já aprovado pela Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados e encontra-se na Comissão de Constituição de Justiça, com recurso para ser apreciado pelo Plenário, que após aprovação pela Câmara dos deputados, seguirá para o Senado Federal. Ambos os textos trazem importantes avanços como, por exemplo, o fim do conceito de atividade fim e atividade meio e a responsabilidade subsidiária. No entanto, as polêmicas que envolvem essa matéria tornaram difícil uma posição do Poder Legislativo no ano de 2013.

(e) Capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2013, a Contax Participações apresentou capital circulante líquido negativo consolidado no montante de R\$15.083 (31/12/2012 - capital circulante líquido positivo consolidado no montante de R\$43.524). A Contax Participações continua realizando ações para a reestruturação e o alongamento do perfil de sua dívida.

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Companhia

Em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 10 de março de 2013, foi aprovado a proposta de reconsideração das deliberações que aprovaram a Conversão de Ações e a alteração do percentual do dividendo obrigatório da Companhia para 25% do lucro líquido ajustado, aprovadas na assembleia geral extraordinária e na assembleia especial realizadas em 27 de dezembro de 2013. Considerando que a Conversão de Ações constituía uma das etapas da reorganização societária divulgada por meio dos Fatos Relevantes de 13 de junho e 6 de dezembro de 2013 (“Reorganização Societária”), e que a implementação de cada uma das etapas da Reorganização Societária era condicionada à aprovação das demais etapas, foi consignado que, em

Notas Explicativas

razão da aprovação da proposta de reconsideração da Conversão de Ações e da redução do dividendo obrigatório, as demais etapas da Reorganização Societária, incluindo (i) a incorporação da JP Participações S.A. pela Companhia; (ii) a adoção pela Companhia de um Estatuto Social nos moldes do Regulamento de Listagem do Novo Mercado da BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”); (iii) a listagem da Companhia no segmento Bovespa Mais da BM&FBOVESPA; e (iv) a listagem da Companhia no segmento Novo Mercado da BM&FBOVESPA, não terão eficácia, de modo que o Estatuto Social da Companhia permanecerá vigendo na forma aprovada na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 1º de julho de 2011.

Segmento de Shopping Centers

Em 18 de fevereiro de 2014, a controlada direta Iguatemi comunicou a aquisição de 14% do Shopping JK Iguatemi, em São Paulo – SP. Esta aquisição levará a controlada direta Iguatemi a uma participação total de 64% do empreendimento.

Em 04 de fevereiro de 2014, a controlada direta Iguatemi comunicou a permuta de um terreno para a construção de um Premium Outlet em Tijucas, região metropolitana de Florianópolis – SC. O Premium Outlet terá 30.000 metros quadrados de ABL (Área Bruta Locável), com conclusão prevista para Outubro de 2015.

Segmento de Telecomunicações

Contrato de Permuta de Participações Societárias

Conforme divulgado por meio de Fato Relevante em 20 de fevereiro de 2014, LF Tel e suas controladoras diretas e indiretas Jereissati Telecom, JPP e a Companhia, aqui referidas em conjunto como as “Companhias”, em continuidade às negociações para consumação de operações de reorganização societária da PASA Participações S.A. (“PASA”), EDSP75, AG Telecom Participações S.A. (“AG”) e LF Tel, com os objetivos de, em razão da pretendida operação ((Nota 26 (a) “Memorando de entendimentos para a união das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom”)), também descrita no Fato Relevante divulgado nesta data por Oi S.A. e pela Telemar Participações S.A. (“Operação Oi”), (i) segregar as participações detidas, direta ou indiretamente, por AG, LF Tel, PASA e EDSP75, na CTX e na Contax, em sociedades constituídas para este fim; e (ii) permitir que a Portugal Telecom deixe de ter participação em sociedades de *contact center* e concentre seus investimentos no Brasil exclusivamente em atividades de telecomunicações através da Oi (“Operação”), foram celebrados, nesta data, (i) entre a Andrade Gutierrez S.A. (“AG S.A.”), de um lado, e a Bratel Brasil S.A. (“Bratel Brasil”), de outro, com a interveniência da AG, LF Tel, Jereissati Telecom, PASA, EDSP75 e Fundação Atlântico de Seguridade Social (“FATL”), um Contrato de Permuta de Participações Societárias (“Permuta AG”); e (ii) entre a LF Tel, de um lado, e a Bratel Brasil, de outro, com a interveniência da AG, AG S.A., PASA, EDSP75 e FATL, um Contrato de Permuta de Participações Societárias (“Permuta LF” e, em conjunto com a Permuta AG, as “Permutas”), cujos efeitos estão sujeitos à verificação de certas condições precedentes detalhadas nos instrumentos das Permutas.

Nas Permutas, AG S.A., Jereissati Telecom e Bratel Brasil acordaram a permuta da totalidade das ações que a Bratel Brasil receberá das sociedades de propósito específico (“Newcos”) a quem serão conferidas as parcelas cindidas decorrentes das cisões parciais de PASA, EDSP75, AG e LF Tel (“Cisões”), bem como a totalidade das ações de emissão da CTX e da Contax detidas diretamente

Notas Explicativas

pela Bratel Brasil, por ações ordinárias de emissão da PASA e da EDSP75 detidas por AG S.A. e Jereissati Telecom, respectivamente.

Em razão das Permutas, a Portugal Telecom e a Bratel Brasil deixarão de ser acionistas, direta ou indiretamente, da CTX, da Contax e das Newcos, e os demais acionistas da PASA e da EDSP75 passarão a ser, direta ou indiretamente, titulares das ações do capital da CTX e Contax ora detidas, direta ou indiretamente, pela Portugal Telecom e os únicos acionistas das Newcos.

Também nesta data, AG, LF Tel, FATL e Portugal Telecom, com a interveniência de CTX, Contax, Portugal Telecom, PASA, EDSP75, AG S.A., Jereissati Telecom, Bratel Brasil e Newcos, celebraram aditivo ao Acordo de Acionistas da CTX e da Contax (“Acordo de Acionistas CTX e Contax”), com o objetivo de, uma vez implementadas as Cisões e as Permutas, substituir AG e LF Tel pelas Newcos como partes do Acordo de Acionistas CTX e Contax, bem como prever a desvinculação da Portugal Telecom e da Bratel Brasil do Acordo de Acionistas CTX e Contax.

A consumação das Permutas, das Cisões e da Operação está condicionada à verificação cumulativa, dentre outras condições precedentes, (i) da aprovação das condições das Cisões, das Permutas e da Operação pelos órgãos sociais competentes de cada uma das sociedades e seus acionistas envolvidos na Operação; (ii) da liquidação do aumento de capital da Oi, no contexto da Operação Oi; (iii) da obtenção das autorizações legais e administrativas necessárias no Brasil, Portugal e demais jurisdições aplicáveis, conforme aplicável; e (iv) da obtenção das aprovações prévias de credores e terceiros, quando necessários para a implementação das Cisões ou das Permutas. Caso qualquer das condições acima não venha a se verificar, as Cisões, as Permutas e a Operação poderão não ser consumadas.

União das atividades da Oi S.A. e Portugal Telecom

Em 19 de fevereiro de 2014, foram celebrados os diversos instrumentos contratuais definitivos (“Documentos Definitivos”) que descrevem as etapas necessárias à implementação da Operação Nota 16 (a). Tais documentos preveem que a Telemar Participações S.A. será a sociedade que, após aprovadas todas as etapas da Operação, reunirá os acionistas das sociedades envolvidas.

Incorporação da TNL PCS

Em 1 de fevereiro de 2014 foram realizadas Assembleias Gerais Extraordinárias da TNL PCS (operadora móvel das regiões 1 e 3) e da Oi Móvel (operadora móvel da região 2) que deliberaram sobre a incorporação da TNL PCS pela Oi Móvel, sendo extinta a TNL PCS.

Linha de crédito com o Banco Itaú BBA

Em 14 de janeiro de 2014, a Telemar acordou com o Banco Itaú BBA uma proposta firme para linha de crédito rotativo no valor total de até R\$260.000. O fechamento e a contratação do financiamento estão sujeitos, principalmente, a elaboração e assinatura de documentação legal que ampare o financiamento, devidamente assinada pelas partes e na ausência de mudança na legislação ou regulamentação aplicáveis ao mercado financeiro ou às operações da espécie tratadas na proposta em referência que justificadamente impossibilite o financiamento ou cause prejuízo ao Itaú BBA ou à Telemar.

Extinção da companhia Bakarne

Notas Explicativas

Em reunião da Diretoria da Telemar realizada em 11 de fevereiro de 2014, foi aprovada a extinção da sua controlada Bakarne.

28. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria da Companhia em 25 de março de 2014 submeteu estas Demonstrações Financeiras à apreciação do Conselho de Administração da Companhia e aprovou as presentes Demonstrações Financeiras, nas quais considerou os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que pudessem ter efeito sobre estas Demonstrações Financeiras.

Pareceres e Declarações / Parecer dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas e Administradores da
Jereissati Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Jereissati Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Jereissati Participações S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes

Conforme mencionado na Nota Explicativa 2.d, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2013, os valores correspondentes referentes aos exercícios anteriores, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 - Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa

conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Avaliação de investimento em controladas, coligadas e controladas em conjunto nas demonstrações financeiras individuais

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2.a, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Jereissati Participações S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não contém modificação com relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os valores correspondentes, individuais e consolidados, relativos ao balanço patrimonial em 1º de janeiro de 2012, apresentados para fins de comparação, ora reapresentados em decorrência dos assuntos descritos na Nota Explicativa 2.b, foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 25 de março de 2014, sem qualquer modificação.

São Paulo, 25 de março de 2014

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Rodrigo de Mattos Lia
Contador CRC 1SP252418/O-3

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Jereissati Participações S.A., em conformidade com as atribuições estabelecidas no Estatuto Social da Companhia, bem como nos incisos II e VII do artigo 163 da Lei 6.404/76, examinou o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado, as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido, as Demonstrações dos Fluxos de Caixa, as Demonstrações do Valor Adicionado, as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras e, com base no Parecer dos Auditores Independentes, a KPMG Auditores Independentes, é da opinião de que a documentação supra mencionada reflete, adequadamente, a situação patrimonial e a posição econômico-financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2013 e, portanto, recomenda sua aprovação na Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas. Adicionalmente, nos termos do artigo 202, parágrafo 4º da Lei 6404/76, os senhores conselheiros, por unanimidade, opinam favoravelmente ao pagamento de R\$ 21.001.469,55 (vinte e um milhões, hum mil, quatrocentos e sessenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos) a título de dividendos e à constituição da reserva especial de dividendos, no valor de R\$ 30.606.288,97 (trinta milhões, seiscentos e seis mil, duzentos e oitenta e oito reais e noventa e sete centavos).

São Paulo, 25 de março de 2014.

Presidente: Sr. Rui Ortiz de Siqueira
Secretário: Sr. Aparecido Carlos Correia Galdino – “ad hoc”

Conselheiros:

RUI ORTIZ DE SIQUEIRA
ELIDIA RESULA ULERICH BOMFIM
JORGE MOYSES DIB FILHO
CRISTIANO ERNESTO BURMEISTER
FRANCISCO ASCLÉPIO BARROSO AGUIAR

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/2013, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 25 de março de 2014.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente

Aparecido Carlos Correia Galdino
Diretor Gerente e Diretor de Relação com Investidores

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Parecer dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES ESTATUTÁRIOS

Os diretores estatutários da Jereissati Participações S.A. declaram, para fins do disposto nos incisos IV e V, § 1º do art. 25 da Instrução CVM n.º 480/09, que, dentro de suas respectivas áreas de competência, reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras findas em 31/12/2013, bem como com as opiniões expressas no parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes sobre essas demonstrações.

São Paulo, 25 de março de 2014.

Fernando Magalhães Portella
Diretor Presidente

Sidnei Nunes
Diretor Gerente